

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

E D I T A L

O **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**, inscrito no CNPJ sob nº 46.223.723/0001-50, leva a conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação, na modalidade, critérios de julgamento das propostas, regime de execução, forma de fornecimento e modo de disputa indicados na seção 1 – PREÂMBULO, apresentado a seguir:

1. PREÂMBULO:

ÓRGÃO: **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGIDO PELA **LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **7052/2025**.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: **440/25**.

ANO DO PROCESSO LICITATÓRIO: **2025**.

MODALIDADE Nº:**8/2025**.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – INVERSÃO DE FASES**.

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **MENOR PREÇO GLOBAL**.

REGIME DE CONTRATAÇÃO: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

FORMA DE FORNECIMENTO: **CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO/EXECUÇÃO**.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **03/03/2026**.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 9H.

PERÍODO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **DO DIA 10/02/2026 A PARTIR DAS 9H ATÉ O DIA 03/03/2026 ATÉ ÀS 9H.**

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
(WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR)

DATA-BASE ORÇAMENTO ESTIMADO: **28/10/2025**

1.1. Consoante o Decreto Municipal nº 58/2024 de 12 de agosto de 2024, realizar-se-ão os certames licitatórios de obras e serviços de engenharia utilizando-se a modalidade de licitação **CONCORRÊNCIA COM INVERSÃO DAS FASES**, isto é, primeiro será averiguado se os licitantes cumpriram todas as exigências de habilitação e, somente se habilitados, terão suas propostas de preço levadas à segunda fase, disputa e lance e consecutivamente ao julgamento.

2. DO OBJETO.

2.1. O objeto da presente licitação é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.**

2.1.1. Valor orçado **R\$2.384.962,34** (dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

2.2. Faz parte integrante deste edital o **ANEXO I**, onde encontramos:

a) Termo de Referência;

a.1) Estudo Técnico Preliminar;

a.1.1) PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO;

a.1.2) MEMÓRIA DE CÁLCULO;

a.1.3) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

a.1.4) CRONOGRAMA FÍSICO DESEMBOLSO;

a.1.5) CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;

a.1.6) MEMORIAL DESCRITIVO;

a.1.7) ART;

a.1.8) PLANTA DE LOCALIZAÇÃO;

a.1.9) COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BDI;

a.1.10) COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS.

2.3. Os licitantes deverão atentar-se a todos os anexos dispostos na cláusula 2.2, deste edital, para formalizar o processo com a finalidade de participar desta licitação.

3. DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1. As despesas decorrentes do contrato oriundo desta licitação serão vinculadas à dotação orçamentária descrita abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

02/05/02 - PLANEJAMENTO URBANO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

15.451.1501.1008.0000 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

FICHAS:

266; 267; 269

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório desta concorrência, por irregularidade na aplicação de Lei ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, mediante petição, a ser enviada exclusivamente em forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. O Agente de Contratação, auxiliado pela sua equipe de apoio e, se necessário, pelo setor técnico competente, decidirá sobre a aceitabilidade da impugnação ao certame.

4.3. Acolhida a impugnação ao certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4. As impugnações serão conhecidas somente se forem encaminhadas de forma eletrônica através do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br até as 23h59min59seg do último dia útil do prazo para impugnação.

4.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

4.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

4.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente para responder pela proponente.

4.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio/proprietário, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular contendo mandato com poderes para impugnar o Edital.

5. DA ASSINATURA ELETRÔNICA.

5.1. Os documentos apresentados neste certame deverão ser assinados exclusivamente por meio eletrônico e valendo-se da certificação digital ICP-Brasil. (Art. 12 inciso VI e § 2º e art.17 § 4º da Lei 14.133/2021)

6. DA VISTORIA.

6.1. Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Licitação, situado em Taguaí, Estado de São Paulo, na Praça Expedicionário Antônio Romano de Oliveira nº 44, telefone: 14-3386-9040, ramal 213, ou via eletrônica, utilizando-se do endereço eletrônico: licitacao@taguai.sp.gov.br.

6.1.1. O agendamento deverá ser feito em até dois dias anteriores à data da abertura da sessão da Concorrência eletrônica.

6.1.2. Os licitantes, optando ou não por realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no **Anexo II** deste Edital.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

6.1.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.1.4. Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.

7.1. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

7.1.1. Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que atuem em atividade econômica compatível com o objeto ora licitado e tenham-se credenciado na forma estabelecida no disposto da cláusula **7.2** deste edital.

7.1.2. Vedações. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas que:

7.1.2.1. encontrarem-se suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Taguaí, nos termos do inciso III do art. 156, cc § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2.2. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV do art. 156, cc § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2.3. estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

Pública do Município de Taguaí, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

7.1.2.4. tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.1.2.5. estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

7.1.2.6. sejam estrangeiras e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.1.2.7. sejam autoras do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obras, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autoras do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, salvo em caso de forma de execução de obras de que trata o parágrafo 4º do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.2.8. sejam, isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.1.2.9. mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.1.2.10. nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.1.2.11. estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação;

7.1.2.12. sejam inseridas em empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

7.2. DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

7.2.1. O interessado em participar deste certame deverá realizar o seu cadastro no nível básico da plataforma eletrônica administrada pelo Portal Nacional de Compras Públicas.

7.2.2. O cadastro de que trata a cláusula **7.2.1** deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio: **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

7.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implicará na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação que deseja participar.

7.2.4. O licitante responsabilizar-se-á, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo, como firmes e verdadeiras, sua proposta e seus lances, inclusive quanto aos atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.2.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção, ou tornem-se desatualizados.

7.2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da licitante no momento da habilitação.

7.3. DA INCLUSÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SÍTIO ELETRÔNICO PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME.

7.3.1. Os licitantes encaminharão, após identificar a Licitação que desejam participar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, carta de proposta de preço com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.3.1.1. Os documentos a serem enviados deverão estar preferencialmente:

7.3.1.1.1. em formato de arquivo em PDF (Portable Document Format);

7.3.1.1.2. assinados digitalmente, conforme disposto na cláusula 5 deste edital, no caso documentos de elaboração exclusiva da licitante, sendo a carta de proposta de preço, Orçamento Detalhado, Cronograma Físico-Financeiro/Execução, Composição da Taxa de BDI de acordo com o **ANEXO XV** - Planilha de Cálculo do BDI e as declarações.

IV – Composição dos Encargos Sociais.

das propostas de preços e declarações exigidas.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.3.2. O envio da carta de proposta de preço, acompanhada dos documentos de habilitação e de outros exigidos neste Edital, será realizado exclusivamente por meio da plataforma eletrônica PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, acessível pelo sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.3.2.1. Os licitantes, devidamente credenciados, terão acesso ao campo para envio dos documentos através da chave de acesso e senha geradas após o credenciamento junto a plataforma.

7.3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

7.3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.3.6. Os documentos relativos à fase de habilitação e as propostas de preços dos licitantes serão disponibilizados para acesso público e aos participantes, após a análise prévia realizada pelo Agente de Contratação. Após a disponibilização de cada conjunto de documentos, será concedido o prazo mínimo de 1 (um) dia útil para análise pelos interessados e eventuais manifestações, conforme descrito na cláusula 9 deste edital.

7.4. DOS DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP PARA FINS DE EXERCER DIREITO DE PREFERÊNCIA EM CASO DE EMPATE FICTO.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.4.1. As empresas interessadas em participar na condição de ME e EPP com direito a preferência de contratação em caso de empate ficto, deverão apresentar, junto com os documentos de habilitação, a comprovação de enquadramento, conforme as condições que seguem abaixo:

7.4.1.1. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.1**, acompanhada de documento pela Junta Comercial ou Receita Federal comprovando tal situação;

7.4.1.2. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.2**;

7.4.2. Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA:
Sem prejuízo das declarações exigidas nas cláusulas **7.4.1.1 e 7.4.1.2** e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

7.4.2.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

7.4.2.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.4.2.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.4.2.4. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública ou cujos valores somados não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente com os documentos de habilitação para fins de obter direito de preferência de contratação de que trata o diploma legal mencionado acima, utilizando-se do modelo constante no **ANEXO III.3** (§ 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.4.3. A apresentação das declarações complementares previstas na cláusula 7.4 deve ser feita apenas pelos licitantes que pretendam se beneficiar do regime legal simplificado e diferenciado para microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não tenham sido alcançadas por nenhuma hipótese legal de exclusão.

7.4.4. A apresentação das declarações prescritas na cláusula **7.4**, sem que haja o efetivo enquadramento acarretará na aplicação à infratora das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

7.4.5. A falta da apresentação ou a apresentação irregular das declarações de que trata a cláusula **7.4** deste edital poderá ser sanada dentro do prazo de 30 (trinta) minutos contados a partir da solicitação emitida pelo agente de contratação.

7.4.5.1. Transcorrido o período descrito na cláusula **7.4.5**, não havendo correção ou a inserção dos documentos, a empresa será inabilitada.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO.

7.5.1. DA APRESENTAÇÃO EM FORMATO ELETRÔNICO.

7.5.1.1. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

7.5.1.1.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global, em moeda corrente nacional, observando as orientações que se seguem:

a) Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

b) Os preços apresentados pelo licitante, tanto na proposta inicial quanto durante a fase de lances e negociação, serão de sua total responsabilidade, não lhe assistindo o direito de solicitar alterações nos valores sob alegações de erro, omissão ou qualquer outro motivo.

b.1) o licitante poderá solicitar o cancelamento de seu último lance, através do campo de ações disposto na plataforma, enquanto o item estiver em disputa, sendo a decisão final de aceitação ou não do pedido de cancelamento a cargo do agente de contratação.

c) O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão.

d) Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital.

7.5.1.1.2. O preenchimento de que trata a cláusula **7.5.1.1.1** deverá ser realizado até a data e horário do início da sessão, momento no qual não ficará mais disponível para preenchimento.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.5.2. DA APRESENTAÇÃO DA CARTA DE PROPOSTA DE PREÇO EM FORMULÁRIO.

7.5.2.1. A **CARTA DE PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser apresentada utilizando-se do modelo constante do **ANEXO IV**, respeitando-se o disposto na cláusula **7.3** deste edital e às seguintes normas:

a) QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE E DO CERTAME: A **Carta de Proposta de Preço** deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, redigido com clareza e em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, ter suas folhas enumeradas sequencialmente, não conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise, conter os dados da licitante, tais como: razão social, endereço, inscrição na Receita Federal, Estadual e Municipal, número de celular, endereço eletrônico (e-mail), identificação do número do processo do certame licitatório, data do preenchimento da **Carta de Proposta de Preço**, assinatura eletrônica do representante legal da empresa nos moldes da cláusula **5** deste edital.

b) QUANTO À DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS NA CARTA DE PROPOSTA DE PREÇO: A **Carta de PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter a descrição completa do serviço a ser realizado e o valor total ofertado, no formato numeral e por extenso, utilizando-se duas casas decimais.

c) QUANTO À COMPOSIÇÃO DO VALOR OFERTADO: No valor ofertado deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: frete, embalagens, seguros, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) QUANTO À VALIDADE DA PROPOSTA: A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

e) DAS IMPLICAÇÕES QUANTO À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇO** pelo licitante implicará na aceitação das condições de prazo de conclusão, prazo de pagamento e demais imposições constantes neste edital e seus anexos.

f) DA CORREÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: Não será permitida a realização de correção, complementação ou qualquer tipo alteração na **PROPOSTA DE PREÇOS** que implique em alteração de seu valor ou que ainda possa ocasionar vantagem sobre os demais licitantes.

g) a não inserção da Carta de Proposta de Preço conforme preconiza a cláusula **7.3**, ensejará na inabilitação da empresa.

7.5.3. DAS DECLARAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR A PROPOSTA DE PREÇO.

7.5.3.1. Os licitantes deverão apresentar juntamente com a carta de proposta de preço, conforme indicado na cláusula **7.3** deste edital, as seguintes declarações utilizando-se do **ANEXO V**, que faz parte integrante deste edital:

I - DECLARA que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

II – DECLARA para fins de participação na Licitação acima, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

III – DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório do certame licitatório em epígrafe.

IV - DECLARA que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira em atendimento à Lei Federal 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

7.5.3.1.1. As declarações de que tratam a cláusula **7.5.3.1** devem ser subscritas por representante legal da licitante nos moldes definidos na cláusula **5** deste edital e inseridas no sistema eletrônico juntamente com a carta de proposta de preço.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.5.3.2. Os licitantes deverão apresentar juntamente com a carta de proposta de preço, conforme indicado na cláusula **7.3** deste edital, os documentos abaixo preenchidos de acordo com o valor ofertado na **PROPOSTA DE PREÇO**, apresentada conforme determina a cláusula **7.5.2.1**:

I – Orçamento Detalhado;

II – Cronograma Físico-Financeiro/Execução;

III - Composição da Taxa de BDI de acordo com o **ANEXO XV** - Planilha de Cálculo do BDI;

IV – Composição dos Encargos Sociais.

7.6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

7.6.1. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: as licitantes deverão apresentar, conforme indicado na cláusula **7.3** deste edital, para fins de obter habilitação, os seguintes documentos:

7.6.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA.

7.6.1.1.1. Para fins de comprovar a habilitação jurídica a licitante deverá apresentar os documentos a seguir, de acordo com a constituição de cada empresa:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU);

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

7.6.1.2. DAS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

7.6.1.2.1. Para fins de comprovar a regularidade nas áreas: fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar os documentos a seguir:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF – FGTS);

d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

f) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do licitante;

g) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

7.6.1.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

7.6.1.3.1. A licitante deverá apresentar os documentos abaixo, visando demonstrar a aptidão econômica e financeira da empresa:

a) Certidão negativa de falência.

a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1.1) Publicados em Diário Oficial ou

b.1.2) Publicados em Jornal ou

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

b.1.3) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento ou

b.1.4) Através da Escrituração Contábil Digital (ECD) de que trata a Instrução Normativa 2003/2021, apresentando juntamente com os demonstrativos contábeis exigidos e o recibo de entrega a Receita Federal do Brasil.

b.1.5) No caso em que a data de abertura do certame for posterior ao dia 30 de junho do ano em curso, serão aceitas apenas as demonstrações contábeis do ano anterior e do ano anterior a este.

c) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditores Independentes. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

d) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, deverão apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante.

7.6.1.3.1.1. Os documentos exigidos no item b da cláusula **7.6.1.3.1** serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.6.1.3.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.6.1.3.2. A comprovação da situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de **Liquidez Corrente (LC)**, **Liquidez Geral (LG)** e **Solvência Geral (SG)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índice de Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante/Passivo Circulante (*Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante*);

b) Índice de Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) (*a soma de Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo, dividido pela adição de Passivo Circulante com Exigível a Longo Prazo*).

c) Solvência Geral (SG) = Ativo Total/(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) (*Ativo Total dividido pela soma do Passivo Circulante com Exigível a Longo Prazo*).

7.6.1.3.3. Para fins de obter habilitação quando ao quesito econômico-financeiro, a licitante deverá apresentar, nos índices referidos na cláusula **7.6.1.3.2** o quociente mínimo igual ou superior a 1,0 (um inteiro), devendo para tanto, apresentar os índices já calculados com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço patrimonial do último exercício social apresentado, utilizando-se o formulário constante no **Anexo VI** e assinando-o conforme determina a cláusula **5** deste edital.

7.6.1.3.3.1. A não comprovação da exigência contida na cláusula **7.6.1.3.3** ensejará na inabilitação da licitante.

7.6.1.3.3.2. Considerando que o artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 determina:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

“A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:...”

7.6.1.3.3.2.1. Segue adiante a JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS:

Considerando o estipulado no artigo 69 da Lei Federal 14.133/2021, a Administração, no âmbito do presente certame licitatório, delibera pela inclusão de critérios de avaliação contábil destinados à análise da solidez financeira das empresas concorrentes, a saber: liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral. O Município estabelece que o índice mínimo de 1,00 (um inteiro), exigido no edital de licitação para as referidas métricas, seja considerado como padrão aceitável para os propósitos da Administração Pública, conforme delineado a seguir: 1- Liquidez Corrente: o requisito estabelecido de 1,00 (um inteiro) denota a capacidade da empresa concorrente em satisfazer suas obrigações de curto prazo. Qualquer marca inferior sugere a possibilidade de operação com capital circulante líquido negativo, o que acarretaria em insegurança para o Município no que tange à execução contratual; 2 - Liquidez Geral: representa a relação entre os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo em relação à dívida total, demandando um índice mínimo de 1,00 (um inteiro) para assegurar à empresa concorrente a aptidão para honrar suas obrigações em prazos mais estendidos. 3 - Solvência Geral: reflete o nível de garantia que a empresa detém em seus ativos totais para o pagamento integral de suas obrigações, abarcando tanto os recursos líquidos quanto os permanentes. Consequentemente, é indiscutível que um índice igual ou superior a 1,00 (um inteiro) se mostra imperativo para corroborar a estabilidade financeira, sendo certo que quanto maior o resultado, mais sólida será a condição da empresa concorrente. Nessa linha de raciocínio, a Lei Federal 14.133/2021 é plenamente observada ao se estabelecer a exigência de índices que evidenciem a capacidade financeira dos licitantes, visando ao cumprimento integral do contrato licitado.

7.6.1.3.4. Como segundo quesito para avaliação da situação

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

financeira da licitante, a mesma deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre a estimativa da contratação, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentando para tanto: cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos.

7.6.1.3.4.1. A comprovação de que trata a cláusula **7.6.1.3.4** dar-se-á através da apresentação do cálculo do patrimônio líquido frente à porcentagem exigida no edital, utilizando-se o formulário constante no **Anexo VII** o qual deverá ser subscrito, nos moldes que determina a cláusula 5 (cinco) deste edital, pelo contador e representante legal da empresa;

7.6.1.3.4.2. O Agente de Contratação analisará o cálculo de que trata a cláusula **7.6.1.3.4.1** com base no balanço patrimonial do último exercício social apresentado conforme exigência legal;

7.6.1.3.4.3. A não comprovação da exigência contida na cláusula **7.6.1.3.4** ensejará na inabilitação da licitante.

7.6.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

7.6.1.4.1 Para a comprovação de Qualificação Técnica o licitante arrematante deverá entregar:

7.6.1.4.1.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL: A documentação relativa à Capacidade Técnica Operacional consistirá em:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

CREA do Estado do São Paulo deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Estado de São Paulo antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de que o licitante possui, em seu nome, certidão ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços ou obras similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, em parcelas de maior relevância do objeto, conforme descrito na alínea “a.1”, Cláusula III do Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste edital como Anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante apresentar, juntamente com os atestados, a relação dos itens executados que comprovem a similaridade com as parcelas de maior relevância, conforme modelo constante do **Anexo XVI**, devendo tais atestados comprovar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da execução dessas parcelas, nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, vedada a exigência de prazos ou locais específicos para sua aceitação.

c) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica, pela execução dos serviços, conforme previsto na alínea “b” do item 7.6.1.4.1.1, somente constituirá(ão) prova de capacitação técnico-operacional se regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e também registrados junto ao conselho profissional competente, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

d) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **Anexo II**.

d.1) A Declaração é um documento indispensável a ser entregue, sendo que a sua ausência inabilitará o Licitante.

d.2) A vistoria técnica terá por finalidade:

d.2.1) Obter conhecimento das condições locais onde será prestado

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos que julgarem necessários.

e) As alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto, não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam execução do serviço, pois todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade do contratado.

7.6.1.4.1.2. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL: A documentação relativa à Capacidade Técnica Profissional consistirá em:

a) Declaração de Capacidade Técnica Profissional, conforme **Anexo VIII**.

b) Comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços constantes na alínea a.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar que é parte integrante deste edital e está nomeado como Anexo I do Termo de Referência, com a comprovação de sua disponibilidade para a execução do objeto.

c) A comprovação de disponibilidade de profissional para a execução do objeto deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

c.1) Carteira de Trabalho;

c.2) Certidão do CREA;

c.3) Certidão do CAU;

c.4) Contrato Social;

c.5) Contrato de prestação de serviços;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

c.6) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assume(m) a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado, podendo ser suprido pela assinatura no **Anexo VIII** do(s) profissional(is) que será(ão) responsável(is) pela obra.

d) O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

e) Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico dos profissionais indicados devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, com comprovação de execução dos serviços constantes na alínea “b” do item **7.6.1.4.1.1**.

f) Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

7.6.1.4.2. A apresentação insuficiente ou a não apresentação dos documentos exigidos na cláusula “**7.6.1.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**”, ensejará na inabilitação do licitante.

7.6.1.5. DAS DECLARAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Juntamente com os documentos de habilitação, o licitante deverá apresentar, utilizando-se do modelo constante no **ANEXO IX**, uma declaração atestando que:

a) encontra-se em situação regular perante o **Ministério do Trabalho e Previdência** no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

c) não possui sócio ou, no caso de sociedade anônima, diretor que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) cumpre o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018;

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

f) cumpre as exigências legais e constitucionais.

g) se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, da equipe técnica, no caso de ser a vencedora da presente licitação.

h) não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999).

i) cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto 10.086, de 2022, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.

j) cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial, no que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde a mesma será construída.

k) como terá acesso, para a execução do serviço/fornecimento de produtos, objeto deste edital, aos dados pessoais dos representantes da licitante e da contratante, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação e em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), **INFORMA:**

k.1) que está ciente que é vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

k.2) que compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

k.3) que está ciente de que responderá administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.6.1.5.1. A apresentação da declaração de que trata a cláusula **7.6.1.5** em desconformidade com as exigências estabelecidas, ocasionará na inabilitação do licitante.

7.6.1.6. Os licitantes deverão informar, junto com os documentos de habilitação, utilizando-se do **ANEXO X**, que faz parte integrante deste edital, os dados do responsável legal da empresa com poderes para assinar o contrato, os dados do preposto que responderá pela execução do contrato e os dados para envio de documentos e solicitações de forma eletrônica.

7.6.1.6.1. A não apresentação da informação exigida na cláusula **7.6.1.6** sucederá na inabilitação da licitante no certame licitatório.

7.6.2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.6.2.1. Forma de apresentação. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em cópia autenticada eletronicamente ou, em cópia simples, devendo, para fins de firmar contrato (ou documento equivalente) com a Prefeitura Municipal de Taguaí, apresentar original ou cópia autenticada em cartório.

7.6.2.1.1. Excetuam-se da regra prevista no item **7.6.2.1** deste Edital os documentos obtidos pela Internet, os quais poderão ser apresentados sem qualquer autenticação, desde que, quando pertinente, acompanhados de código de verificação que permita a apuração de sua autenticidade.

7.6.2.1.1.1. A ausência de algum dos documentos obtidos pela Internet, se possível, será sanada em sessão pelos agentes de contratação e equipe de apoio, desde que esses documentos estejam disponibilizados para a consulta pública no site de referência.

7.6.2.2. Validade das certidões. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o Agente de Contratação aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

da sessão pública.

7.6.2.2.1. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos na cláusula **7.6.1** deverão estar em nome da matriz;

7.6.2.2.2. Se o licitante for a filial, os documentos exigidos na cláusula **7.6.1** deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.2.3. Isenções e imunidades. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.6.3. DAS CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVAS.

7.6.3.1. A prova de regularidade fiscal poderá ser feita por certidão positiva com efeitos de negativa, considerando-se a certidão positiva com efeitos de negativa a certidão onde conste a existência de débitos: não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora; cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.

7.6.4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME E EPP QUANTO À COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

7.6.4.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, apresentando-a ao Agente de Contratação no mesmo prazo acima.

7.6.4.1.1. A não regularização da documentação no prazo previsto na cláusula **7.6.4.1** implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e facultará ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, análise dos documentos e assunção do compromisso.

8. DA SESSÃO PÚBLICA EM FORMATO ELETRÔNICO

8.1. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, utilizando-se a plataforma do Portal de Compras Públicas situada no ambiente virtual de computadores no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2. DA HABILITAÇÃO.

8.2.1. DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.2.1.1. Verificação das condições de participação. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas a seguir, consultando-se os cadastros nos sites abaixo relacionados:

8.2.1.1.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.2.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

8.2.1.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.2.1.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

8.2.1.1.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP
(<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx#gsc.tab=0>);

8.2.1.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);

8.2.1.1.7. Certidão Negativa de licitante inidôneo emitida pelo Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>).

8.2.1.2. A consulta ao cadastro de que trata o item **8.2.1.1.3** será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1.3. Constatada a ausência de condições de participação, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado.

8.2.2. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.2.2.1. Constatado que a licitante encontra-se adimplente perante as exigências descritas nas cláusulas **8.2.1**, proceder-se-á a conferência dos documentos de habilitação exigidos na cláusula **7.6** e no Termo de Referência.

8.2.2.2. Não será permitido o envio dos documentos para habilitação após o término do prazo para inseri-los na plataforma e início da sessão pública, entretanto, a substituição ou a apresentação de novos documentos poderão ser realizadas em sede de diligência, nas seguintes situações:

I – para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.2.2.2.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.3. DA DECLARAÇÃO DE HABILITADA

8.3.1. Constando-se cumpridas as exigências de HABILITAÇÃO conforme exigências contidas neste edital pela(s) licitantes, as mesmas serão declaradas habilitadas para participar da fase de apresenta de proposta e de lances.

8.4. DA SITUAÇÃO DE INABILITAÇÃO.

8.4.1. Caso a empresa não cumpra as condições prévias de para exame de documentos de habilitação ou não tenha apresentado os documentos de HABILITAÇÃO de acordo com as exigências deste edital, o Agente de Contratação declarará a empresa desabilitada, apontando as falhas encontradas.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.5.DA SUSPENSÃO DA SESSÃO PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA.

8.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento de documentos de habilitação e de propostas de preço, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, registrando-se a ocorrência em ata.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação para a realização de diligência, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos ou folhetos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Quando a diligência consistir na inclusão imediata de documentos habilitatórios previamente solicitados em edital, e o agente de contratação entender que a ausência pode ser sanada com essa inclusão, ele abrirá um prazo mínimo de 30 minutos para que o licitante a realize, prazo este que deverá ser respeitado pelo licitante, sob pena de ser considerado inabilitado.

8.5.3.1. A ação de que trata a cláusula **8.5.3.** encontra-se baseada no Acórdão nº 988/2022 – TCU – Plenário, o qual transcrevemos:

“ACÓRDÃO Nº 988/2022 – TCU – Plenário 9.4.2 nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.”

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.5.3.2. Quando se tratar de inclusão de documentos previamente solicitados em edital, a sessão será suspensa apenas se o agente de contratação achar necessário, caso contrário seguirá normalmente.

8.6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.6.1. O Agente de Contratação verificará as propostas eletrônicas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas apresentadas por licitantes declarados inabilitados.

8.6.2. O Agente de Contratação analisará as propostas de preços e os demais documentos a elas vinculados, desclassificando de imediato aquelas que apresentarem inconformidades com os requisitos estabelecidos no Edital, bem como vícios insanáveis ou ilegalidades.

8.6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. DA COMUNICAÇÃO DURANTE A SESSÃO ELETRÔNICA

8.7.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.7.1.1. Se for necessário, o agente de contratação poderá fazer uso do e-mail institucional, desde que sejam enviados ou recebidos documentos e informações com cópia para todos os participantes através dos e-mails informados

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

nos autos do processo e disponibilizados nos rol de documentos inseridos no Portal de Compras Públicas.

8.8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

8.8.1. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a envio dos lances.

8.8.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura, podendo somente ser reiniciada após o interregno de vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9.2. Em licitações que abrangem mais de dez itens, o Agente de Contratação terá a prerrogativa de abrir simultaneamente até 10 (dez) itens para disputa por lances, respeitando os princípios e normativas legais vigentes.

8.9.3. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de disputa indicada no preâmbulo deste Edital.

8.9.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando a abertura da disputa para o item e as regras estabelecidas no Edital.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.9.5. O licitante poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado.

8.10. DO INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES.

8.10.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances que incidirá, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

8.11. DO MODO DE DISPUTA

8.11.1. Será adotado, nesta licitação, para o envio de lances, o modo de disputa aberto cujos procedimentos sucederão da forma descrita a seguir:

8.11.1.1. DA DISPUTA ABERTA

8.11.1.1.1. Fase de Apresentação de Lances:

a) A sessão pública para a apresentação de lances será iniciada em data e horário previamente estabelecidos, com duração inicial de dez (10) minutos.

b) Durante a fase de apresentação de lances, os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico.

c) O sistema eletrônico aceitará lances de valor inferior ao último lance registrado, respeitando o valor mínimo de decremento estabelecido no edital.

8.11.1.1.2. Prorrogação Automática:

a) Nos últimos dois (2) minutos do período de duração da fase de apresentação de lances, caso seja registrado um novo lance, a sessão pública será automaticamente prorrogada por mais dois (2) minutos.

b) A prorrogação automática será aplicada tantas vezes quantas forem necessárias, sempre que houver lance registrado nos últimos dois (2) minutos do período de prorrogação.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

c) A sessão será encerrada automaticamente pelo sistema quando não houver a apresentação de novos lances nos últimos dois (2) minutos do período de prorrogação.

8.11.1.1.3. Encerramento da Sessão de Disputa:

a) A sessão de disputa será encerrada após o término da fase de apresentação de lances, observadas as prorrogações automáticas previstas, momento em que será determinado o licitante com o menor preço ou maior desconto, conforme o critério de julgamento.

b) O encerramento da sessão será definitivo, não sendo admitidos novos lances após esse momento.

8.11.1.1.4. Disposições Gerais sobre a fase de lances:

a) Todos os lances deverão ser ofertados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo desconsiderados lances oferecidos por quaisquer outros meios.

b) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

c) Fica vedada a identificação dos licitantes durante o registro e divulgação dos lances.

c) Caso não haja oferta, a proposta inicial será considerada o primeiro lance.

d) O sistema eletrônico registrará automaticamente todos os lances ofertados, identificando os respectivos licitantes e horários, ficando essas informações disponíveis para efeito de classificação e julgamento.

e) O não envio de lances no período estipulado implicará na aceitação tácita do lance final registrado.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.12. DO EMPATE FICTO.

8.12.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação da documentos exigidos nas cláusulas **7.4.1.1**, **7.4.1.2** e **7.4.2.4**, relativos ao porte da entidade empresarial.

8.12.1.1. Se constada a ausência ou irregularidades dos documentos descritos na cláusula **8.12.1** o agente prosseguirá conforme a cláusula **7.4.5** e **7.4.5.1**.

8.12.2. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

8.12.3. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que solicitaram o direito de preferência de contratação e que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.12.4. A empresa microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada nos termos da cláusula **8.12.3** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados** pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.12.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, nos termos da cláusula **8.12.4**, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento) e que tenham solicitado o direito de preferência de contratação, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na cláusula **8.12.4**.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.12.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos na cláusula **8.12.3**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.12.7. Não havendo oferta nos termos da cláusula **8.12.4** e **8.12.5**, o item licitado será classificado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.12.8. O disposto nas cláusulas **8.12.1**, **8.12.2**, **8.12.3** e **8.12.4** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13. DO DESEMPATE.

8.13.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.14. DA NEGOCIAÇÃO

8.14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha esteja classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.15. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA

8.15.1. Findada a fase de disputas e após a negociação, o Agente de Contratação solicitará, por meio da plataforma indicada no preâmbulo, ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas**, estipulado pelo agente de contratação, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos apresentados juntamente com a proposta inicial por força da cláusula **7.5.3.2**, os quais também deverão ter seus valores adequados, conforme preceitua o parágrafo 5º do artigo 56 da Lei 14.133/2021, o qual dispõe:

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.1.1. O não encaminhamento dos documentos de que trata a cláusula **8.15.1** ensejará na inabilitação da licitante.

8.15.1.2. Fica desobrigada do envio dos documentos de que trata a cláusula **8.15.1** a licitante que, no decorrer do certame licitatório, não tenha apresentado lances.

8.15.2. O Agente de Contratação poderá, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.16. DA ANÁLISE DA PROPOSTA OFERTADA.

8.16.1. Após o recebimento da proposta de preço readequada, o Agente de Contratação iniciará a fase de análise da proposta de preço, conforme a ordem de classificação, seguindo a ordem crescente de valores, deliberando sobre a sua aceitação após realizar julgamento de acordo com as regras editalícias.

8.17. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.17.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.17.2. A existência de valores de serviços unitários isolados, na planilha orçamentária do licitante, inferiores aos serviços unitários da planilha orçamentária referencial não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que tais valores não infrinjam o disposto na cláusula **8.18.2.1** deste edital.

8.17.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

b) contenha vício insanável ou ilegalidade;

c) não apresente as especificações técnicas exigidas;

d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível conforme regras contidas no edital.

8.18. DA ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

8.18.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a sua suspeita.

8.18.2. O Agente de Contratação auferirá se o valor da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar é exequível, utilizando, para isto, o seguinte parâmetro:

8.18.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.18.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração constante na cláusula 2.1.1 deste edital.

8.18.3.1. Constatando-se a inexequibilidade da proposta, antes da tomada de decisão final em inabilitar a licitante, o agente de contratação lhe oferecerá oportunidade para se manifestar quanto ao interesse em demonstrar a exequibilidade da proposta no período máximo de 30 minutos.

8.18.3.2. Caso o licitante manifeste interesse em comprovar a exequibilidade, lhe será concedido o prazo de 1 (um) dia útil para formalizar a comprovação junto a administração por meio da plataforma eletrônica.

8.18.3.3. Caso o licitante não se manifeste no prazo inicial de 30 minutos, ou tendo se manifestado, não comprove a exequibilidade, o mesmo será inabilitado.

8.18.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

8.18.4.1. Constatando-se a ocorrência do fato descrito na cláusula **8.18.4** deste edital, o Agente de Contratação deverá solicitar ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, que apresente, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, utilizando-se do modelo constante do **Anexo XI**, o compromisso de prestar garantia adicional no valor da diferença apurada.

8.19. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E CARTA DE SOLIDARIEDADE.

8.19.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Agente de Contratação poderá exigir que o

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra do produto ofertado para realização do serviço, em local a ser indicado e dentro de 7 (sete) dias úteis contados da solicitação.

8.19.1.1. A não apresentação conforme a exigência da cláusula **8.19.1** ensejará na desclassificação da proposta.

8.19.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será desclassificada.

8.19.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.19.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.19.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 7 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

8.19.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis para a realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.19.9. O Agente de Contratação poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.20. DA DECLARAÇÃO DE VENCEDOR.

8.20.1. Constatando-se cumpridas as exigências de habilitação e classificação das propostas, conforme disposto neste edital, será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global.

8.21. DA CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES.

8.21.1. Se a proposta do licitante arrematante for desclassificada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

9. DOS RECURSOS.

9.1. Momento de Interposição de Recursos:

9.1.1. Primeiro Momento: Após a divulgação da decisão sobre a habilitação ou inabilitação dos licitantes, será concedido o prazo mínimo de **1 (um) dia útil** para que os licitantes possam analisar as documentações e manifestar, por meio do sistema eletrônico, o interesse em interpor recurso.

9.1.2. Segundo Momento: Após a divulgação da decisão sobre a classificação das propostas e declaração de vencedor, concedido o prazo mínimo de **1 (um) dia útil** para que os licitantes possam avaliar as documentações e manifestar, por meio do sistema eletrônico, o interesse em interpor recurso.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

9.2. Prazo para Apresentação das Razões Recursais:

9.2.1. Manifestado o interesse em interpor recurso dentro do prazo estabelecido, o recorrente terá **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões do recurso, que deverão ser enviadas exclusivamente pelo sistema eletrônico.

9.2.2. Os demais licitantes serão automaticamente intimados, desde logo, para, se assim desejarem, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes ao término do prazo de apresentação do recurso.

9.3. Análise e Decisão dos Recursos:

9.3.1. As razões do recurso e as contrarrazões serão encaminhadas ao Agente de Contratação, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis para reconsiderar o ato ou a decisão.

9.3.1.1 Não havendo reconsideração, os recursos serão encaminhados, com a devida motivação, à autoridade superior.

9.3.2. A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos autos do processo.

9.4. Efeitos do Acolhimento do Recurso:

9.4.1. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos que não possam ser aproveitados, mantendo os demais atos válidos.

9.5. Disponibilidade dos Autos:

9.5.1. Os autos do processo licitatório permanecerão disponíveis para consulta dos interessados no endereço indicado neste Edital, assegurando vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente;

b) Na hipótese em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

c) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado;

d) Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente;

e) Quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, nos prazos assinalados neste edital.

10.1.1. Nas hipóteses constantes nas alíneas **a**, **b**, **c**, **d** e **e** da cláusula **10.1**, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.1.2. A convocação da reabertura da sessão pública de que trata a cláusula **10.1** dar-se-á para os casos previstos nas alíneas **a**, **b**, **c** e **e**, através do sistema eletrônico “chat” do Portal de Compras Públicas.

10.1.3. Para o caso previsto na alínea **d** da cláusula **10.1**, a convocação será feita através de publicação nos mesmos veículos utilizados para publicação deste certame.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.1.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12. DAS GARANTIAS

12.1. Serão exigidas as seguintes garantias:

a) Garantia de Proposta;

b) Garantia Contratual;

c) Garantia Adicional.

12.2. Garantia de Proposta

12.2.1. As licitantes participantes deverão comprovar, no momento da apresentação da proposta de preço, a prestação da garantia de proposta no valor de R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS), conforme estabelecido no § 1º do artigo

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

58 da Lei 14.133/2021 e nos termos do § 1º do artigo 96 da mesma legislação, pelo prazo mínimo de 60 (sessenta dias) contados da data da apresentação da proposta.

12.2.2. A apresentação da proposta via plataforma eletrônica exigirá também a inclusão da Garantia de Proposta no momento da submissão da proposta de preço, conforme cláusula **7.3**, acompanhada do documento que comprove a prestação da garantia na quantia mencionada na cláusula **12.2.1** como requisito de pré-habilitação.

12.2.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes, quando recolhida em espécie, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

12.2.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração. (§5º do Art.90 da Lei 14.133/2021).

12.2.5. Na falta do comprovante da Garantia da Proposta, o licitante será considerado inabilitado, a menos que, através de diligência estabelecida pelo agente de contratação com duração mínima de 30 (trinta) minutos, o licitante envie o comprovante registrado em horário anterior à abertura da sessão.

12.2.5.1. Se for identificado que o licitante participou do processo licitatório sem efetuar o recolhimento da garantia da proposta, este ficará sujeito às penalidades legalmente estabelecidas.

12.3. Garantia Contratual.

12.3.1. Em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do instrumento contratual, a empresa CONTRATADA deverá prestar garantia da contratação na importância correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total pactuado, devendo ser apresentada em uma das formas dispostas no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

12.3.1.1. A não apresentação da garantia de que trata a cláusula **12.3.1** no prazo estipulado será considerado descumprimento de contrato e ensejará em aplicação das penalidades cabíveis à empresa que o infringir.

12.3.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

12.3.3. A garantia do contrato acompanhará os eventuais ajustes do valor contratual, devendo ser complementada pelo CONTRATADO, quando da celebração de Termos Aditivos ou apostilamentos ao contrato original, quando couber.

12.3.3.1. Havendo acréscimo no valor contratual, o CONTRATADO deverá proceder o reforço proporcional da garantia e o seu não atendimento autoriza o CONTRATANTE a descontar das faturas o valor correspondente.

12.3.3.2. A garantia contratual deverá ser renovada e apresentada, no prazo de cinco dias a contar da assinatura do termo de aditamento, em caso de dilação de prazo e deverá ser calculada sobre o valor contratual total.

12.3.4. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato, acompanhando, caso ocorra, a dilação da vigência contratual.

12.3.5. A garantia contratual deverá ser comprovada em até 5 (cinco) dias posteriores à assinatura do contrato, a ser celebrado com a Administração, sendo essa apresentação requisito imprescindível para a validade contratual e consequente emissão de ordem de serviço.

12.3.6. As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados e da apresentação dos documentos de outros documentos, quando exigidos.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

12.4. Garantia Adicional.

12.4.1. Como condição para validade do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor quando sua proposta de preço final for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.4.1.1. O valor a ser prestado em forma de garantia deverá ser equivalente à diferença entre o valor orçado pela administração e o valor da proposta do licitante vencedor, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4.1.2. O prazo para apresentação da garantia adicional será conforme estipulado na cláusula **12.3.1**.

12.4.1.3. A não apresentação da garantia de que trata a cláusula **12.3.1** no prazo estipulado será considerado descumprimento de contrato e ensejará em aplicação das penalidades cabíveis à empresa que o infringir.

12.4.1.4. A garantia adicional acompanhará os eventuais ajustes do valor contratual, devendo ser complementada pelo CONTRATADO, quando da celebração de Termos Aditivos ou apostilamentos ao contrato original, quando couber.

12.4.1.5. A garantia adicional deverá ser renovada e apresentada, no prazo de cinco dias a contar da assinatura do termo de aditamento, em caso de dilação de prazo e deverá ser calculada sobre o valor contratual total.

13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS GARANTIAS

13.1. Conforme previsto na cláusula **12** deste edital, haverá a necessidade de prestação e comprovação das garantias exigidas e caberá aos licitantes e ao(s) contratado(s) optar por uma das seguintes modalidades de garantia previstas no artigo 96 da Lei Federal 14.133/2021:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

13.2. No caso de garantia em dinheiro, o licitante deverá depositar o valor na conta bancária específica indicada pela Administração, destinada ao tipo de garantia em questão.

13.3. No caso de garantia oferecida em cheque, somente será aceito pelo CONTRATANTE, quando for realizado mediante cheque administrativo.

13.4. No caso de garantia prestada na modalidade de seguro-garantia, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

13.4.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

13.4.2. No caso de garantia prestada em títulos da dívida pública, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:

a) origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registros no balanço patrimonial do Licitante;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

b) documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.

c) memória de cálculo da correção atualizada do valor do título realizada por profissional legalmente habilitado;

d) serão aceitos pela administração apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 dias após o término do prazo contratual;

e) todos os procedimentos e custos de vinculação do Título da Dívida Pública ao contrato são de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada.

13.4.3. O CONTRATANTE se reserva ao direito de averiguar, de acordo com as cautelas de estilo, a autenticidade do(s) título(s) ofertados pela contratada para comprovar o recolhimento das garantias

14. DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PELA VENCEDORA

14.1. DO CONTRATO

14.1.1. Considerando que o conjunto dos procedimentos descritos neste edital tem a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa economicamente, referente ao objeto descrito na cláusula **2** deste edital, a licitante que for declarada vencedora terá o item a ela adjudicado e deverá assinar o contrato, cujo modelo encontra-se no **ANEXO XII** deste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da convocação.

14.1.2. Se o licitante vencedor se recusar a firmar o contrato, injustificadamente, perderá o direito à contratação, bem como do reembolso da garantia de proposta e estará sujeito às penalidades legalmente estabelecidas.

14.1.3. Ocorrendo a situação descrita na cláusula **14.1.2** deste edital, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos da cláusula **14.1.3** deste edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II – adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.1.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do mesmo.

15. DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO.

15.1. Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º e Capítulo VII ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

15.2.1. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

15.2.2. Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro/execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes;

15.2.3. Se o CONTRATADO antecipar o cronograma físico-financeiro/execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

15.2.4. O valor pactuado para execução do objeto poderá ser reajustado na forma da Lei Federal 14.133/2021 e na forma deste Contrato, desde que solicitado pelo CONTRATADO e aprovado pela CONTRATANTE (salvo em caso de atraso do Cronograma físico-financeiro/execução imputável ao CONTRATADO);

15.2.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

15.3. O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá a seguinte fórmula:

$$V_f = V_i (1+i)$$

V_f é o valor final do contrato.

V_i é o valor inicial do contrato.

i índice de reajuste acumulado na forma decimal

15.3.1. O reajustamento, quando couber, poderá ser concedido após decorrido o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, conforme estabelece a Lei 14.133/2021, desde que preenchidos os requisitos legais.

15.3.2. Caso o contrato seja assinado após o decurso do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, o valor contratual

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

poderá ser reajustado até a data do primeiro aniversário do orçamento.

15.3.3. Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

15.4. Considerar-se-á até a quarta casa decimal, sem arredondamento, o quociente de reajuste.

16. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2. O detentor do contrato terá direito à extinção do compromisso nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do compromisso assumido além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do compromisso assumido através do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou o licenciamento ambiental.

16.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos **II, III e IV** da cláusula **16.1** observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do preço descrito no contrato, na forma da alínea “d” do inciso **II** do **caput** do art. 124 da Lei 14.133/2021.

16.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.5. A extinção do compromisso assumido através do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.5.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.5.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

16.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16.6.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II da cláusula **16.6** ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

16.6.2. Na hipótese do inciso II da cláusula **16.6**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Autoridade Competente.

16.7. Será facultada à administração a convocação dos demais licitantes classificados, conforme preceitua o § 7º do artigo 90 da lei 14.133/2021, para realizar a contratação sobre o saldo remanescente, em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do mesmo artigo 90.

17. DA ENTREGA DO OBJETO

17.1. As regras relativas à entrega do objeto encontram-se descritas no **ANEXO I** deste edital.

18. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

18.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do funcionário: **DANIEL AVELINO DA SILVA**

18.2. As regras de fiscalização da execução do contrato encontram-se no Termo de Referência constante no Anexo I.

19. DA GESTÃO DO CONTRATO

19.1. A gestão do contrato ficará a cargo do funcionário: **REINALDO TORRES DE ALBUQUERQUE.**

19.2. As regras de gestão da execução do contrato encontram-se no Termo de Referência constante no Anexo I.

20. DAS SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias;

II - fizer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 60 (sessenta) meses e multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do item de contratação;

III - ensejar o retardamento da execução do certame:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

IV - não manter a proposta:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias;

V - comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 60 (sessenta) meses e multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do item de contratação;

VI - cometer fraude de qualquer natureza:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 60 (sessenta) meses e multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do item de contratação; e

VII - não celebrar o contrato no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não der recebimento ao respectivo instrumento contratual:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias e multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do item de contratação.

20.2. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do MUNICÍPIO DE TAGUAÍ e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

20.3. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor aos cofres públicos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sob pena de cobrança judicial.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

20.4. Detectada prática de condutas especificadas consideradas infrações administrativas na sessão pública, o agente de contratação comunicará ao Prefeito Municipal o ocorrido, o qual determinará que inicie procedimento de apuração em processo apartado.

20.5. Em sendo aberto procedimento de apuração das condutas pelo Prefeito Municipal, os licitantes serão notificados formalmente para apresentação de defesa administrativa.

20.6. Para aplicação de qualquer das penalidades previstas, considera-se:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a) não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente de contratação durante o certame; ou

b) entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

II - fazer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:

a) prestar informações falsas; ou

b) apresentar documentação com informações inverídicas;

III - retardar a execução do certame:

a) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

b) não comprovar os requisitos de habilitação; ou

c) praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

IV - não manter a proposta:

- a) não enviar a proposta;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra quando solicitada; e

V - comportar-se de maneira inidônea ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

- a) frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- b) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- c) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- d) apresentar amostra falsificada ou deteriorada; ou
- e) realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021.

20.7. Não será apurada a conduta pertinente à desclassificação ocorrida antes da fase de lances, salvo se houver indícios de má-fé.

20.8. Quando a ação ou omissão do licitante ou do adjudicatário ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais gravosa.

20.9. Quando, em um mesmo procedimento licitatório, o licitante cometer mais de uma conduta passível de punição em itens de contratação diversos, será aplicada a pena da conduta mais gravosa, podendo ser majorada até seu patamar máximo, observado o princípio da proporcionalidade.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

20.10. Poderá ser afastada a majoração de que trata a cláusula anterior caso as condutas perpetradas possuam nexo causal entre si.

20.11. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste edital será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

20.12. Caso tenha sido verificada concomitante conduta que configure ato lesivo à administração pública, o rito da apuração será aquele previsto na Lei Federal n.12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

20.14. O licitante ficará isento das penalidades caso reconhecida força maior ou caso fortuito devidamente reconhecido pela Administração Municipal, bem como comprovado que a conduta praticada seja decorrente de vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído.

20.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos órgãos competentes após o trânsito em julgado administrativo.

20.16. Considera-se que a decisão teve o trânsito em julgado administrativo:

I. no dia útil subsequente ao término do prazo para a interposição de recurso, sem a interposição deste;

II. no dia útil subsequente à ciência da decisão em sede de recurso.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

21.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do Município de Taguaí: www.taguai.sp.gov.br.

21.3. As atas e documentos apresentados pelos licitantes serão divulgados no sistema eletrônico utilizado para a ocorrência do certame licitatório: www.portaldecompraspublicas.com.br .

21.4. O licitante declarado vencedor da licitação estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, constante do **Anexo XIII** e Anexo LC-02 - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP, constante do **Anexo XIV**, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme disciplina aplicável.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. Os critérios sobre a subcontratação estão definidos nas peças do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

22. DO FORO

22.1. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Fartura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. DOS ANEXOS

23.1. Fazem parte integrante deste edital os anexos abaixo:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

a) Anexo I – Cláusula: 2.2 - Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico e Executivo, Relação de Ruas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro/Cronograma de Execução, Memorial Descritivo, ART, Composição de Taxa de BDI, Composição de Encargos Sociais.

b) Anexo II – Cláusula - 6.1.2 e d - 7.6.1.4.1.1 – Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação – Optando ou não pela vistoria.

c) Anexo III – Da solicitação de direito de preferência de contratação às empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

c.1) Anexo III.1 – Cláusula 7.4.1.1

c.2) Anexo III.2 – Cláusula 7.4.1.2

c.3) Anexo III.3 – Cláusula 7.4.2.4

d) Anexo IV – Cláusula 7.5.2 – Da Carta de Proposta de Preço

e) Anexo V – Cláusula 7.5.3.1 – Das declarações que devem acompanhar a Proposta de Preço

f) Anexo VI – Cláusula 7.6.1.3.3 – Dos índices econômicos e financeiros

g) Anexo VII – Cláusula 7.6.1.3.4.1 – Do valor do patrimônio líquido

h) Anexo VIII – Cláusula – a e c.6 - 7.6.1.4.1.2 Da Capacidade Técnica Profissional

i) Anexo IX – Cláusula - 7.6.1.5 – Das declarações que devem acompanhar os documentos de Habilitação

j) Anexo X – Cláusula 7.7 - Dos representantes legais da empresa

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

k) Anexo XI – Cláusula 8.18.4 - Da garantia do valor inferior a 85% sobre o valor orçado pela administração.

l) Anexo XII – Cláusula 14.1.1 – Da minuta de Contrato.

m) Anexo XIII – Cláusula 21.4 - Termo de Ciência e de Notificação.

n) Anexo XIV – Cláusula 21.4 - ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP.

o) Anexo XV - Cláusula 7.5.3.2 e 8.11.1 – Planilha de Cálculo do BDI.

p) Anexo XVI - Cláusula 7.6.1.4.1.1 alínea b - Relação dos itens executados que comprovem a similaridade com as parcelas de maior relevância.

Taguaí-SP, 3 de fevereiro de 2026.

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo I do Edital
Termo de Referência



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ/SP – CONVÊNIO Nº100117/2025.

O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), desenvolvido pela Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços da Prefeitura Municipal de Taguaí, e tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, operacionais, administrativas e legais para a contratação de empresa especializada em construção civil, visando à execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérghamo, no Município de Taguaí/SP.

O objeto está vinculado ao Convênio Nº100117/2025, celebrado entre o Município de Taguaí e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo (SGRI), com o objetivo de promover a melhoria da mobilidade, acessibilidade e segurança viária, por meio da implantação de calçadas acessíveis, pista de caminhada, recapeamento asfáltico, lombofaixas, reciclagem de pavimento e implantação de iluminação pública em LED.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

A elaboração deste Termo de Referência fundamenta-se nas peças técnicas integrantes do convênio, as quais asseguram a coerência entre os aspectos de engenharia, orçamento, cronograma e controle de qualidade, a saber:

Anexo vinculado a este Termo de Referência:

a) Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - Encontra-se descrita no Estudo técnico Preliminar e seus anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, os quais integram o anexo I deste Termo de Referência, as características mínimas para a contratação de empresa especializada para execução de Obras de Infraestrutura Urbana na Rua Fernando Gobbo e Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí, objeto do Convênio N°100117/2025, incluindo, os respectivos serviços, materiais, quantidades, unidades e valores correspondentes.

1.2 - A execução da obra, objeto desta licitação, dar-se-á de acordo com os parâmetros especificados no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Edital e Instrumento da Contratação, sendo considerada uma obra comum por ter características objetivamente padronizáveis.

1.3 - O objeto licitado enquadra-se como “obra”, uma vez que apresenta as características definidas no inciso XII do artigo 6º da Lei N°14.133/2021 e citado a seguir:

“XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.”

1.4 - A vigência contratual será de 8 (oito) meses, devendo a CONTRATADA atentar-se ao Cronograma Físico-Financeiro e Cronograma de Execução disposto no Anexo IV e V do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 - O início da vigência contratual se dará a contar da data de sua assinatura, sendo permitida a prorrogação por igual período desde que justificado de forma fundamentada pela parte interessada.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A necessidade da contratação está plenamente justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), parte integrante deste Termo de Referência e identificado como Anexo I, no qual são apresentados de forma detalhada os motivos técnicos, operacionais e sociais que fundamentam a execução das Obras de Infraestrutura Urbana na Rua Fernando Gobbo e Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí, objeto do Convênio Nº100117/2025.

2.2 - O estudo demonstra que os trechos abrangidos pelo projeto apresentam pavimentação desgastada, ausência de calçadas acessíveis, deficiências na



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

drenagem superficial e sinalização insuficiente, o que compromete as condições de mobilidade, segurança e acessibilidade dos pedestres e motoristas. Essa situação gera desconforto, riscos de acidentes e prejuízos à fluidez do tráfego urbano, exigindo intervenção imediata.

2.3 - A contratação de empresa especializada em construção civil é, portanto, imprescindível para a execução das obras, que envolvem recapeamento asfáltico em CBUQ, implantação de calçadas acessíveis e pista de caminhada em concreto, execução de lombofaixas, reciclagem de pavimento com base na TPU-DER 01/25 e instalação de sistema de iluminação pública em LED, de modo a restabelecer as condições adequadas de uso, conforto e segurança viária.

2.4 - A iniciativa está alinhada às políticas públicas municipais e estaduais de mobilidade, acessibilidade e desenvolvimento urbano sustentável, contribuindo para a valorização dos espaços públicos, a promoção da segurança viária e da saúde coletiva, além de estimular o uso do espaço urbano de forma ordenada e inclusiva.

2.5 - A contratação observou os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e transparência previstos na Lei Federal Nº14.133/2021, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos, o cumprimento dos objetivos do Convênio Nº100117/2025 e a entrega de infraestrutura urbana de qualidade à população de Taguaí/SP.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

3.1 - A solução escolhida encontra-se descrita na cláusula VII do Estudo Técnico Preliminar.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Além das exigências de praxe, as empresas licitantes e a futura CONTRATADA deverão cumprir com o previsto na cláusula III do Estudo Técnico Preliminar.

5 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução dos serviços dar-se-á, seguindo os detalhamentos e características expressas, nas peças técnicas integrantes do ETP – Estudo Técnico Preliminar e do próprio Termo de Referência;

5.2 - A empresa CONTRATADA ficará responsável pela execução dos serviços conforme regras e prazo previstos no Edital, Contrato ou documento equivalente, ETP, juntamente com as peças técnicas, e Termo de Referência.

5.2.1 - Local da obra:

5.2.1.1 - RUA FERNANDO GOBBO – CENTRO – TAGUAÍ/SP;

5.2.1.2 - AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO – CENTRO – TAGUAÍ/SP;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

5.3 - O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso I do art. 140 da Lei N^o14.133/2021, que compreende:

5.3.1 - Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante apresentação do Pedido e da Planilha de Medição Final, com verificação posterior da conformidade dos serviços (obras) com as exigências contratuais;

5.3.2 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante apresentação do Termo de Recebimento Provisório que comprove o atendimento das exigências editalícias, conforme disposto neste Termo de Referência.

5.4 - Os serviços a serem entregues deverão ser executados, conforme Normas Técnicas Vigentes, e em conformidade com os detalhamentos e especificações das peças técnicas integrantes deste processo licitatório, devendo, ainda, na ocasião da entrega, estar em perfeitas condições de uso e sem avarias.

5.4.1 - Caso os serviços executados não sejam realizados nas condições previstas na cláusula 5.4, no momento da entrega ou de sua conferência posterior, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição/correção, sem qualquer custo adicional, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

5.4.2 - A não substituição/correção de eventuais serviços em desacordo com as especificações constantes do ETP, Termo de Referência, Edital, Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido, constitui motivo para rescisão do ajuste.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

5.5 - Independentemente da aceitação, a empresa CONTRATADA garantirá a qualidade da obra pelo prazo estabelecido na cláusula 5.8 e estará obrigado a refazer aquele que se apresentar em desacordo com o estabelecido pela Administração Pública.

5.6 - Eventual impossibilidade de entrega do objeto no prazo constante do contrato, Edital, ETP e Termo de Referência, deverá ser comunicada imediatamente ao setor responsável, indicando os motivos que justificaram o descumprimento do prazo.

5.7 - Todos os custos (frete, taxas, impostos, etc.) correrão por conta da CONTRATADA.

5.8 - A empresa CONTRATADA será responsável pela solidez e segurança da obra pelo período de 5 (cinco anos), conforme previsto no artigo 618 do Código Civil 10.406/2002 e transcrito a seguir:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”.

5.8.1 - O conceito de solidez e segurança abrange a funcionalidade da obra, ou seja, a condição de uso para a finalidade pretendida.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

5.9 - Identificada alguma falha na execução da obra ou inexecução de etapas do projeto a CONTRATANTE irá, se necessário, documentá-las através de fotos, laudos e relatos e notificará extrajudicialmente a CONTRATADA para realizar o reparo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da notificação.

5.9.1 - Não havendo resposta positiva imediata da construtora, a CONTRATANTE poderá promover a correção das falhas, cobrando-a, posteriormente, pelo ressarcimento, se necessário, pela via judicial.

5.9.2 - A realização de reparos informados na cláusula 5.9 deverá ocorrer, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, enquanto perdurar o prazo de responsabilidade pela solidez e segurança da obra.

5.10 - Se porventura ocorrer algum dano ou a necessidade de reparos, após transcorrido o prazo previsto no artigo 618 do Código Civil, se for comprovada a culpa da empresa contrata, a mesma deverá repará-los com base no Código de Defesa do Consumidor em seus artigos 12, 20, 26 e 27, entre outros, pois a responsabilidade do construtor estende-se por toda a vida útil da obra.

5.11 – Da Subcontratação:

5.11.1 - Será admitida a subcontratação parcial de serviços, limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global contratado, restrita a atividades acessórias ou complementares que não caracterizem a transferência integral do objeto conforme previsto no tópico VII do Estudo Técnico Preliminar, disposto como anexo I deste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

5.11.2 - A eventual autorização de subcontratação não exime a contratada principal do cumprimento integral das obrigações contratuais e legais, devendo assegurar que a subcontratada observe todas as exigências técnicas, trabalhistas, ambientais e de segurança aplicáveis à execução da obra.

6 - GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes conforme as cláusulas avençadas e as normas legais vigentes, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que os envolvidos façam uso do endereço eletrônico indicado nos autos do processo.

6.3 - A CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial com o intuito de apresentar o plano de fiscalização, no qual constarão informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

6.5 - Deverão ser observadas as disposições a seguir sobre a fiscalização do contrato ou instrumento equivalente:

6.5.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme o disposto no art. 117, caput, da Lei Nº14.133, de 2021;

6.5.2 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato velando para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.5.3 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.5.4 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade na execução do contrato, o fiscal do contrato emitirá notificações para a CONTRATADA solicitando a sua correção e assinalando prazo para realizar a correção;

6.5.5 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que se adotem as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.5.6 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;



MUNICÍPIO DE TAGUAI

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

6.5.7 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.5.8 - O fiscal do contrato poderá verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;

6.5.9 - O fiscal do contrato acompanhará o empenho, a liquidação, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.5.10 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6 - Referente à Gestão do Contrato ou do instrumento equivalente, deverão ser observadas as seguintes diligências:

6.6.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou do instrumento equivalente contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações dos prazos de execução, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.6.2 - O gestor do contrato acompanhará os registros, realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências durante à execução do mesmo e as medidas



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.6.3 - O gestor do contrato poderá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho e liquidação de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.6.4 - O gestor do contrato tomará as providências necessárias para a formalização do processo administrativo de responsabilização, com o objetivo de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei N°14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso;

6.6.5 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - Os serviços (obras) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com o Pedido e a Planilha de Medição, e será dado andamento através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização para posterior verificação de sua conformidade com as especificações definidas no processo de contratação e na proposta apresentada pela CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

7.2 - Os serviços (obras) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no processo de contratação e na proposta apresentada pela CONTRATADA, devendo ser substituídos/refeitos imediatamente para que não haja danos e prejuízos à administração, às suas custas, sem prejuízo à aplicação das penalidades cabíveis.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar da aprovação final dos serviços (entrega da obra), após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços;

7.3.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências editalícias.

7.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que refira à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5 - O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá da CONTRADA a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra, incluindo os serviços e



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

materiais empregados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

7.7 - Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado pela CONTRATADA expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1 - A data da emissão;

7.8.2 - Os dados do contrato e dados indicados no pedido de compra;

7.8.3 - O valor a pagar; e

7.8.4 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.10 - A CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação exigidas no edital durante a vigência do instrumento contratual.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

7.11 - Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.12 - O prazo de que trato a cláusula 7.11 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.13 - Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.14 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.15 - No caso de atraso de pagamento causado pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA solicite, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o término do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de IPCA-IBGE de correção monetária.

7.16 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.17 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

7.19 - Independentemente do percentual de tributo aplicável, os valores estabelecidos na legislação vigente serão retidos na fonte no momento do pagamento.

7.20 - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar N^o123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, permanecendo o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, de forma **ELETRÔNICA**, utilizando-se o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, com regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, com intervalo mínimo para redução de lance de **R\$500,00 (quinhentos reais)**, utilizando-se da prerrogativa autorizada pela Lei Federal N^o14.133 no artigo 17, em seu parágrafo primeiro, da **INVERSÃO das FASES** de seleção de proposta e habilitação, os quais descrevemos a seguir:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação. § 1^o A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.”

8.1.1 - Justifica-se a antecipação das fases através das considerações abaixo:

a) **Considerando** que a inversão das fases licitatórias proporciona maior eficiência ao processo licitatório ao garantir que somente licitantes com capacidade técnica, financeira e jurídica comprovadas possam participar da fase de propostas, evitando-se o desperdício de recursos públicos e de tempo com a análise de propostas de licitantes que não atendem às exigências necessárias;

b) **Considerando** que a natureza complexa e específica das obras e serviços de engenharia, especialmente aqueles que envolvem soluções sob encomenda, requer uma análise prioritária da capacidade técnica do licitante para assegurar a execução contratual adequada e a entrega do objeto com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;

c) **Considerando** que a execução de contratos de engenharia, tanto de natureza comum como especial, exige a comprovação prévia de qualificações técnicas específicas, cujo exame na fase de habilitação antecedente contribui para uma licitação mais segura e eficaz, reduzindo os riscos de inexecução e de descumprimento contratual;

d) **Considerando** que a antecipação da fase de habilitação permite à Administração Pública Municipal selecionar licitantes que efetivamente possuem as condições técnicas, financeiras e jurídicas necessárias para a execução do objeto licitado, promovendo, assim, uma licitação mais eficaz e uma execução contratual mais eficiente;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

e) **Considerando** que a inversão das fases possibilita a Administração evitar litígios e retrabalhos, promovendo maior celeridade e economia no processo licitatório, ao concentrar esforços na análise das propostas de licitantes previamente qualificados;

f) **Considerando** que a adoção da inversão das fases nas licitações de obras e serviços de engenharia está em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, e melhor interesse público, otimizando os recursos disponíveis e assegurando o atendimento das necessidades da Administração.

8.1.1.1 - Corroborando a justificativa acima, temos o Decreto Municipal Nº58 de 12 de agosto de 2024, que regulamenta a aplicação da Lei Federal Nº14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito das licitações cujo objeto seja obras e serviços de engenharia, tanto comum como especial, e dá outras providências, onde determina, em seu art. 2º:

“Nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, tanto de natureza comum como especial, a fase de habilitação será realizada antes da fase de apresentação e julgamento das propostas de preços e lances, conforme autorizado pela Lei Nº14.133/2021.”

8.2 - A seleção do fornecedor será realizada conforme os critérios estabelecidos no processo licitatório e preço oferecido.

8.3 - O licitante deve atentar-se às exigências contidas nos em todos os documentos que regulamentam este processo de contratação, incluindo as legislações pertinentes.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O custo estimado máximo da contratação foi elaborado com base no Boletim de Custos CDHU N°198 – Sem Desoneração, complementado por itens referenciados na Tabela de Preços Unitários do DER – TPU-DER 01/25, assegurando que os valores utilizados reflitam parâmetros oficiais, atualizados e compatíveis com o mercado da construção civil no Estado de São Paulo.

9.1.1 - VALOR GLOBAL DA OBRA:

9.1.1.1 - O valor total orçado da obra é de **R\$2.384.962,34 (DOIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**.

9.1.1.1.1 - Esse montante representa o custo integral necessário para a execução completa do objeto, abrangendo todos os custos diretos e indiretos, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos sociais, administração local e o Benefício e Despesas Indiretas (BDI).

9.1.2 - VALOR CONVENIADO – CONVÊNIO N°100117/2025

9.1.2.1 - Do valor global, **R\$1.906.326,79 (UM MILHÃO NOVECENTOS E SEIS MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)** correspondem ao valor conveniado, oriundo do Convênio N°100117/2025, celebrado entre o Município de Taguaí e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo (SGRI).



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

9.1.2.2 - Esse valor conveniado é composto por duas fontes distintas:

a) R\$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS) – repasse estadual da SGRI;

b) R\$906.326,79 (NOVECIENTOS E SEIS MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) – contrapartida municipal, conforme prevista no plano de trabalho do convênio.

9.1.2.3 - Os valores conveniados abrangem os seguintes serviços técnicos integrantes da Planilha A:

I - Recapeamento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ);

II - Execução de guias e sarjetas moldadas in loco;

III - Construção de calçadas e pista de caminhada em concreto com acessibilidade;

IV - Execução de lombofaixas para travessia segura de pedestres.

V - Esses serviços compõem o núcleo essencial da infraestrutura urbana prevista no plano de trabalho conveniado e atendem integralmente ao objeto pactuado com o Governo do Estado de São Paulo.

9.1.3 - VALOR COMPLEMENTAR – RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS (PLANILHA B)



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

9.1.3.1 - Além do valor conveniado, verificou-se a necessidade de execução de serviços complementares indispensáveis à conclusão integral e funcional da obra, não contemplados originalmente no plano de trabalho do convênio.

9.1.3.2 - Esses serviços totalizam **R\$478.635,55 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)**, que serão custeados integralmente com recursos próprios do Município de Taguaí, conforme detalhado na Planilha B – Serviços Complementares Não Conveniados.

9.1.3.3 - Entre os serviços compreendidos neste montante destacam-se:

I - Reciclagem de pavimento com adição de brita e cimento, baseada na TPU-DER 01/25;

II - Implantação do sistema de iluminação pública em LED, incluindo luminárias, postes, cabeamento e dispositivos de proteção;

III - Adequações complementares de infraestrutura e drenagem, indispensáveis à segurança, durabilidade e plena funcionalidade do conjunto urbano executado.

9.2 - Regras de Atualização e Reajuste

9.2.1 - Os valores poderão ser atualizados ou reajustados em conformidade com as disposições da Lei Federal Nº14.133/2021, observando-se as seguintes condições:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

9.2.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual nos termos originalmente pactuados, conforme art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei Nº14.133/2021;

9.2.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais ou normas supervenientes, com comprovada repercussão sobre os preços contratados;

9.2.1.3 - Os preços poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento, conforme o índice de reajuste estabelecido no instrumento contratual, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da execução.

9.3 - Dessa forma, o valor global de R\$2.384.962,34 (DOIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) representa a soma dos recursos estaduais, contrapartida municipal e valores complementares próprios, assegurando a execução integral, segura e funcional das obras de infraestrutura urbana no Município de Taguaí/SP, em plena conformidade com a Lei Nº14.133/2021, o Boletim de Custos CDHU Nº198 – Sem Desoneração, a TPU-DER 01/25 e as normas técnicas aplicáveis à engenharia pública.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes do contrato serão vinculadas à dotação orçamentária descrita abaixo:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020502

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1501.1008.0000

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00

FICHA: 266, 267 e 269

11 - INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo do funcionário público: Daniel Avelino da Silva.

11.1.1 - A fiscalização do contrato será assessorada pela empresa DEIVISON LUCIO RODRIGUES-ME através do Engenheiro Civil: DEIVISON LUCIO RODRIGUES – CREA N°5070205291 - ART N°2620251416126.

12 - INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO

12.1 - A gestão do contrato ficará a cargo do funcionário: Reinaldo Torres de Albuquerque.

12.1.1 - A gestão do contrato será assessorada pela empresa DEIVISON LUCIO RODRIGUES-ME através do Engenheiro Civil: DEIVISON LUCIO RODRIGUES – CREA N°5070205291 - ART N°2620251416126.

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 22 dias de outubro de 2025.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

DANIEL AVELINO DA SILVA
Encarregado Municipal de Obras e serviços

REINALDO TORRES DE ALBUQUERQUE
Coordenador Municipal de Obras e serviços

DEIVISON LUCIO RODRIGUES
Responsável Técnico
Engenheiro Civil
CREA N°5070205291

Após análise minuciosa do termo de referência, decido:

- Aprová-lo.**
- Rejeitá-lo.**
- Aceitá-lo com ressalvas.**

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo I do Termo de Referência
Estudo Técnico Preliminar



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ/SP – CONVÊNIO N°100117/2025.

Trata-se, este instrumento, de estudo técnico preliminar (ETP) exarado pela Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços, com base nas disposições contidas no § 1º, do art. 18, da Lei Federal N°14.133 de 1º de abril de 2021, com a finalidade de realizar uma análise criteriosa e detalhada para fornecer informações sólidas e fundamentadas para embasar a tomada de decisões em relação à contratação de empresa especializada para execução de OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ/SP – CONVÊNIO N°100117/2025.

Seguem em anexo e fazem parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO;

ANEXO II – MEMÓRIA DE CÁLCULO;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO DESEMBOLSO;

ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;

ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO VII – ART;

ANEXO VIII – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO;

ANEXO IX – COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BDI;

ANEXO X – COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

A execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, vinculada ao Convênio Nº100117/2025, constitui ação de expressiva relevância social e urbanística, voltada à melhoria da mobilidade, acessibilidade e segurança dos pedestres e motoristas, promovendo o uso adequado e seguro do espaço público por toda a coletividade.

Os trechos abrangidos apresentam pavimentação irregular, desgaste asfáltico, fissuras e ausência de calçamento apropriado, o que dificulta o deslocamento de



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

pedestres e compromete o escoamento das águas pluviais. A implantação de pista de caminhada, calçadas acessíveis, recapeamento asfáltico e demais melhorias estruturais garantirá circulação segura, drenagem adequada e requalificação estética do espaço urbano, tornando o ambiente mais funcional, acessível e agradável à convivência pública.

A obra contemplará serviços essenciais distribuídos em duas planilhas orçamentárias complementares, conforme detalhamento técnico:

Planilha A – Convênio Estadual (R\$1.906.326,79): abrange serviços preliminares, execução de passeios públicos e pista de caminhada, recapeamento asfáltico em CBUQ e lombofaixas para travessia de pedestres, executados com recursos do convênio.

Planilha B – Recursos Próprios Municipais (R\$478.635,55): contempla serviços complementares indispensáveis à plena funcionalidade da obra, tais como implantação do sistema de iluminação pública (52 postes e 53 luminárias LED) e reciclagem de pavimento da Rua Fernando Gobbo no trecho compreendido entre a Rua Antônio Dalcin até a Rua Dona Beni, totalizando o valor global da intervenção em R\$2.384.962,34.

A intervenção proporcionará à população um espaço urbano requalificado, seguro e inclusivo, que estimula a prática de atividades físicas e o convívio social, contribuindo diretamente para a saúde, o bem-estar e a integração comunitária. Além de atender às normas técnicas da ABNT e às diretrizes de acessibilidade e mobilidade urbana, o projeto reforça o compromisso do Município com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 9 e 11), promovendo cidades mais seguras, sustentáveis e resilientes.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Assim, a contratação de empresa especializada é medida indispensável ao atendimento do interesse público, assegurando a melhoria das condições urbanas, a valorização do espaço público e a qualidade de vida da população de Taguaí, mediante execução integrada entre os recursos estaduais e municipais.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO, INDICANDO O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

A contratação para execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, está devidamente prevista no Planejamento Plurianual (PPA) vigente, bem como nas ações estratégicas do Plano de Governo Municipal, que estabelecem como diretriz o fortalecimento da infraestrutura urbana e a valorização dos espaços públicos voltados à mobilidade, acessibilidade e segurança da população.

A despesa também encontra respaldo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício, assegurando compatibilidade com as metas fiscais e orçamentárias e observância aos princípios da responsabilidade fiscal e da gestão eficiente dos recursos públicos.

O investimento será viabilizado por meio do Convênio N°100117/2025, celebrado entre o Município de Taguaí e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo (SGRI), que prevê R\$1.000.000,00 de repasse estadual e R\$906.326,79 de contrapartida municipal, complementados por R\$478.635,55 de



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

recursos próprios adicionais, totalizando R\$2.384.962,34 destinados à execução integral do objeto.

A inclusão dessa obra no planejamento municipal demonstra a coerência da ação com os objetivos estratégicos da Administração Pública, voltados à promoção da qualidade de vida, segurança viária e requalificação urbana, integrando políticas públicas de mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade.

Além disso, a medida está alinhada às diretrizes de transparência, eficiência, eficácia e economicidade preconizadas pela Lei Federal Nº14.133/2021, reforçando o compromisso da Prefeitura com o planejamento responsável, a gestão por resultados e a aplicação racional dos recursos públicos.

Dessa forma, a presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao planejamento administrativo, orçamentário e estratégico do Município de Taguaí, atendendo às prioridades da gestão pública e aos anseios da comunidade, e contribuindo para a melhoria da infraestrutura urbana, da mobilidade e da segurança dos munícipes.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, legais e de desempenho, assegurando a adequada execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, conforme as especificações constantes do Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Orçamentária, Cronograma Físico de Desembolso, Cronograma Físico Financeiro, e demais peças técnicas integrantes do Convênio N°100117/2025.

A solução proposta abrange a execução de serviços de requalificação viária e urbana, contemplando:

Serviços Preliminares, com instalação de placa de obra, locação e montagem de canteiro;

Execução de Passeios Públicos e Pista de Caminhada em Concreto, com juntas de dilatação, sinalização horizontal e tachões, conforme normas da ABNT e critérios de acessibilidade universal;

Recapeamento Asfáltico em CBUQ, com aplicação de imprimação ligante, compactação e acabamento superficial adequado;

Construção de Lombofaixas para Travessia de Pedestres, garantindo segurança e fluidez no tráfego;

Implantação do Sistema de Iluminação Pública, com instalação de 52 postes metálicos e 53 luminárias LED de alto desempenho, amplificando a segurança noturna e a visibilidade nas vias;

Serviços Complementares de Reciclagem de Pavimento e Drenagem Superficial, visando maior durabilidade estrutural e escoamento eficiente das águas pluviais.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

A solução técnica foi estruturada de forma a garantir durabilidade, funcionalidade, acessibilidade e segurança, atendendo às normas da ABNT NBR 9050/2020 (Acessibilidade), NBR 15514 (Execução de Pavimentação Asfáltica) e demais legislações aplicáveis às obras de infraestrutura urbana.

A intervenção objeto desta contratação caracteriza-se como obra de engenharia comum, uma vez que envolve serviços usuais, de caráter rotineiro no mercado, com soluções técnicas padronizadas e amplamente disponíveis, não demandando desenvolvimento de métodos inovadores, tecnologias exclusivas ou concepções singulares de engenharia. Trata-se, portanto, de escopo perfeitamente descrito, quantificado e especificado em projeto e memorial descritivo, permitindo a comparação objetiva das propostas e a adequada definição dos custos.

A execução deverá ser realizada por empresa especializada em obras de engenharia, devidamente registrada no CREA/SP, com profissionais habilitados e responsáveis técnicos formais, observando rigorosamente o memorial descritivo, os projetos e os cronogramas físico e financeiro, garantindo a qualidade, a conformidade técnica e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. **1 - Requisitos para as**

Empresas Licitantes:

Além das exigências legais e documentais habituais, as empresas licitantes deverão apresentar:

a) Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (CREA ou CAU), que comprovem a execução de obras ou serviços



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

equivalentes a, no mínimo, 50% das parcelas de maior relevância do objeto, em conformidade com os §§1º e 2º do art. 67 da Lei Nº14.133/2021.

Devem ser anexadas as Certidões de Acervo Técnico (CATs) correspondentes, registradas nos conselhos de classe (CREA ou CAU).

a.1) Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, consideram-se parcelas de maior relevância os serviços de maior impacto técnico e financeiro, correspondentes a valores globais iguais ou superiores a 4% do valor total da obra, conforme segue:

FORTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE PROJETADA	QUANTIDADE NECESSÁRIA
CDHU	54.06.040	2.1.1	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	2045,89	1022,95
CDHU	11.01.130	2.1.6	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	162,97	81,49
CDHU	70.02.010	2.2.10	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	2599,90	1299,95
CDHU	70.06.040	2.2.11	Tachão tipo I bidirecional refletivo - resina	UN	2562,00	1281,00
CDHU	54.03.210	3.3	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	418,07	209,04
CDHU	70.01.003	4.1	Faixa elevada para travessia de pedestres em massa asfáltica - lombofaixa de vias com execução de recapeamento	M2	321,30	160,65
CDHU	41.10.340	5.15	Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 8,00 m	UN	52,00	26,00
TPU - DER 01-25	23.13.07.03	6.1	Reciclagem de pavimento com adição de 20% de brita e 4% de cimento	M3	324,88	162,44

b) Para a elaboração da proposta, a licitante deverá observar as especificações contidas nas peças técnicas, especialmente o Memorial Descritivo, Planilha



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Orçamentária, Projeto Executivo, e normas da ABNT, notadamente as NBR 6118, NBR 14931, NBR 9050 e demais aplicáveis às estruturas de concreto armado e acessibilidade.

2 - Requisitos para a Empresa Contratada:

A empresa contratada deverá apresentar e cumprir os seguintes requisitos:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela execução da obra, devidamente assinada e recolhida junto ao CREA-SP, compatível com o objeto e o valor contratual, a ser entregue no ato da assinatura do contrato.

b) Cumprimento da Resolução N^o1.024/2009 do CONFEA, que torna obrigatória a manutenção do Livro de Ordem de Obras e Serviços, no qual deverão ser registradas todas as ocorrências relevantes, etapas executivas, condições técnicas e visitas de fiscalização.

c) Utilização de equipamentos e ferramentas adequados à natureza dos serviços, observando padrões de segurança, eficiência e conformidade ambiental.

d) Observância integral das especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Projeto Executivo, Planilha Orçamentária e nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), garantindo a qualidade final da obra e a segurança dos usuários.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

A observância a esses requisitos assegurará que a execução das Obras de Infraestrutura Urbana na Rua Fernando Gobbo e Avenida Apóstolo Bérghamo, no Município de Taguaí ocorra com pleno atendimento às exigências técnicas e legais, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e o alcance dos resultados esperados pela comunidade.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

A estimativa das quantidades de materiais e serviços necessários à execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérghamo, no Município de Taguaí/SP, foi elaborada com base em documentos técnicos oficiais integrantes do Convênio Nº100117/2025, assegurando precisão, rastreabilidade e coerência entre as informações físicas e financeiras da obra.

Foram utilizados como referência os seguintes documentos técnicos:

Projeto Executivo – (Anexo I): plantas, cortes, seções e detalhes construtivos que definem as dimensões e especificações das calçadas, pista de caminhada, recapeamento, lombofaixas e iluminação pública;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Memória de Cálculo – (Anexo II): Apresenta o dimensionamento detalhado das áreas, comprimentos e volumes de cada item da planilha orçamentária, elaborado com base em levantamento quantitativo do Projeto Básico e Executivo e nas especificações técnicas do Memorial Descritivo.

As composições foram elaboradas conforme o Boletim de Custos CDHU Nº198 – Sem Desoneração, e complementadas por referências específicas da Tabela de Preços Unitários do DER – TPU-DER 01/25, utilizada para itens relacionados à reciclagem de pavimento e infraestrutura viária, assegurando total compatibilidade com os parâmetros técnicos e econômicos oficiais do Estado de São Paulo.

Planilha Orçamentária – (Anexo III): consolida composições unitárias, quantitativos e valores globais, com BDI de 25%, calculado conforme o Quadro de Composição de BDI;

Memorial Descritivo – (Anexo VI): descreve detalhadamente os materiais, processos executivos e critérios de medição e aceitação dos serviços.

As quantidades estimadas foram determinadas a partir das medições diretas do Projeto Executivo e validadas pela Memória de Cálculo, garantindo compatibilidade entre as peças técnicas e o cronograma físico de desembolso e financeiro.

As principais estimativas, organizadas conforme a ordem da Planilha Orçamentária, são as seguintes:

1.0 – Serviços Preliminares:

Instalação de placa de obra e identificação visual – 1,00 un;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Locação e montagem de canteiro e mobilização de equipe técnica – 1,00 un.

2.0 – Passeios Públicos e Pista de Caminhada:

Execução de calçadas e pista de caminhada em concreto – 2.599,90 m²;

Execução de guias e sarjetas de concreto – 2.045,89 m;

Execução de juntas de dilatação – 852,00 m;

Lastro de pedra britada e preparo de base – 381,00 m³;

Concreto usinado fck 25 MPa – 351,39 m³;

Armadura em tela soldada de aço CA-60 – 5.682,00 m²;

Nivelamento e acabamento superficial de piso – 2.599,90 m²;

Pintura e sinalização horizontal da pista de caminhada – 2.599,90 m²;

Implantação de tachões bidirecionais refletivos – 2.562 un.

3.0 – Recapeamento Asfáltico:

Fresagem, limpeza e imprimação do pavimento existente – 10.451,70 m²;

Aplicação de CBUQ espessura 4 cm – 418,07 m³;

Compactação e acabamento – conforme norma técnica ABNT NBR 15514.

4.0 – Lombofaixa:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Construção de lombofaixas em massa asfáltica – 321,30 m²;

Pintura e sinalização viária horizontal – 321,30 m².

5.0 – Iluminação Pública:

Escavação de fundações – 11,24 m³;

Lastro de pedra britada e concreto para bases – 11,24 m³;

Armaduras de aço CA-50 – 618,20 kg;

Instalação de 52 postes metálicos galvanizados – 52 un;

Instalação de 53 luminárias LED 100W – 53 un;

Implantação de condutores elétricos e hastes de aterramento – conforme projeto executivo.

6.0 – Reciclagem de Pavimento (Trecho Rua Antônio Dalcin até Rua Dona Beni):

Escarificação e recomposição com brita graduada e 4% de cimento – 324,88 m³;

Compactação e acabamento final da base – 10.451,70 m².

As estimativas foram elaboradas considerando as interdependências entre as etapas, especialmente entre os serviços de execução de guias, recapeamento e iluminação pública, de forma a otimizar recursos e evitar sobreposição de custos. Essa



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

integração técnica permite economia de escala, pois a aquisição de materiais e a execução contínua dos serviços estruturais e de acabamento ocorrem dentro de um mesmo contrato.

Todo o processo foi desenvolvido com verificação cruzada entre projeto, planilha e memória de cálculo, assegurando confiabilidade nas quantidades, transparência na formação dos custos e conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei N^o14.133/2021.

Dessa forma, as estimativas apresentadas refletem fielmente o escopo técnico e financeiro das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérghamo, garantindo consistência entre as peças técnicas e correta aplicação dos recursos públicos.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Com vistas à execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérghamo, objeto do Convênio N^o100117/2025, a Prefeitura do Município de Taguaí realizou levantamento de mercado para identificar a solução mais adequada e vantajosa do ponto de vista técnico, econômico e operacional, em conformidade com a Lei N^o14.133/2021 e com as bases de custos oficiais do Estado de São Paulo.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

A pesquisa teve como premissa a compatibilidade dos preços e composições com as tabelas públicas de referência – Boletim de Custos CDHU N°198 – Sem Desoneração e Tabela de Preços Unitários do DER – TPU DER 01/25 – que são amplamente reconhecidas por refletirem custos reais de obras públicas de infraestrutura urbana e rodoviária.

1 – Alternativa 1: Contratação de Empresa Especializada em Obras de Infraestrutura Urbana:

Descrição:

Envolve a contratação de empresa de engenharia com experiência comprovada em obras públicas, responsável integralmente pelo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e gestão técnica, conforme os projetos e especificações do convênio.

Vantagens:

Capacidade Técnica e Conformidade Normativa: empresas especializadas executam conforme normas ABNT (NBR 9050, NBR 15514, NBR 7211, entre outras), assegurando qualidade e durabilidade;

Gestão Integrada de Custos e Prazos: controle centralizado de cronograma físico de desembolso e financeiro e redução de riscos de atrasos;

Garantia de Execução: contratos contemplam garantias legais de materiais e serviços;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Eficiência e Rastreabilidade: execução com ART registrada, medições e relatórios técnicos documentados.

Desvantagens:

Maior custo inicial comparado à execução direta;

Necessidade de fiscalização contínua por parte da Administração.

2 – Alternativa 2: Execução Direta com Mão de Obra Municipal:

Descrição:

Prevê a execução direta pela equipe de obras do Município, com utilização de servidores e equipamentos próprios.

Vantagens:

Redução imediata de custos contratuais;

Acompanhamento direto das atividades pela Administração.

Desvantagens:

Inviabilidade Operacional: a equipe municipal encontra-se dedicada a serviços essenciais de manutenção urbana;

Ausência de Equipamentos e Técnicos Especializados: inviabiliza serviços como aplicação de CBUQ e implantação de iluminação pública em LED;



MUNICÍPIO DE TAGUAI

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Risco de Atrasos e Descontinuidade: comprometimento do cronograma conveniado;

Ausência de Garantias Contratuais: menor durabilidade e controle de qualidade.

Justificativa Técnica e Econômica da Solução Adotada:

Após a análise comparativa das alternativas, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a solução técnica e economicamente mais eficiente, pelos seguintes fundamentos:

Compatibilidade Técnica e Escopo Especializado: os serviços previstos — calçadas acessíveis, pista de caminhada, recapeamento, lombofaixas e iluminação pública — requerem execução simultânea e contínua, o que demanda estrutura operacional robusta e equipe técnica qualificada;

Fonte de Preços Oficial: a planilha orçamentária adota majoritariamente o Boletim de Custos CDHU N°198 – Sem Desoneração; contudo, o item 6.1 – Reciclagem de pavimento com adição de 20% de brita e 4% de cimento baseia-se na TPU – DER 01/25 (código 23.13.07.03), por se tratar de serviço tipicamente rodoviário, ausente na base CDHU, garantindo fidelidade técnica e equilíbrio econômico;

Eficiência Econômica: a adoção dessa composição do DER assegura parâmetros de mercado atualizados, otimizando o custo-benefício e garantindo compatibilidade com obras de igual natureza no Estado;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Segurança Contratual e Rastreabilidade: a execução conveniada prevê ART registrada, controle de medições e acompanhamento técnico contínuo;

Cumprimento de Metas e Prazos: a solução contratual permite atender o cronograma físico de desembolso e financeiro aprovado no convênio, com execução em até 6 meses e vigência de 24 meses.

Assim, a Contratação de Empresa Especializada em Obras de Infraestrutura Urbana constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnicos, econômicos e administrativos, garantindo qualidade, durabilidade, economicidade e conformidade legal, além de assegurar que todos os serviços – inclusive o item de reciclagem de pavimento referenciado na TPU-DER 01/25 – sejam executados com plena eficiência e transparência, em atendimento ao interesse público e às metas do Convênio Nº100117/2025.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia técnica reconhecida e em fontes oficiais de custos da construção civil, assegurando transparência, rastreabilidade e compatibilidade com os parâmetros de mercado público estadual.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

O orçamento da obra de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, foi desenvolvido a partir das composições de custos unitários constantes no Boletim de Custos CDHU N°198 – Sem Desoneração, adotado como referência principal de precificação, garantindo aderência aos valores médios praticados no Estado de São Paulo e compatibilidade com obras de natureza urbana.

De forma complementar, utilizou-se a Tabela de Preços Unitários do DER – TPU DER 01/25, exclusivamente para o serviço de reciclagem de pavimento com adição de 20% de brita e 4% de cimento, por se tratar de item de característica rodoviária não contemplado na base CDHU, assegurando, assim, coerência técnica e equilíbrio econômico.

As quantidades e preços unitários foram obtidos a partir das medições do Projeto Executivo, devidamente validados pela Memória de Cálculo, assegurando compatibilidade entre a Planilha Orçamentária, o Memorial Descritivo e o Cronograma Físico de Desembolso e Financeiro.

O BDI aplicado de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) foi calculado conforme composição específica integrante do processo técnico, abrangendo encargos de administração central, seguros e garantias, riscos, despesas financeiras, lucro e tributos incidentes.

VALOR GLOBAL DA OBRA:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

O valor total orçado da obra é de **R\$2.384.962,34 (DOIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**.

Esse valor representa o custo integral necessário para a execução completa do objeto, incluindo todos os custos diretos e indiretos, materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos sociais, administração local e Benefício e Despesas Indiretas (BDI).

VALOR CONVENIADO:

Do valor global, **R\$1.906.326,79 (UM MILHÃO NOVECENTOS E SEIS MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)** correspondem ao valor conveniado, oriundo do Convênio N°100117/2025, celebrado entre o Município de Taguaí e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo (SGRI).

Esse valor conveniado é composto por duas fontes:

R\$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS) provenientes do repasse estadual da SGRI;

R\$906.326,79 (NOVECENTOS E SEIS MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) correspondentes à contrapartida municipal prevista no plano de trabalho do convênio.

Os valores conveniados abrangem os serviços de recapeamento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), execução de guias e sarjetas,



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

construção de calçadas e pista de caminhada em concreto, e execução de lombofaixas para travessia de pedestres, conforme as especificações do projeto e demais peças técnicas vinculadas.

VALOR COMPLEMENTAR (RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS):

Além do valor conveniado, identificou-se a necessidade de execução de serviços complementares essenciais à plena conclusão da obra, não contemplados originalmente no plano de trabalho.

Esses serviços **totalizam R\$478.635,55 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)**, que serão custeados integralmente com recursos próprios do Município de Taguaí, conforme detalhado na Planilha B – Serviços Complementares Não Conveniados.

Entre os serviços compreendidos nesse montante destacam-se:

Reciclagem de pavimento com adição de brita e cimento, baseada na TPU DER 01/25;

Implantação do sistema de iluminação pública em LED, incluindo luminárias, postes, cabeamento e dispositivos de proteção;

Adequações complementares de infraestrutura e drenagem, indispensáveis à segurança, à durabilidade e à funcionalidade do conjunto da obra.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Dessa forma, o valor global de **DOIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS** representa a soma do convênio estadual-municipal e dos recursos próprios complementares, garantindo a execução integral, segura e funcional da obra de infraestrutura urbana no Município de Taguaí/SP, em total conformidade com a Lei Nº 14.133/2021, o Boletim de Custos CDHU Nº198 – Sem Desoneração, a TPU DER 01/25, e as normas técnicas aplicáveis à engenharia pública.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

A solução técnica adotada para atendimento da presente demanda consiste na contratação de empresa especializada em obras de infraestrutura urbana, visando a execução de melhorias estruturais, funcionais e estéticas na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérghamo, no Município de Taguaí/SP, conforme projetos, memoriais e demais documentos técnicos integrantes deste Estudo Técnico Preliminar.

Os documentos que compõem o conjunto técnico estão relacionados a seguir:

ANEXO I – Projeto Básico e Executivo;

ANEXO II – Memória de Cálculo;

ANEXO III – Planilha Orçamentária;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

ANEXO IV – Cronograma Físico Desembolso;

ANEXO V – Cronograma Físico Financeiro;

ANEXO VI – Memorial Descritivo;

ANEXO VII – ART;

ANEXO VIII – Planta de Localização;

ANEXO IX – Composição de Taxa de BDI;

ANEXO X – Composição de Encargos Sociais.

A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, contemplando todos os serviços e etapas previstos nos projetos e especificações técnicas, seguindo rigorosamente a ordem estabelecida na Planilha Orçamentária do Convênio Nº100117/2025, conforme detalhamento a seguir:

1.0 – SERVIÇOS PRELIMINARES:

Incluem a instalação de placa de obra, locação de eixos e referências, mobilização e desmobilização de equipamentos, montagem de canteiro, e demais atividades preparatórias indispensáveis ao início da execução.

Esses serviços garantem a organização do espaço de trabalho, a segurança e o controle técnico do canteiro durante toda a obra.

2.0 – PASSEIO PÚBLICO E PISTA DE CAMINHADA:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Abrange a execução de calçadas em concreto desempenado e pista de caminhada, com preparo de subleito, armação, concretagem, acabamento e juntas de dilatação, assegurando acessibilidade universal e conforto aos pedestres.

Inclui ainda a execução de guias e sarjetas moldadas in loco, proporcionando adequado direcionamento das águas pluviais e perfeita integração com o sistema de drenagem existente.

3.0 – RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:

Prevê a requalificação do pavimento asfáltico existente com aplicação de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), conforme normas do DNIT e DER-SP, com imprimação de ligação e compactação mecânica.

A etapa assegura melhoria na trafegabilidade, conforto de rolamento e aumento da durabilidade do pavimento urbano, além de reduzir a necessidade de manutenções futuras.

4.0 – LOMBOFAIXA:

Compreende a execução de faixas elevadas de travessia para pedestres, em massa asfáltica, com dimensões e rampas de transição conforme as normas da ABNT NBR 9050 e recomendações do CONTRAN.

Essa intervenção tem como objetivo aumentar a segurança viária e a acessibilidade, reduzindo a velocidade dos veículos em pontos estratégicos de travessia.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

5.0 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED (PLANILHA B – RECURSOS MUNICIPAIS):

Compreende a implantação completa do sistema de iluminação pública em LED, incluindo postes metálicos, luminárias de alta eficiência energética, braços projetados, cabeamento e acessórios elétricos.

Essa etapa, custeada com recursos próprios municipais, visa melhorar a segurança pública, reduzir o consumo de energia e valorizar o espaço urbano, compondo a etapa final da requalificação.

6.0 – RECICLAGEM DE PAVIMENTO (TPU DER 01/25):

Refere-se à execução de reciclagem do pavimento existente com adição de 20% de brita e 4% de cimento, conforme composição TPU DER 01/25, código 23.13.07.03.

Esse serviço, situado entre a Rua Antônio Dalcin e a Rua Dona Beni, visa o reaproveitamento estrutural da base, garantindo estabilidade e sustentabilidade, além de reduzir o volume de resíduos e o consumo de materiais novos.

A empresa contratada deverá cumprir integralmente o Cronograma Físico Desembolso (Anexo IV) e o Cronograma Físico Financeiro (Anexo V), respeitando os prazos estabelecidos e assegurando a execução contínua e integrada de todas as etapas da obra.

Durante a execução, será obrigatória a presença de profissional habilitado e registrado no CREA-SP, responsável pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e pelo acompanhamento técnico da obra.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Conforme o artigo 618 do Código Civil (Lei Nº10.406/2002), a contratada responderá pela solidez e segurança da obra por 5 (cinco) anos, devendo reparar, sem ônus ao Município, quaisquer falhas, defeitos ou vícios construtivos detectados no período de garantia, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal.

As condições de execução, manutenção preventiva e critérios de aceitação encontram-se descritas no Memorial Descritivo (Anexo VI), que estabelece padrões mínimos de qualidade dos materiais, métodos executivos e critérios de desempenho que deverão ser rigorosamente observados.

Dessa forma, a solução apresentada assegura uma intervenção técnica integrada, contemplando todas as fases necessárias à melhoria da infraestrutura urbana, da mobilidade, da acessibilidade e da segurança da população de Taguaí, garantindo durabilidade, eficiência e funcionalidade à obra, em plena conformidade com o Convênio Nº100117/2025, a Lei Nº14.133/2021, o Boletim de Custos CDHU Nº198 – Sem Desoneração, e a TPU DER 01/25.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação não deverá ser parcelada, considerando que a execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP demanda uma ação integrada, sequencial e contínua, na qual as etapas construtivas apresentam forte interdependência técnica e operacional. A natureza do objeto requer que todas as atividades sejam conduzidas sob uma mesma



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

coordenação executiva, de modo a garantir a uniformidade dos padrões de qualidade, segurança e desempenho da obra.

A intervenção compreende a execução completa das obras de infraestrutura urbana, incluindo: mobilização e instalação de placa de obra; locação e marcação dos alinhamentos; implantação de guias pré-moldadas em concreto; fornecimento e aplicação de lona plástica e telas soldadas; execução de formas e armações; execução de lastro de brita; concretagem dos passeios públicos e da pista de caminhada com acabamento mecânico e cortes de juntas de dilatação; varrição e preparação do pavimento existente; imprimação betuminosa; execução de camada de rolamento em CBUQ (recapeamento asfáltico); execução de faixa elevada (lombofaixa) em massa asfáltica; sinalização horizontal em tinta; implantação de tachas refletivas bidirecionais; serviços de escavação manual, reaterro, lançamento e condução de cabos elétricos; instalação de eletrodutos; montagem de caixas de medição; instalação de luminárias LED, posteamento e dispositivos de aterramento. Trata-se de um conjunto de atividades técnica e fisicamente interdependentes, que exige execução contínua, sincronizada e sob coordenação única, assegurando perfeita compatibilização entre as etapas, padrão uniforme de qualidade e atendimento integral aos critérios de segurança e desempenho. Assim, o parcelamento da contratação poderia comprometer a coerência do cronograma, a compatibilidade entre os serviços e o controle de qualidade dos materiais e métodos construtivos.

Além disso, o parcelamento poderia gerar dificuldades de compatibilização entre diferentes contratadas, ocasionando riscos de retrabalhos, sobreposição de



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

responsabilidades, elevação de custos indiretos e atrasos na conclusão da obra, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, a não divisão do objeto contratual é medida técnica e economicamente justificada, fundamentada no princípio da indivisibilidade operacional previsto na Lei Federal N^o14.133/2021, assegurando a execução integral e coordenada da reforma sob a responsabilidade de uma única empresa contratada.

Contudo, não se confunde a não divisão do objeto com a subcontratação parcial de serviços acessórios ou complementares, a qual poderá ser admitida até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global, conforme os arts. 121 e 122 da Lei Federal N^o14.133/2021. Tal subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Municipal, mediante comprovação da capacidade técnica da subcontratada e registro da respectiva Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP).

Tal previsão não descaracteriza a execução integrada da obra, mas permite à contratada utilizar apoio técnico especializado em etapas secundárias, sem transferência de responsabilidade sobre o objeto principal.

Essa medida assegura a fluidez das etapas, a otimização dos recursos públicos e a entrega de um resultado final coeso, seguro e de alta qualidade, conforme os objetivos estabelecidos no Convênio N^o100117/2025.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

A contratação de empresa especializada em obras de infraestrutura urbana para execução dos serviços previstos no Convênio N^o100117/2025 proporcionará resultados concretos de economicidade, eficiência e aproveitamento racional dos recursos públicos, assegurando melhor gestão dos insumos humanos, materiais e financeiros disponíveis no Município de Taguaí/SP.

A adoção do regime de empreitada por preço global garante previsibilidade orçamentária e estabilidade contratual, uma vez que o valor total da obra é previamente fixado, evitando aditivos desnecessários e assegurando controle pleno sobre custos, prazos e qualidade da execução. Esse modelo contribui diretamente para a gestão eficiente dos recursos financeiros, permitindo que o investimento público seja aplicado de forma integralmente planejada e compatível com o orçamento aprovado.

O projeto foi estruturado com base em documentos técnicos padronizados e compatibilizados — Projeto Executivo (Anexo I), Memorial Descritivo (Anexo VI), Planilha Orçamentária (Anexo III) e Cronogramas de Desembolso e Físico-Financeiro (Anexos IV e V) — o que assegura racionalização no uso de materiais, equipamentos e mão de obra, evitando desperdícios e retrabalhos.

Essa organização técnica e sequencial dos serviços, conforme a ordem da Planilha Orçamentária, promove aproveitamento contínuo dos recursos humanos e operacionais, reduzindo a ociosidade e otimizando a produtividade em cada fase da obra.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

O acompanhamento por profissional habilitado e registrado no CREA-SP, com emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), garante o cumprimento das normas técnicas da ABNT e das boas práticas de engenharia, prevenindo falhas construtivas e reduzindo custos futuros de manutenção corretiva.

Além disso, a exigência de garantia mínima de 5 (cinco) anos para a solidez e segurança da obra, nos termos do artigo 618 do Código Civil (Lei N°10.406/2002), reforça o compromisso da contratada com a durabilidade e a qualidade dos serviços executados. Caso sejam constatados vícios construtivos nesse período, a contratada será obrigada a efetuar, sem ônus ao Município, todos os reparos necessários, assegurando longevidade e retorno técnico do investimento público.

Resultados esperados:

Melhoria da infraestrutura urbana e da mobilidade local, com calçadas acessíveis, pista de caminhada, recapeamento asfáltico e lombofaixas executadas conforme normas técnicas;

Aprimoramento da drenagem superficial e aumento da durabilidade do pavimento, reduzindo custos de manutenção futura;

Valorização urbana e aumento da segurança pública, com instalação de iluminação em LED e sinalização adequada;

Redução de custos operacionais pela execução integrada sob uma única coordenação técnica;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, com a entrega da obra dentro do prazo e do orçamento pactuado;

Sustentabilidade e economia de insumos, mediante o reaproveitamento de materiais por meio da reciclagem de pavimento baseada na TPU DER 01/25.

Dessa forma, a presente contratação está plenamente alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos municipais e estaduais, com impacto social positivo, duradouro e mensurável para a população de Taguaí.

A execução integrada garantirá uma infraestrutura moderna, segura e funcional, consolidando as vias Rua Fernando Gobbo e Avenida Apóstolo Bérghamo como eixos estruturantes de mobilidade, acessibilidade e valorização urbana no Município.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Antes da celebração do contrato referente à execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérghamo, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências voltadas a garantir a regularidade, eficiência e transparência do processo de contratação, assegurando que a execução do objeto ocorra em conformidade com este Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o Termo de Referência e com todas as peças técnicas integrantes do Convênio Nº100117/2025.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Entre as providências a serem observadas, destacam-se:

a) Designação formal dos responsáveis pela fiscalização e pela gestão contratual, em conformidade com o artigo 117 da Lei Nº14.133/2021, mediante portaria específica, definindo as atribuições de cada servidor envolvido. Os fiscais designados deverão possuir conhecimento técnico compatível com o objeto da contratação, assegurando a adequada verificação da execução física, financeira e documental da obra.

b) Capacitação prévia dos servidores designados para as funções de fiscal e gestor do contrato, mediante orientações técnicas internas e, quando possível, capacitação promovida por órgãos de controle ou entidades de apoio municipal, garantindo que os servidores estejam aptos a aplicar os procedimentos de medições, conferências, registros fotográficos, relatórios de acompanhamento e utilização de checklists de conformidade técnica e contratual.

c) Estabelecimento de mecanismos formais de comunicação e controle entre a Administração Municipal e a empresa contratada, de modo a garantir transparência, rastreabilidade e agilidade na troca de informações durante todas as fases da execução.

Serão instituídos canais oficiais de comunicação, como e-mail institucional e protocolo físico, além da realização de reuniões técnicas periódicas para acompanhamento da execução, devidamente registradas em ata.

d) Elaboração e aprovação da minuta contratual, com a conferência de todas as cláusulas essenciais exigidas pela Lei Nº14.133/2021, incluindo: objeto, valor,



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

vigência, regime de execução (empregada por preço global), garantias, penalidades, prazos de execução, responsabilidades, condições de pagamento e critérios de fiscalização.

e) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e técnica da empresa vencedora, incluindo a apresentação de certidões atualizadas e comprovação de inscrição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela obra junto ao CREA-SP, condição indispensável para assinatura do contrato e início dos serviços.

f) Planejamento logístico e operacional prévio do canteiro de obras, assegurando que o local esteja desobstruído e liberado para execução dos serviços, com controle de interferências, acessos e segurança do entorno, permitindo o início imediato após a emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS).

Em síntese, a Administração Municipal deverá adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais necessárias para garantir uma gestão contratual eficiente, transparente e segura, promovendo o acompanhamento contínuo da execução da obra e assegurando que o objeto conveniado seja entregue dentro dos padrões de qualidade, prazo e economicidade estabelecidos pelo Convênio Nº100117/2025.

Essas medidas reforçam o compromisso da Prefeitura do Município de Taguaí com a boa governança pública, a responsabilidade na aplicação dos recursos estaduais e municipais, e a sustentabilidade das obras executadas em benefício da coletividade.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU

INTERDEPENDENTES:

O presente estudo não identificou a necessidade de contratações principais adicionais para a execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, uma vez que todos os recursos, materiais e serviços necessários à plena realização do objeto estão integralmente contemplados na contratação principal.

A obra será executada de forma autônoma e coordenada, abrangendo, em um único contrato, todos os elementos técnicos essenciais — obras de infraestrutura urbana, incluindo: mobilização e instalação de placa de obra; locação e marcação dos alinhamentos; implantação de guias pré-moldadas em concreto; fornecimento e aplicação de lona plástica e telas soldadas; execução de formas e armações; execução de lastro de brita; concretagem dos passeios públicos e da pista de caminhada com acabamento mecânico e cortes de juntas de dilatação; varrição e preparação do pavimento existente; imprimação betuminosa; execução de camada de rolamento em CBUQ (recapeamento asfáltico); execução de faixa elevada (lombofaixa) em massa asfáltica; sinalização horizontal em tinta; implantação de tachas refletivas bidirecionais; serviços de escavação manual, reaterro, lançamento e condução de cabos elétricos; instalação de eletrodutos; montagem de caixas de medição; instalação de luminárias LED, posteamento e dispositivos de aterramento — conforme especificado nas peças integrantes do Convênio Nº100117/2025.

Os insumos e serviços previstos no Memorial Descritivo, Projeto Executivo e Planilha Orçamentária são suficientes para garantir a completa operacionalização do



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

empreendimento, sem necessidade de contratações paralelas de fornecimento, supervisão ou apoio técnico.

Entretanto, poderá ser admitida a subcontratação parcial de serviços acessórios ou complementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global contratado, conforme os arts. 121 e 122 da Lei Federal Nº14.133/2021, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e observados os seguintes requisitos:

Solicitação formal da empresa contratada;

Comprovação da capacidade técnica da subcontratada;

Registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP);

Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada.

A contratada permanecerá inteiramente responsável pela execução, qualidade e segurança da obra, respondendo solidariamente por eventuais falhas ou inexecuções dos serviços subcontratados.

Fica vedada a subcontratação de atividades de direção técnica, fiscalização, supervisão ou controle da obra, as quais são de responsabilidade exclusiva da contratada principal.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Assim, a execução contratual mantém-se autossuficiente e integrada, sem necessidade de contratações correlatas, mas com possibilidade de apoio técnico pontual em serviços complementares, assegurando eficiência, economicidade e padronização de qualidade sob a responsabilidade única da contratada.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:

A execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, poderá gerar impactos ambientais pontuais e temporários, principalmente durante as fases de recapeamento, execução de calçadas, pista de caminhada, drenagem superficial e implantação da iluminação pública.

Esses impactos decorrem da movimentação de solo, do uso de maquinário, da emissão de poeira, do ruído e da geração de resíduos da construção civil, sendo indispensável a adoção de medidas mitigadoras que assegurem sustentabilidade, controle ambiental e conformidade com a legislação vigente.

1 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

1.1 – Geração de Resíduos de Construção e Demolição (RCD):



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Durante as etapas de fresagem do pavimento, demolições, recomposição de guias e calçadas e execução de base e sub-base, haverá geração de resíduos como massa asfáltica, concreto, areia, brita, madeira, embalagens plásticas e metálicas. O manejo inadequado desses resíduos pode causar poluição do solo e comprometimento da drenagem urbana.

1.2 – Poluição Sonora e Emissão de Poeira:

O uso de rolos compactadores, fresadoras e caminhões durante a execução dos serviços poderá gerar ruídos e emissão de poeira, ocasionando desconforto temporário à vizinhança e aos usuários das vias públicas.

1.3 – Consumo de Recursos Naturais:

A execução das obras demandará o uso de energia elétrica, água, combustíveis e insumos de origem mineral (cimento, areia, brita, ligante betuminoso), devendo ser adotado controle rigoroso para evitar desperdícios e excessos de consumo.

1.4 – Risco de Contaminação Ambiental:

O descarte incorreto de restos de emulsão asfáltica, óleos, tintas e solventes poderá gerar contaminação do solo e da rede de águas pluviais, devendo ser evitado mediante procedimentos de contenção e destinação adequada.

2. MEDIDAS MITIGADORAS A SEREM ADOTADAS PELA EMPRESA CONTRATADA:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Com base nas boas práticas de sustentabilidade e nas normas ambientais aplicáveis, a empresa contratada deverá adotar as seguintes medidas:

2.1 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos:

Seguir as diretrizes da Lei N^o12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e da Resolução CONAMA N^o307/2002, que tratam da gestão de resíduos da construção civil;

Segregar os resíduos por classe (A, B, C e D), garantindo armazenamento temporário em áreas apropriadas;

Reaproveitar materiais como fresado asfáltico e concreto britado para base e sub-base, conforme aplicável à TPU DER 01/25;

Encaminhar resíduos não recicláveis a aterros licenciados;

Manter registros documentais e comprovantes de destinação final ambientalmente adequada.

2.2 – Controle de Poluição Sonora e Atmosférica:

Utilizar equipamentos em bom estado de manutenção, com sistemas de controle de ruído e emissão de poluentes certificados;

Limitar o uso de maquinário pesado a horários diurnos, minimizando o incômodo à população;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Realizar umedecimento periódico das vias e áreas em obra para controle da poeira;

Cobrir caminhões e caçambas durante o transporte de materiais e entulhos.

2.3 – Eficiência Energética e Uso Racional de Recursos:

Priorizar motores e equipamentos elétricos de alta eficiência energética;

Adotar iluminação pública com luminárias em LED, de menor consumo e maior durabilidade, contribuindo para a sustentabilidade urbana;

Promover uso racional da água, com reaproveitamento sempre que possível e vedação de desperdícios em limpeza de áreas e ferramentas.

2.4 – Adoção de Práticas Sustentáveis e Logística Reversa:

Utilizar materiais certificados e de origem controlada, como madeiras de reflorestamento e tintas com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (COV);

Desenvolver ações de conscientização ambiental junto aos trabalhadores, incentivando boas práticas de conservação e descarte correto;

Implementar logística reversa para embalagens de cimento, tintas, metais e plásticos, conforme determina a Lei Nº12.305/2010.

3 - RESULTADOS ESPERADOS:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

A aplicação das medidas mitigadoras garantirá que a execução das obras de infraestrutura urbana seja ambientalmente responsável, minimizando os impactos negativos e prevenindo passivos ambientais.

Espera-se como resultado:

Redução de resíduos e emissão de poluentes;

Uso eficiente de energia e recursos naturais;

Maior durabilidade das estruturas executadas;

Contribuição para a sustentabilidade urbana e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 9 e 11).

Ao final da obra, o canteiro deverá ser entregue limpo, nivelado e livre de resíduos, com comprovação documental da destinação ambientalmente adequada, assegurando a integração entre infraestrutura, meio ambiente e qualidade de vida da população do Município de Taguaí.

XIII - MATRIZ DE RISCO:

A presente análise tem por finalidade identificar, classificar e propor medidas preventivas e corretivas relacionadas à execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, objeto do Convênio Nº100117/2025.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto na Lei Nº14.133/2021, garantindo previsibilidade orçamentária, eficiência contratual e segurança jurídica para ambas as partes.

Os riscos foram agrupados em seis categorias principais, abrangendo os aspectos técnicos, ambientais, financeiros, legais e operacionais que podem afetar o desempenho da obra:

1 - Riscos de Atraso na Execução;

2 - Riscos Financeiros;

3 - Riscos Técnicos e de Execução;

4 - Riscos Ambientais;

5 - Riscos Legais e Regulatórios;

6 - Riscos de Segurança e Saúde no Trabalho.

A seguir apresenta-se a matriz de risco, contendo a descrição, causas prováveis, consequências e medidas de mitigação aplicáveis.

A matriz a seguir apresenta a identificação dos riscos, suas causas, consequências e medidas de mitigação, com o objetivo de garantir a execução eficiente, dentro do prazo e do orçamento previstos.

Tabela de Classificação dos Riscos:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO /	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS
-----------	-------------	---------------	---------------	---------	-------------	---------



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

DE RISCO	CAUSA PROVÁVEL	POTENCIAIS			PELA MITIGAÇÃO	PREVENTIVAS E CORRETIVAS
1. Riscos de Atraso na Execução	Chuvas intensas e prolongadas, comuns no período de verão	Interrupção temporária das atividades e atraso no cronograma	Média	Média	Contratada / Fiscalização	Planejar o cronograma conforme sazonalidade; prever reprogramação de etapas críticas.
	Falhas logísticas ou atraso na entrega de materiais	Paralisação parcial dos serviços	Média	Alta	Contratada	Controle de estoque, logística antecipada e múltiplos fornecedores.
2. Riscos Financeiros	Oscilação de preços de insumos da construção civil	Redução da margem de lucro e risco de descumprimento contratual	Baixa	Média	Contratada	Orçamento referenciado no Boletim CDHU sem desoneração; preço fechado por empreitada global.
	Atraso no repasse de parcelas ou medições	Dificuldades financeiras temporárias	Baixa	Alta	Administração	Cumprimento rigoroso do cronograma físico-financeiro e desembolso.
3. Riscos Técnicos e	Erros de interpretação de	Execução inadequada e	Baixa	Média	Contratada / Fiscalização	Revisão técnica prévia;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

de Execução	projeto ou especificações	necessidade de retrabalho				acompanhamento contínuo com engenheiro responsável e ART registrada.
	Falta de mão de obra especializada	Redução da qualidade e produtividade	Média	Alta	Contratada	Contratação de equipe qualificada e supervisão permanente.
4. Riscos Ambientais	Geração inadequada de resíduos de construção	Danos ambientais e sanções legais	Baixa	Média	Contratada	Implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRCC) conforme CONAMA N°307/2002.
	Emissão de poeira e ruído	Reclamações de moradores e incômodo local	Média	Baixa	Contratada	Umedecimento de vias, manutenção preventiva de máquinas e limitação de horários ruidosos.
5. Riscos Legais e Regulatórios	Descumprimento de exigências da Lei	Glosas, penalidades e responsabilização	Baixa	Alta	Administração / Contratada	Observância integral da legislação e



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

	Nº14.133/2021	administrativa				acompanhamento jurídico contínuo.
	Ausência de ART do responsável técnico	Irregularidade técnica e paralisação	Baixa	Alta	Contratada	Conferência documental antes da assinatura do contrato e registro obrigatório no CREA-SP.
6. Riscos de Segurança e Saúde no Trabalho	Acidentes em atividades de pavimentação ou drenagem	Lesões e paralisação das atividades	Média	Alta	Contratada	Cumprimento das NRs 6, 18 e 35; fornecimento e uso obrigatório de EPIs.
	Falta de sinalização adequada no canteiro e vias	Risco a trabalhadores e pedestres	Média	Média	Contratada / Fiscalização	Instalação de placas de advertência, cones, barreiras e controle de tráfego no entorno da obra.

Conclusão:

A análise demonstra que os principais riscos da execução estão relacionados a condições climáticas, logística de fornecimento, e segurança operacional, todos passíveis de mitigação mediante planejamento técnico detalhado, fiscalização constante e gestão contratual ativa.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

O gerenciamento sistemático dos riscos assegurará a continuidade da obra, o cumprimento dos prazos, a otimização dos recursos públicos e a entrega de infraestrutura urbana de alta qualidade, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Convênio Nº100117/2025 e na Lei Nº14.133/2021.

XIV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

A contratação de empresa especializada para a execução das obras de infraestrutura urbana na Rua Fernando Gobbo e na Avenida Apóstolo Bérnago, no Município de Taguaí/SP, mostra-se plenamente adequada, necessária e oportuna para o atendimento do interesse público identificado, atendendo aos objetivos definidos no Convênio Nº100117/2025.

A intervenção compreende a execução de recapeamento asfáltico em CBUQ, construção de calçadas acessíveis, implantação de pista de caminhada, execução de lombofaixas, reciclagem de pavimento e implantação de iluminação pública em LED, configurando-se como ação estratégica de melhoria da mobilidade urbana, segurança viária e valorização do espaço público.

As condições atuais das vias e passeios apresentam desgaste acentuado, desníveis, ausência de calçamento adequado e deficiências de drenagem, comprometendo a segurança de pedestres e condutores. A realização das obras, portanto, visa restabelecer



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

as condições de trafegabilidade, acessibilidade e conforto urbano, proporcionando à população um ambiente mais seguro, funcional e esteticamente qualificado.

A opção pela empreitada por preço global, prevista nos artigos 6º, inciso XLV, e 46 da Lei Nº14.133/2021, garante maior previsibilidade orçamentária, eficiência na gestão contratual e controle sobre custos e prazos, minimizando riscos de aditivos e assegurando a execução integral do objeto conforme os valores estabelecidos.

A escolha de empresa tecnicamente capacitada, com comprovação de aptidão técnica mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assegura que a execução observará as normas da ABNT, as boas práticas de engenharia e as exigências de segurança e acessibilidade previstas em legislação e normas correlatas.

A obra em questão possui alto impacto social e urbanístico, promovendo:

Melhoria da infraestrutura viária e da acessibilidade urbana;

Incentivo à prática de atividades físicas e caminhadas em ambiente seguro e iluminado;

Redução de riscos de acidentes e de pontos de alagamento;

Valorização da paisagem urbana e integração comunitária;

Adequação da infraestrutura às metas de sustentabilidade, com iluminação pública em LED e soluções de drenagem eficiente.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

Dessa forma, conclui-se que a contratação é técnica, jurídica e economicamente viável, estando em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Nº14.133/2021.

A iniciativa encontra-se alinhada às políticas públicas municipais e estaduais voltadas à mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade urbana, representando um investimento público de elevado retorno social, capaz de melhorar a qualidade de vida da população de Taguaí, fortalecer o uso do espaço público e consolidar a cidade como um ambiente mais seguro, moderno e sustentável.

Em síntese, a presente contratação atende integralmente à necessidade pública, demonstrando-se a solução mais adequada e eficiente para o cumprimento dos objetivos definidos no Convênio Nº100117/2025 e para a promoção do desenvolvimento urbano equilibrado e inclusivo do Município de Taguaí/SP.

XV – ANEXOS:

Fazem parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO;

ANEXO II – MEMÓRIA DE CÁLCULO

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí - Capital das Confeções

CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO DESEMBOLSO;

ANEXO V – CRONOGRAMA DE FÍSICO FINANCEIRO;

ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO VII – ART;

ANEXO VIII – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO;

ANEXO IX – COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BDI;

ANEXO X – COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS.

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 22 dias de outubro de 2025.

DANIEL AVELINO DA SILVA

Encarregado Municipal de Obras e serviços

REINALDO TORRES DE ALBUQUERQUE

Coordenador Municipal de Obras e serviços

DEIVISON LUCIO RODRIGUES

Responsável Técnico

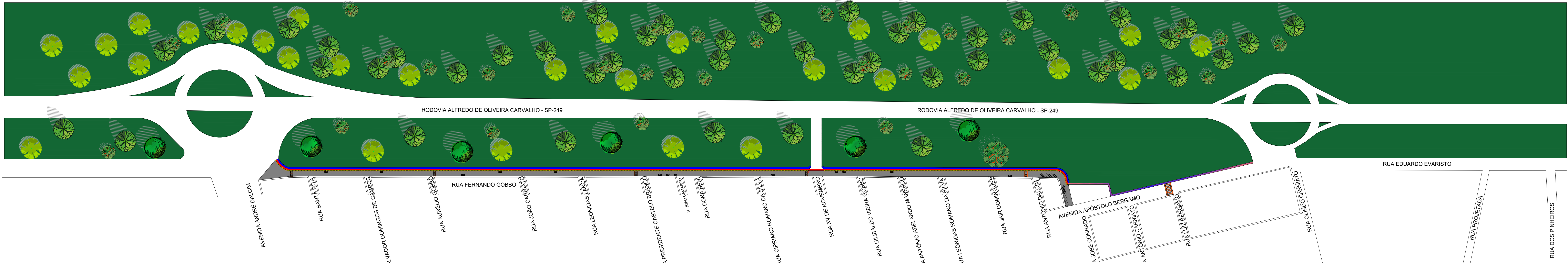
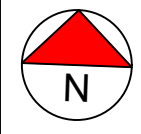
Engenheiro Civil

CREA N°5070205291

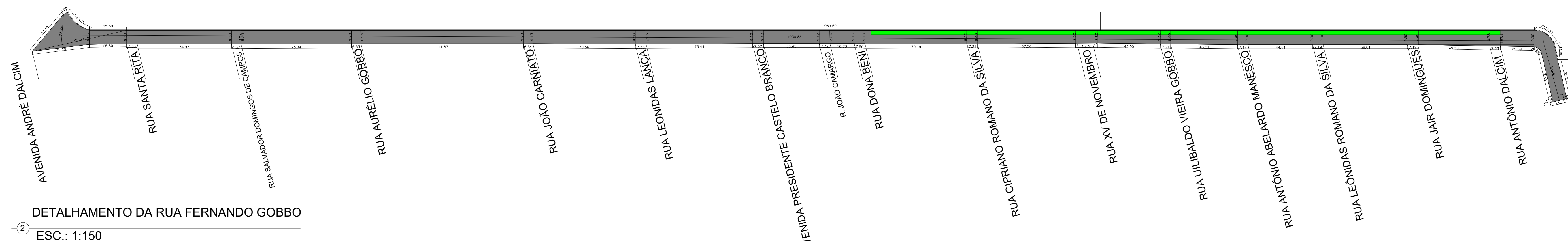


MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

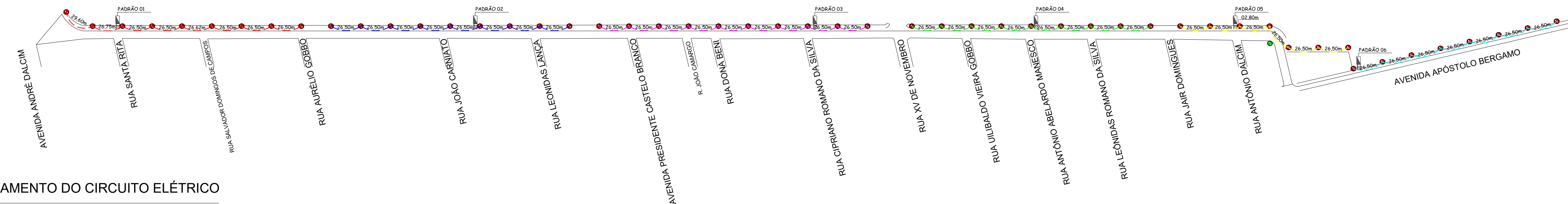
Anexo I do Estudo Técnico Preliminar
PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO



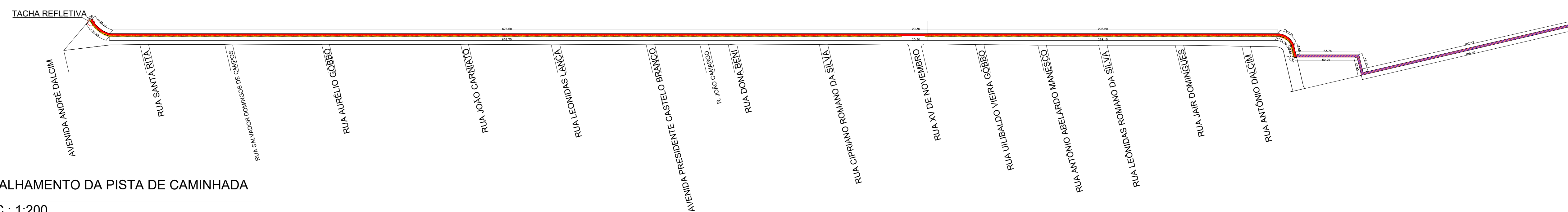
1 DETALHAMENTO DA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BERGAMO
ESC.: 1:200



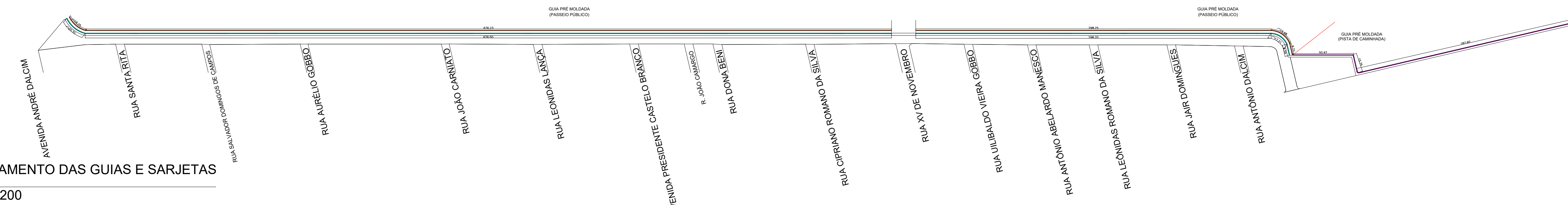
2 DETALHAMENTO DA RUA FERNANDO GOBBO
ESC.: 1:150



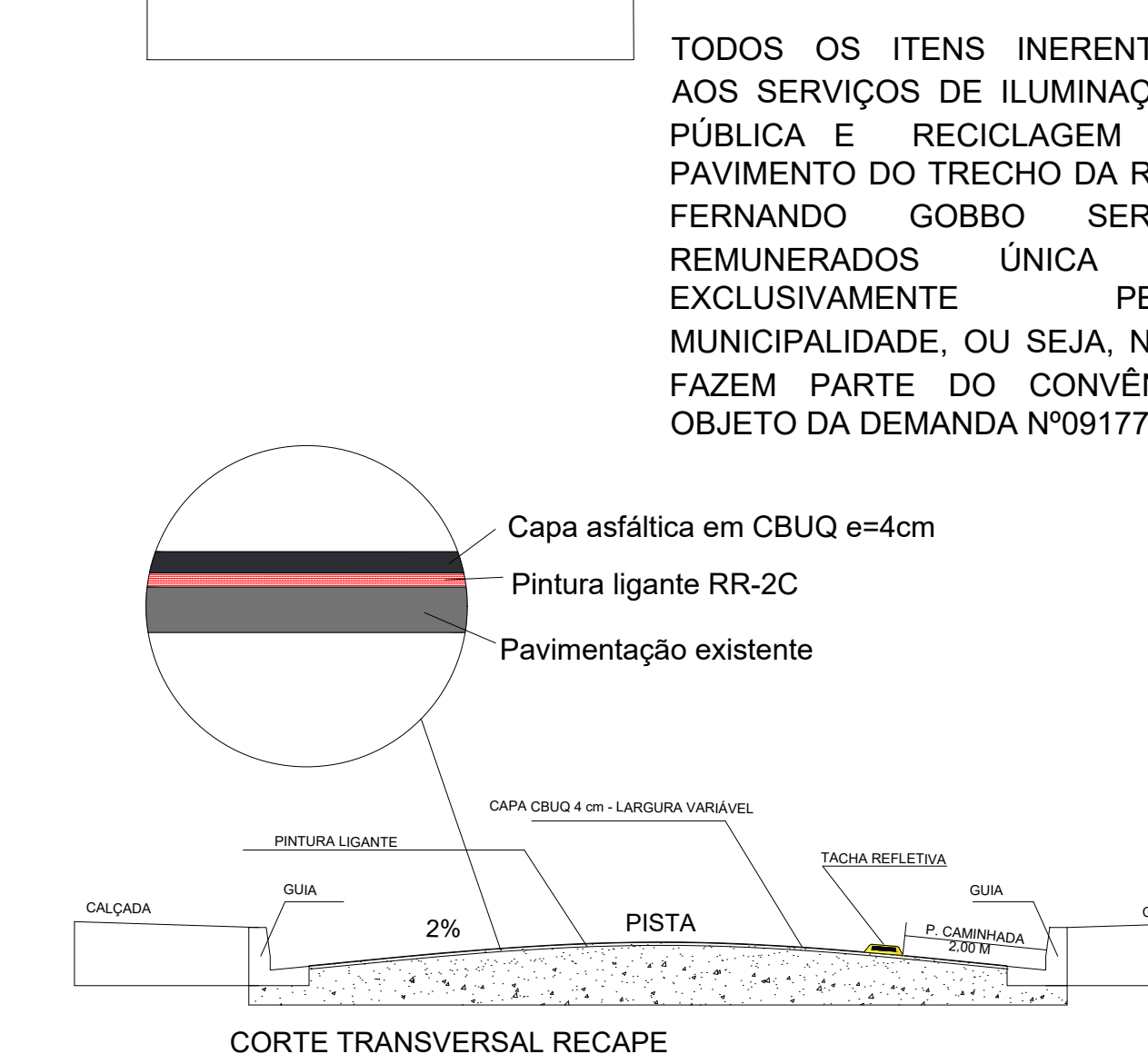
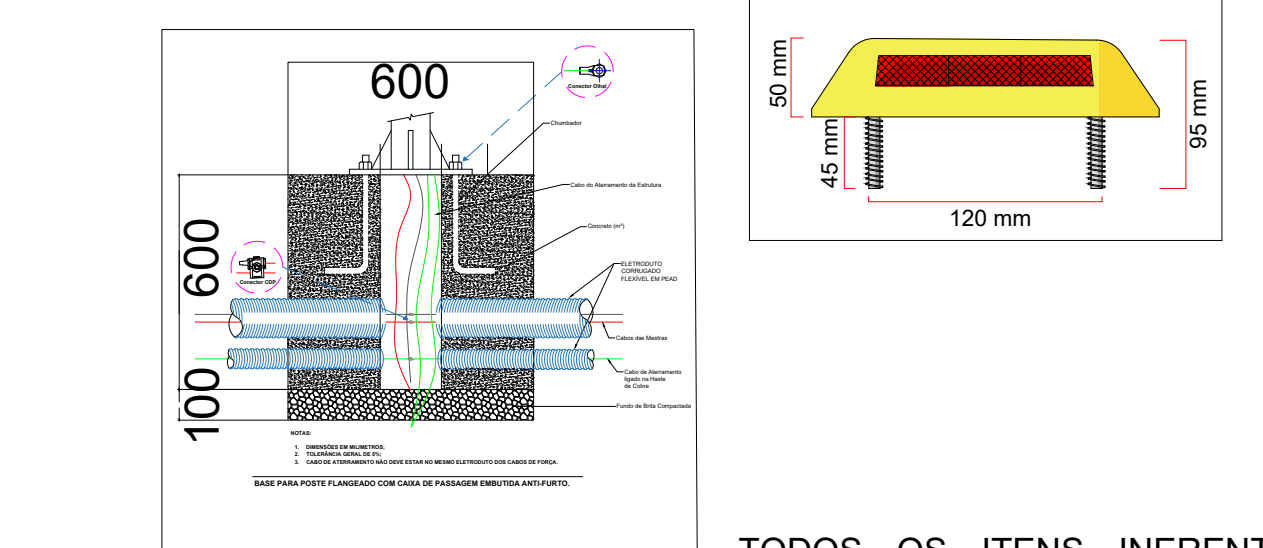
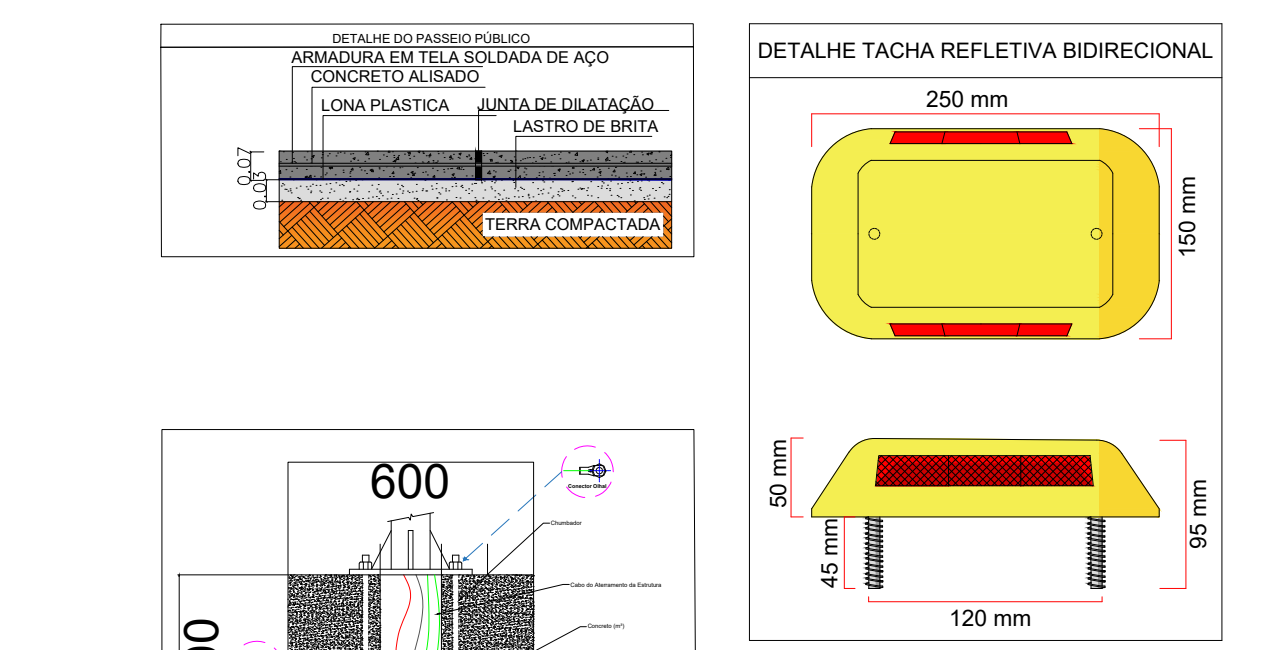
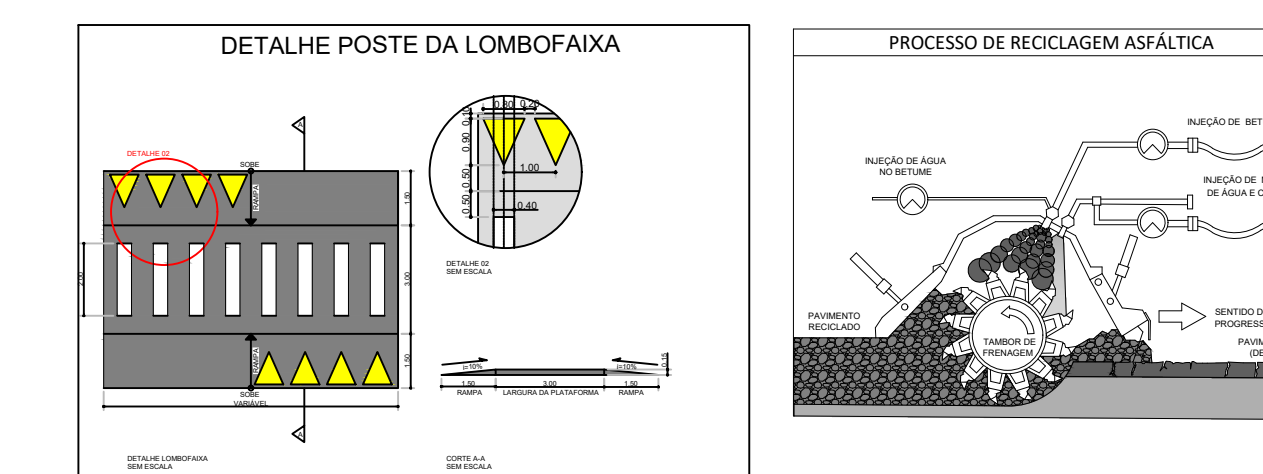
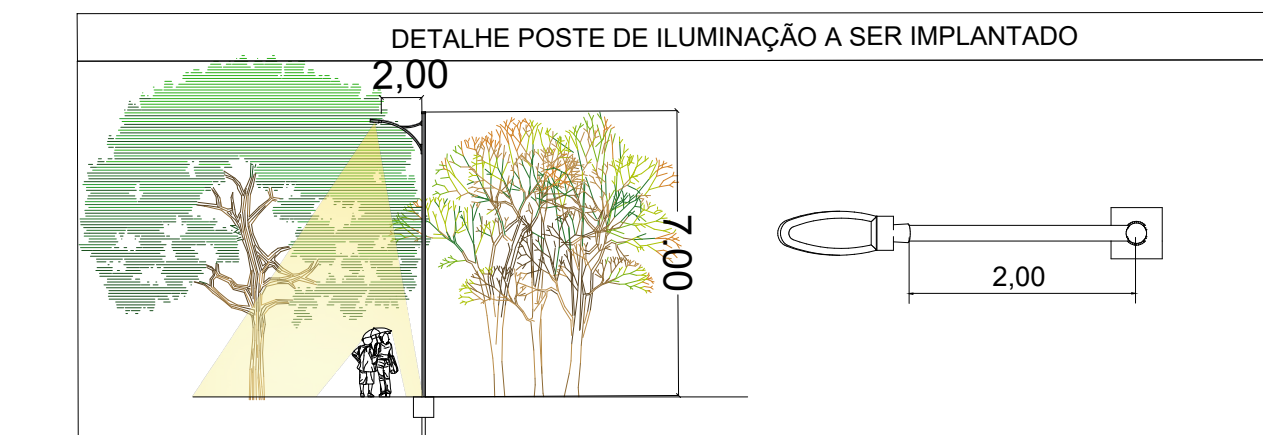
3 DETALHAMENTO DO CIRCUITO ELÉTRICO
ESC.: 1:200



4 DETALHAMENTO DA PISTA DE CAMINHADA
ESC.: 1:200



5 DETALHAMENTO DAS GUIAS E SARJETAS
ESC.: 1:200



LEGENDAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	UN
	Poste de Entrada e Quadro de Distribuição (QDP)	6
	Eletroduto Corrugado Flexível em PEAD 3" com Cabo de 10,00mm ² (Circuito A)	215,47m
	Eletroduto Corrugado Flexível em PEAD 3" com Cabo de 10,00mm ² (Circuito A)	212,00m
	Eletroduto Corrugado Flexível em PEAD 3" com Cabo de 10,00mm ² (Circuito A)	238,50m
	Eletroduto Corrugado Flexível em PEAD 3" com Cabo de 10,00mm ² (Circuito A)	212,00m
	Eletroduto Corrugado Flexível em PEAD 3" com Cabo de 10,00mm ² (Circuito A)	159,00m
	Eletroduto Corrugado Flexível em PEAD 3" com Cabo de 10,00mm ² (Circuito A)	185,50m

LEGENDAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	UN
	POSTE METÁLICO A SER IMPLANTADO	62
	POSTE EXISTENTE	01UN
	PISTA DE CAMINHADA EM CONCRETO - EXTENSÃO DE 582,21M	2.086,06m ²
	PISTA DE CAMINHADA EM CONCRETO - EXTENSÃO DE 596,58M	613,84m ²
	ÁREA A SER RECICLADA (INCLUINDO A PISTA DE CAMINHADA EM CONCRETO) - EXTENSÃO DE 1.073,32M ²	10.461,70m ²
	ÁREA A SER RECICLADA - EXTENSÃO DE 433,17M POR 3,00M DE LARGURA	1.299,51m ²
	PASSEIO PÚBLICO	2.328,13m ²
	LOMBOFAIXA - COMPRIMENTO TOTAL DAS 6 UNIDADES = 93,00M	321,30m ²
	TACHA REFLETIVA BIDIRECIONAL A CADA 6,00M	2.582,00UN
	GUIA PRÉ-MOLDADA (PASSEIO PÚBLICO)	2.045,85m
	GUIA PRÉ-MOLDADA (PISTA DE CAMINHADA)	253,95m

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
PRAÇA EXPEDICIONÁRIO ANTÔNIO ROMANO DE OLIVEIRA - 44
CENTRO - CEP: 18890-091 - TAGUAÍ/SP - TELEFONE: (14) 3386 - 9040

Obra: OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Concedente: SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Endereço: RUA FERNANDO GOBBO e AVENIDA APÓSTOLO BERGAMO

Interessado: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CNPJ: 46.223.723/0001-50

ART N°: 2620251416126

COORDENADAS: 23°27'09.5"S 49°23'59.9"W

DEIVISON LUCIO RODRIGUES
Responsável Técnico
Engenheiro Civil
CREA N° 5070205291

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal

DATA: AGOSTO/2025 FOLHA: 01/01



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo II do Estudo Técnico Preliminar
MEMÓRIA DE CÁLCULO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO:	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.
ENDEREÇO:	RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO - TAGUAÍ/SP
FONTE:	BOLETIM DE CUSTOS - CDHU 198 - SEM DESONERAÇÃO

FONTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MEMÓRIA DE CÁLCULO
-------	--------	------	-----------	---------	------------	--------------------

PLANILHA A - QUANTIDADES E VALORES CONVENIADOS

FONTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MEMÓRIA DE CÁLCULO
		1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES			
CDHU	02.08.020	1.1	Placa de identificação para obra	M2	6,00	3,00M X 2,00M= 6M ²
CDHU	02.10.060	1.2	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	M2	13293,67	10.451,70M ² DA RUA (RECAPE + PISTA DE CAMINHADA EM CBUQ) + 2328,13M ² DA CALÇADA + 513,84M ² DA PISTA DE CAMINHADA EM CONCRETO
		2.0	CALÇADA E PISTA DE CAMINHADA			
		2.1	CALÇADA			
CDHU	54.06.040	2.1.1	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	2045,89	2045,89M DE GUIA, SEPARANDO PASSEIO DA PISTA DE CAMINHADA E PARA CONTENÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	09.01.020	2.1.2	Forma em madeira comum para fundação	M2	127,58	1275,80X0,10 DE ALTURA DA FORMA (SOMENTE DE UM LADO) = 127,58M ²
CDHU	11.18.060	2.1.3	Lona plástica preta - uso geral	M2	2328,13	2328,13M ² DA CALÇADA CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	10.02.020	2.1.4	Armadura em tela soldada de aço	KG	2796,00	2328,13/5 (TAMANHO QUE CADA ARMADURA COBRE) X 6KG= 2796,00KG
CDHU	11.18.040	2.1.5	Lastro de pedra britada	M3	69,85	2328,13X0,03 CM DE ESPESURA= 69,85M ³
CDHU	11.01.130	2.1.6	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	162,97	2328,13X0,07 CM DE ESPESURA= 162,97M ³
CDHU	11.16.080	2.1.7	Lançamento e adensamento de concreto ou massa por bombeamento	M3	162,97	2328,13X0,07 CM DE ESPESURA= 162,97M ³
CDHU	11.16.220	2.1.8	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2	2328,13	2328,13M ² DA CALÇADA CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	11.20.050	2.1.9	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	852,00	1275,80M/ A CADA 3 METROS X 2 DE LARGURA DA CALÇADA = 852,00M
		2.2	PISTA DE CAMINHADA			
CDHU	54.06.040	2.2.1	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	253,96	253,96M DE GUIA DA PISTA DE CAMINHADA DE CONCRETO, SENDO SOMENTE UM LADO CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	09.01.020	2.2.2	Forma em madeira comum para fundação	M2	25,40	253,96X0,10 DE ALTURA DA FORMA (SOMENTE DE UM LADO) = 25,40M ²
CDHU	11.18.060	2.2.3	Lona plástica preta - uso geral	M2	513,84	513,84M ² DA PISTA DE CAMINHADA DE CONCRETO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	10.02.020	2.2.4	Armadura em tela soldada de aço	KG	618,00	513,84/5 (TAMANHO QUE CADA ARMADURA COBRE) X 6KG= 618,00KG
CDHU	11.18.040	2.2.5	Lastro de pedra britada	M3	15,42	513,84X0,03 CM DE ESPESURA= 15,42M ³
CDHU	11.01.130	2.2.6	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	35,97	513,84X0,07 CM DE ESPESURA= 35,97M ³
CDHU	11.16.080	2.2.7	Lançamento e adensamento de concreto ou massa por bombeamento	M3	35,97	513,84X0,07 CM DE ESPESURA= 35,97M ³
CDHU	11.16.220	2.2.8	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2	513,84	513,84M ² DA PISTA DE CAMINHADA DE CONCRETO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	11.20.050	2.2.9	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	170,00	253,96M/ A CADA 3 METROS X 2 DE LARGURA DA PISTA DE CAMINHADA = 170,00M
CDHU	70.02.010	2.2.10	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	2599,90	PINTURA DA PISTA DE CAMINHADA NO ASFALTO E NO CONCRETO, CONFORME DEMONSTRADOS PROJETO. SENDO: 2086,06M ² NO ASFALTO E 513,84M ² NO CONCRETO
CDHU	70.06.040	2.2.11	Tachão tipo I bidirecional refletivo - resina	UN	2562,00	2562 TACHÕES PARA SEREM INSTALADOS NA PISTA DE CAMINHADA, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
		3.0	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO			
CDHU	54.01.410	3.1	Varição de pavimento para recapeamento	M2	10451,70	SERÁ EXECUTADA A VARRIÇÃO DO PAVIMENTO DE 10451,70M ² PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	54.03.230	3.2	Imprimação betuminosa ligante	M2	10451,70	SERÁ EXECUTADA A IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE DE 10451,70M ² PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	54.03.210	3.3	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	418,07	10451,70M ² X 0,04 DE ESPESURA DO CBUQ, TOTALIZANDO 418,07M ³ PARA O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
		4.0	LOMBOFAIXA			
CDHU	70.01.003	4.1	Faixa elevada para travessia de pedestres em massa asfáltica - lombofaixa de vias com execução de recapeamento	M2	321,30	53,55 M DE COMPRIMENTO X 6M DE LARGURA = 321,30M ² , CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO:	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.
ENDEREÇO:	RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO - TAGUAÍ/SP
FONTE:	BOLETIM DE CUSTOS - CDHU 198 - SEM DESONERAÇÃO

FONTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MEMÓRIA DE CÁLCULO
-------	--------	------	-----------	---------	------------	--------------------

PLANILHA B - SERVIÇOS COMPLEMENTARES NÃO CONVENIADOS - EXECUTADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, INDISPENSÁVEIS À PLENA FUNCIONALIDADE DA OBRA

		5.0	ILUMINAÇÃO			
CDHU	68.01.600	5.1	Poste de concreto circular, 200 kg, H = 7,00 m	UN	6,00	SERÃO INSTALADOS 6 POSTES PARA INSTALAÇÃO DAS CAIXAS DE MEDIÇÃO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	36.03.010	5.2	Caixa de medição tipo II (300 x 560 x 200) mm, padrão concessionárias	UN	6,00	SERÃO INSTALADAS 6 CAIXAS DE MEDIÇÃO, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	37.16.071	5.3	Sistema de barramento blindado de 100 a 2000 A, trifásico, barra de cobre	Axm	6,00	SERÃO INSTALADAS 6 SISTEMA DE BARRAMENTO BLINDADO (UM PARA CADA POSTE E CAIXA DE MEDIÇÃO), CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	39.26.080	5.4	Cabo de cobre flexível de 35 mm ² , isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	M	180,00	SERÃO UTILIZADOS 30,00 METROS EM CADA PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA
CDHU	37.13.640	5.5	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	6,00	SERÃO INSTALADOS 6 DISJUNTORES PARA ALIMENTAR OS 6 CIRCUITOS CONECTADOS AOS PADRÕES DE ENTRADA
CDHU	06.02.020	5.6	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	110,00	SERÁ REALIZADA A ESCAVAÇÃO DE 0,30 X 0,30 X 1222,47 METROS DE EXTENSÃO DOS CIRCUITOS = 110M ³
CDHU	06.11.020	5.7	Reaterro manual para simples regularização sem compactação	M3	90,00	SERÁ REALIZADO O REATERRO DA TERRA REMOVIDA PARA INSTALAR OS ELETRODUTOS
CDHU	38.13.016	5.8	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	1222,47	SERÃO INSTALADOS 1222,47 METROS DE ELETRODUTOS PARA PASSAR OS CABOS, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	39.26.050	5.9	Cabo de cobre flexível de 10 mm ² , isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	M	2444,94	2 CABOS DENTRO DOS ELETRODUTOS, PARA ENERGIZAR OS POSTES E AS LUMINÁRIAS
CDHU	39.24.152	5.10	Cabo de cobre flexível de 3 x 2,5 mm ² , isolamento 500 V - isolação PP 70°C	M	530,00	CABO PP CONECTANDO OS RAMAIS PRINCIPAIS ÀS LUMINÁRIAS
CDHU	39.26.030	5.11	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	M	530,00	CABO DE 10 PARA ATERRAR CADA LUMINÁRIA
CDHU	41.11.704	5.12	Luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 18000 lm, eficiência mínima 180 lm/W - potência de 100 W	UN	53,00	SERÃO INSTALADAS 53 LUMINÁRIAS EM LED, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	42.05.210	5.13	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	53,00	SERÃO INSTALADAS 53 HASTE DE ATERRAMENTO PARA INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS EM LED, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	42.05.160	5.14	Conector olhal cabo/haste de 5/8"	UN	53,00	SERÃO INSTALADOS 53 CONECTORES PARA INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS EM LED, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	41.10.340	5.15	Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 8,00 m	UN	52,00	SERÃO INSTALADOS 52 POSTES PARA INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS EM LED, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	41.10.060	5.16	Braço em tubo de ferro galvanizado de 1" x 1,00 m para fixação de uma luminária	UN	53,00	SERÃO INSTALADOS 53 BRAÇOS PARA INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS EM LED, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO. RESSALTANDO QUE UM POSTE É EXISTENTE
CDHU	06.02.020	5.17	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	11,24	0,60X0,60X0,60= 0,216X52 BLOCOS = 11,24M ³
CDHU	11.18.040	5.18	Lastro de pedra britada	M3	1,88	0,60X0,06 DE ESPESSURAX52 BLOCOS = 1,88M ³
CDHU	09.01.020	5.19	Forma em madeira comum para fundação	M2	74,88	0,60X0,6X4LADOS= 1,44X52 BLOCOS = 74,88M ²
CDHU	11.03.090	5.20	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	11,24	0,60X0,60X0,60= 0,216X 52 BLOCOS = 11,24M ³
CDHU	10.01.040	5.21	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	618,20	11,24X55KG = 618,20KG

		6.0	TRECHO DA RUA ANTÔNIO DALCIN ATÉ À RUA DONA BENI - RECICLAGEM			
TPU - DER 01-25	23.13.07.03	6.1	Reciclagem de pavimento com adição de 20% de brita e 4% de cimento	M3	324,88	1299,51M ² X0,25 DE PROFUNDIDADE A SER RECICLADO, TOTALIZANDO 324,88M ³ , CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO
CDHU	54.03.240	6.2	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M2	1299,51	SERÁ EXECUTADO 1299,51M ² DE IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE NA ÁREA QUE SERÁ RECICLADA, CONFORME DEMONSTRADO NO PROJETO

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 21 dias de agosto de 2025.

DEVISON LUCIO RODRIGUES	EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Responsável Técnico	Prefeito Municipal
Engenheiro Civil	
CREA Nº 5070205291	
ART Nº2620251416126	



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo III do Estudo Técnico Preliminar
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO:		OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.									
ENDEREÇO:		RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO - TAGUAÍ/SP									
FONTE:		BOLETIM DE CUSTOS - CDHU 198 - SEM DESONERAÇÃO						BDI		25,00%	
FUNTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	VALOR UNITÁRIO - R\$	VALOR UNITÁRIO COM BDI - R\$	VALOR TOTAL - R\$	
PLANILHA A - QUANTIDADES E VALORES CONVENIADOS											
		1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$	38.344,60
CDHU	02.08.020	1.1	Placa de identificação para obra	M2	6,00	R\$ 842,93	R\$ 104,34	R\$ 947,27	R\$ 1.184,08	R\$ 7.104,48	
CDHU	02.10.060	1.2	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	M2	13293,67	R\$ 0,95	R\$ 0,93	R\$ 1,88	R\$ 2,35	R\$ 31.240,12	
		2.0	PASSEIO PÚBLICO e PISTA DE CAMINHADA							R\$	830.971,01
		2.1	PASSEIO PÚBLICO							R\$	420.807,22
CDHU	54.06.040	2.1.1	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	2045,89	R\$ 46,69	R\$ 13,71	R\$ 60,40	R\$ 75,50	R\$ 154.464,69	
CDHU	09.01.020	2.1.2	Forma em madeira comum para fundação	M2	127,58	R\$ 46,68	R\$ 65,45	R\$ 112,13	R\$ 140,16	R\$ 17.881,61	
CDHU	11.18.060	2.1.3	Lona plástica preta - uso geral	M2	2328,13	R\$ 0,88	R\$ 0,68	R\$ 1,56	R\$ 1,95	R\$ 4.539,85	
CDHU	10.02.020	2.1.4	Armadura em tela soldada de aço	KG	2796,00	R\$ 8,97	R\$ 1,46	R\$ 10,43	R\$ 13,03	R\$ 36.431,88	
CDHU	11.18.040	2.1.5	Lastro de pedra britada	M3	69,85	R\$ 180,88	R\$ 34,07	R\$ 214,95	R\$ 268,68	R\$ 18.767,29	
CDHU	11.01.130	2.1.6	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	162,97	R\$ 508,73	R\$ -	R\$ 508,73	R\$ 635,91	R\$ 103.634,25	
CDHU	11.16.080	2.1.7	Lançamento e adensamento de concreto ou massa por bombeamento	M3	162,97	R\$ 60,61	R\$ 73,06	R\$ 133,67	R\$ 167,08	R\$ 27.229,02	
CDHU	11.16.220	2.1.8	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2	2328,13	R\$ 15,74	R\$ -	R\$ 15,74	R\$ 19,67	R\$ 45.794,31	
CDHU	11.20.050	2.1.9	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	852,00	R\$ 11,33	R\$ -	R\$ 11,33	R\$ 14,16	R\$ 12.064,32	
		2.2	PISTA DE CAMINHADA							R\$	410.163,79
CDHU	54.06.040	2.2.1	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	253,96	R\$ 46,69	R\$ 13,71	R\$ 60,40	R\$ 75,50	R\$ 19.173,98	
CDHU	09.01.020	2.2.2	Forma em madeira comum para fundação	M2	25,40	R\$ 46,68	R\$ 65,45	R\$ 112,13	R\$ 140,16	R\$ 3.560,06	
CDHU	11.18.060	2.2.3	Lona plástica preta - uso geral	M2	513,84	R\$ 0,88	R\$ 0,68	R\$ 1,56	R\$ 1,95	R\$ 1.001,98	
CDHU	10.02.020	2.2.4	Armadura em tela soldada de aço	KG	618,00	R\$ 8,97	R\$ 1,46	R\$ 10,43	R\$ 13,03	R\$ 8.052,54	
CDHU	11.18.040	2.2.5	Lastro de pedra britada	M3	15,42	R\$ 180,88	R\$ 34,07	R\$ 214,95	R\$ 268,68	R\$ 4.143,04	
CDHU	11.01.130	2.2.6	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	35,97	R\$ 508,73	R\$ -	R\$ 508,73	R\$ 635,91	R\$ 22.873,68	
CDHU	11.16.080	2.2.7	Lançamento e adensamento de concreto ou massa por bombeamento	M3	35,97	R\$ 60,61	R\$ 73,06	R\$ 133,67	R\$ 167,08	R\$ 6.009,86	
CDHU	11.16.220	2.2.8	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2	513,84	R\$ 15,74	R\$ -	R\$ 15,74	R\$ 19,67	R\$ 10.107,23	
CDHU	11.20.050	2.2.9	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	170,00	R\$ 11,33	R\$ -	R\$ 11,33	R\$ 14,16	R\$ 2.407,20	
CDHU	70.02.010	2.2.10	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	2599,90	R\$ 37,42	R\$ -	R\$ 37,42	R\$ 46,77	R\$ 121.597,32	
CDHU	70.06.040	2.2.11	Tachão tipo I bidirecional refletivo - resina	UN	2562,00	R\$ 55,27	R\$ 10,69	R\$ 65,96	R\$ 82,45	R\$ 211.236,90	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO:		OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.									
ENDEREÇO:		RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO - TAGUAÍ/SP									
FONTE:		BOLETIM DE CUSTOS - CDHU 198 - SEM DESONERAÇÃO							BDI	25,00%	
FUNTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	VALOR UNITÁRIO - R\$	VALOR UNITÁRIO COM BDI - R\$	VALOR TOTAL - R\$	
		3.0	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO							R\$	926.329,76
CDHU	54.01.410	3.1	Varrição de pavimento para recapeamento	M2	10451,70	R\$ -	R\$ 0,91	R\$ 0,91	R\$ 1,13	R\$ 11.810,42	
CDHU	54.03.230	3.2	Imprimação betuminosa ligante	M2	10451,70	R\$ 6,56	R\$ 0,11	R\$ 6,67	R\$ 8,33	R\$ 87.062,66	
CDHU	54.03.210	3.3	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	418,07	R\$ 1.564,47	R\$ 18,92	R\$ 1.583,39	R\$ 1.979,23	R\$ 827.456,68	
		4.0	LOMBOFAIXA							R\$	110.681,42
CDHU	70.01.003	4.1	Faixa elevada para travessia de pedestres em massa asfáltica - lombofaixa de vias com execução de recapeamento	M2	321,30	R\$ 271,77	R\$ 3,82	R\$ 275,59	R\$ 344,48	R\$ 110.681,42	
RECURSOS ESTADUAIS									R\$	1.000.000,00	
RECURSOS PRÓPRIOS									R\$	906.326,79	
TOTAL									R\$	1.906.326,79	

PLANILHA B - SERVIÇOS COMPLEMENTARES NÃO CONVENIADOS - EXECUTADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, INDISPENSÁVEIS À PLENA FUNCIONALIDADE DA OBRA

		5.0	ILUMINAÇÃO							R\$	355.041,63
CDHU	68.01.600	5.1	Poste de concreto circular, 200 kg, H = 7,00 m	UN	6,00	R\$ 1.385,97	R\$ 340,98	R\$ 1.726,95	R\$ 2.158,68	R\$ 12.952,08	
CDHU	36.03.010	5.2	Caixa de medição tipo II (300 x 560 x 200) mm, padrão concessionárias	UN	6,00	R\$ 129,30	R\$ 193,21	R\$ 322,51	R\$ 403,13	R\$ 2.418,78	
CDHU	37.16.071	5.3	Sistema de barramento blindado de 100 a 2000 A, trifásico, barra de cobre	Axm	6,00	R\$ 596,44	R\$ 0,69	R\$ 597,13	R\$ 746,41	R\$ 4.478,46	
CDHU	39.26.080	5.4	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	M	180,00	R\$ 32,43	R\$ 8,38	R\$ 40,81	R\$ 51,01	R\$ 9.181,80	
CDHU	37.13.640	5.5	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	6,00	R\$ 179,73	R\$ 33,50	R\$ 213,23	R\$ 266,53	R\$ 1.599,18	
CDHU	06.02.020	5.6	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	110,00	R\$ -	R\$ 68,13	R\$ 68,13	R\$ 85,16	R\$ 9.367,60	
CDHU	06.11.020	5.7	Reaterro manual para simples regularização sem compactação	M3	90,00	R\$ -	R\$ 9,77	R\$ 9,77	R\$ 12,21	R\$ 1.098,90	
CDHU	38.13.016	5.8	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	1222,47	R\$ 5,78	R\$ 2,23	R\$ 8,01	R\$ 10,01	R\$ 12.236,92	
CDHU	39.26.050	5.9	Cabo de cobre flexível de 10 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	M	2444,94	R\$ 10,08	R\$ 4,47	R\$ 14,55	R\$ 18,18	R\$ 44.449,00	
CDHU	39.24.152	5.10	Cabo de cobre flexível de 3 x 2,5 mm², isolamento 500 V - isolação PP 70°C	M	530,00	R\$ 8,77	R\$ 8,38	R\$ 17,15	R\$ 21,43	R\$ 11.357,90	
CDHU	39.26.030	5.11	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação HEPR 90°C - baixa emissão de fumaça e gases	M	530,00	R\$ 4,47	R\$ 3,35	R\$ 7,82	R\$ 9,77	R\$ 5.178,10	
CDHU	41.11.704	5.12	Luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 18000 lm, eficiência mínima 180 lm/W - potência de 100 W	UN	53,00	R\$ 644,47	R\$ 39,27	R\$ 683,74	R\$ 854,67	R\$ 45.297,51	
CDHU	42.05.210	5.13	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	53,00	R\$ 189,48	R\$ 27,92	R\$ 217,40	R\$ 271,75	R\$ 14.402,75	
CDHU	42.05.160	5.14	Conector olhal cabo/haste de 5/8"	UN	53,00	R\$ 3,80	R\$ 5,58	R\$ 9,38	R\$ 11,72	R\$ 621,16	
CDHU	41.10.340	5.15	Poste telecónico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 8,00 m	UN	52,00	R\$ 2.089,57	R\$ 126,15	R\$ 2.215,72	R\$ 2.769,65	R\$ 144.021,80	
CDHU	41.10.060	5.16	Braço em tubo de ferro galvanizado de 1" x 1,00 m para fixação de uma luminária	UN	53,00	R\$ 50,23	R\$ 78,54	R\$ 128,77	R\$ 160,96	R\$ 8.530,88	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO:		OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.									
ENDEREÇO:		RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO - TAGUAÍ/SP									
FONTE:		BOLETIM DE CUSTOS - CDHU 198 - SEM DESONERAÇÃO							BDI	25,00%	
FUNTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	VALOR UNITÁRIO - R\$	VALOR UNITÁRIO COM BDI - R\$	VALOR TOTAL - R\$	
CDHU	06.02.020	5.17	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	11,24	R\$ -	R\$ 68,13	R\$ 68,13	R\$ 85,16	R\$ 957,19	
CDHU	11.18.040	5.18	Lastro de pedra britada	M3	1,88	R\$ 180,88	R\$ 34,07	R\$ 214,95	R\$ 268,68	R\$ 505,11	
CDHU	09.01.020	5.19	Forma em madeira comum para fundação	M2	74,88	R\$ 46,68	R\$ 65,45	R\$ 112,13	R\$ 140,16	R\$ 10.495,18	
CDHU	11.03.090	5.20	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	11,24	R\$ 406,08	R\$ 136,26	R\$ 542,34	R\$ 677,92	R\$ 7.619,82	
CDHU	10.01.040	5.21	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	618,20	R\$ 7,78	R\$ 2,93	R\$ 10,71	R\$ 13,38	R\$ 8.271,51	
		6.0	RECICLAGEM DE PAVIMENTO - TRECHO DA RUA ANTÔNIO DALCIN ATÉ À RUA DONA BENI							R\$	123.593,92
TPU - DER 01-25	23.13.07.03	6.1	Reciclagem de pavimento com adição de 20% de brita e 4% de cimento	M3	324,88	R\$ 159,56	R\$ 90,00	R\$ 249,56	R\$ 311,95	R\$ 101.346,31	
CDHU	54.03.240	6.2	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M2	1299,51	R\$ 13,56	R\$ 0,14	R\$ 13,70	R\$ 17,12	R\$ 22.247,61	
RECURSOS ESTADUAIS									R\$	-	
RECURSOS PRÓPRIOS									R\$	478.635,55	
TOTAL									R\$	478.635,55	
Prefeitura do Município de Taguaí, aos 21 dias de agosto de 2025.											
VALORES TOTAIS - PLANILHA A + PLANILHA B											
RECURSOS ESTADUAIS									R\$	1.000.000,00	
RECURSOS PRÓPRIOS									R\$	1.384.962,34	
TOTAL									R\$	2.384.962,34	
DEVISON LUCIO RODRIGUES					EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ						
Responsável Técnico					Prefeito Municipal						
Engenheiro Civil											
CREA Nº 5070205291											
ART Nº2620251416126											



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo IV do Estudo Técnico Preliminar
CRONOGRAMA FÍSICO DESEMBOLSO.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CRONOGRAMA FÍSICO - DESEMBOLSO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	MUNICÍPIO:	DATA BASE:
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	TAGUAÍ/SP	CDHU 198
OBJETO:	PRAZO PROPOSTO:	
OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.	INÍCIO: data da assinatura do Convênio	
	FINAL: 24 meses a partir da data de assinatura do Convênio.	

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	1ª ETAPA		TOTAL
			PERÍODO:	24 MESES	
			PRAZO DE LIBERAÇÃO: em 1 mês após a expedição da OIS.	PRAZO DE EXECUÇÃO: 23 MESES	

PLANILHA A - QUANTIDADES E VALORES CONVENIADOS

1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	M2	6,00		6,00
		R\$		R\$ 38.344,60	R\$ 38.344,60
2.0	PASSEIO PÚBLICO e PISTA DE CAMINHADA	M	2045,89		2045,89
		R\$		R\$ 830.971,01	R\$ 830.971,01
3.0	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	M3	418,07		418,07
		R\$		R\$ 926.329,76	R\$ 926.329,76
4.0	LOMBOFAIXA	M2	321,30		321,30
		R\$		R\$ 110.681,42	R\$ 110.681,42
RECURSOS ESTADUAIS				R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS				R\$ 906.326,79	R\$ 906.326,79
TOTAL				R\$ 1.906.326,79	R\$ 1.906.326,79

PLANILHA B - SERVIÇOS COMPLEMENTARES NÃO CONVENIADOS - EXECUTADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, INDISPENSÁVEIS À PLENA FUNCIONALIDADE DA OBRA

5.0	ILUMINAÇÃO	UN	52,00		52,00
		R\$		R\$ 355.041,63	R\$ 355.041,63
6.0	RECICLAGEM DE PAVIMENTO - TRECHO DA RUA ANTÔNIO DALCIN ATÉ À RUA DONA BENI	M3	324,88		324,88
		R\$		R\$ 123.593,92	R\$ 123.593,92
RECURSOS ESTADUAIS					-
RECURSOS PRÓPRIOS				R\$ 478.635,55	R\$ 478.635,55
TOTAL				R\$ 478.635,55	R\$ 478.635,55



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CRONOGRAMA FÍSICO - DESEMBOLSO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	MUNICÍPIO:	DATA BASE:
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	TAGUAÍ/SP	CDHU 198
OBJETO:	PRAZO PROPOSTO:	
OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.	INÍCIO: data da assinatura do Convênio	
	FINAL: 24 meses a partir da data de assinatura do Convênio.	

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	1ª ETAPA		TOTAL
			PERÍODO:	24 MESES	
			PRAZO DE LIBERAÇÃO: em 1 mês após a expedição da OIS.	PRAZO DE EXECUÇÃO: 23 MESES	

VALORES TOTAIS - PLANILHA A + PLANILHA B

RECURSOS ESTADUAIS	R\$	1.000.000,00	R\$	1.000.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$	1.384.962,34	R\$	1.384.962,34
TOTAL	R\$	2.384.962,34	R\$	2.384.962,34

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 21 dias de agosto de 2025.

DEIVISON LUCIO RODRIGUES	EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Responsável Técnico	Prefeito Municipal
Engenheiro Civil	
CREA Nº 5070205291	
ART Nº2620251416126	



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo V do Estudo Técnico Preliminar
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO/EXECUÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO			MUNICÍPIO:						DATA BASE:							
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.			TAGUAÍ/SP						ago/25							
OBJETO:			PRAZO PROPOSTO:													
OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.			INÍCIO: data da assinatura da OIS - Ordem de Início do Serviços													
			FINAL: 6 MESES (180 dias) a partir da data de assinatura da assinatura da OIS - Ordem de Início dos Serviços.													
ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	1ª ETAPA		2ª ETAPA		3ª ETAPA		4ª ETAPA		5ª ETAPA		6ª ETAPA		TOTAL	
			1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	3º MÊS	5º MÊS	6º MÊS								
			PRAZO DE LIBERAÇÃO: em até 30 dias após a expedição da OIS.		PRAZO DE LIBERAÇÃO: em até 30 dias após a aprovação da medição.		PRAZO DE LIBERAÇÃO: em até 30 dias após a aprovação da medição.		PRAZO DE LIBERAÇÃO: em até 30 dias após a aprovação da medição.		PRAZO DE LIBERAÇÃO: em até 30 dias após a aprovação da medição.		PRAZO DE LIBERAÇÃO: em até 30 dias após a aprovação da medição.			
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	M2	6,00										6,00			
		R\$	R\$	38.344,60	R\$	-							R\$	38.344,60		
2.0	PASSEIO PÚBLICO e PISTA DE CAMINHADA	M	1078,96		966,93								2045,89			
		R\$	R\$	438.237,10	R\$	392.733,91						R\$	830.971,01			
3.0	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	M3			37,84		215,09		165,14				418,07			
		R\$		R\$	83.847,79	R\$	476.581,70	R\$	365.900,27			R\$	926.329,76			
4.0	Lombofaixa	M2							321,30				321,30			
		R\$					R\$	110.681,42				R\$	110.681,42			
5.0	ILUMINAÇÃO	UN									36,00		16,00			
		R\$						R\$	239.317,78	R\$	115.723,85	R\$	355.041,63			
6.0	RECICLAGEM DE PAVIMENTO - TRECHO DA RUA ANTÔNIO DALCIN ATÉ À RUA DONA BENI	M3											324,88			
		R\$									R\$	123.593,92	R\$	123.593,92		
RECURSOS ESTADUAIS			R\$	250.000,00	R\$	250.000,00	R\$	250.000,00	R\$	250.000,00			R\$	1.000.000,00		
RECURSOS PRÓPRIOS			R\$	226.581,70	R\$	226.581,70	R\$	226.581,70	R\$	226.581,69	R\$	239.317,78	R\$	239.317,77	R\$	1.384.962,34
TOTAL			R\$	476.581,70	R\$	476.581,70	R\$	476.581,70	R\$	476.581,69	R\$	239.317,78	R\$	239.317,77	R\$	2.384.962,34

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 21 dias de agosto de 2025.

DEIVISON LUCIO RODRIGUES

Responsável Técnico
Engenheiro Civil
CREA Nº 5070205291
ART Nº2620251416126

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo VI do Estudo Técnico Preliminar
MEMORIAL DESCRITIVO



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA:

OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ.

LOCAL:

RUA FERNANDO GOBBO e AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO - TAGUAÍ/SP.

REGIME DE EXECUÇÃO:

EMPREITADA GLOBAL

I – CONSIDERAÇÕES:

I.I – As especificações destinam-se a definir perfeitamente todos os materiais e serviços a serem executados.

I.II - A obra será executada de acordo com o projeto, planilha de custo, especificações técnicas e normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

I.III – A empresa CONTRATADA deverá fazer um relatório (Livro Diário de Obras) para o registro diário de todas as ocorrências da obra, mantendo-o na obra, deverão ser anotados os serviços, mão de obra (número de funcionários e cargos) e materiais empregados, e também qualquer fato referente à obra como, intempéries, mudanças, adaptações, todas as visitas realizadas a obra deverão ser anotadas, deve ser feito em duas vias.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

I.IV – A empresa deverá manter na obra para consulta uma pasta com todos os projetos assinados, além dos projetos de uso diário dos funcionários durante toda a execução da obra.

I.V – Para a execução dos serviços, a empresa CONTRATADA impreterivelmente terá que atender todas as **NORMAS TÉCNICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE** da legislação vigente.

II - ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

O presente documento estabelece as especificações básicas de serviços e as respectivas regulamentações relativas às medições a serem obedecidas na execução da obra e constitui parte integrante dos contratos de serviços e obras. Todos os serviços deverão ser executados em consonância com os projetos, as prescrições aqui contidas, as normas técnicas da ABNT e outras regulamentações aplicáveis.

A PREFEITURA poderá adotar, em qualquer época, normas especiais ou suplementares de trabalho, não previstas aqui, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços.

As grandezas constantes deste documento são expressas em unidades legais e as convenções para sua indicação, são as consagradas pelo uso.

Na existência de serviços não especificados, a CONTRATADA somente poderá executá-lo após a devida aprovação da FISCALIZAÇÃO.

A omissão de qualquer procedimento neste documento ou nos projetos não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Ficam reservados à PREFEITURA o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste documento, que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou projeto.

III - RELACIONAMENTO PREFEITURA – CONTRATADA

III.I - FISCALIZAÇÃO E CONTRATADA

A obra será fiscalizada por pessoal pertencente à PREFEITURA, ou empresa por ela indicada, que será doravante designada simplesmente FISCALIZAÇÃO.

A obra será conduzida por pessoal pertencente à CONTRATADA, que será doravante designada simplesmente CONTRATADA.

A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO quanto da CONTRATADA, deverá estar sempre a cargo de um RESPONSÁVEL TÉCNICO (engenheiro e/ou arquiteto), devidamente habilitado e registrado no seu respectivo órgão de classe, CREA/CAU.

III.II - DIREITOS E AUTORIDADE DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento da obra.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

III.III - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições aqui descritas, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas da



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

ABNT.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro do contido neste documento e no contrato.

A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A CONTRATADA deverá estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre a programação e o andamento da obra, as peculiaridades dos diversos trabalhos e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO julgar necessário.

A CONTRATADA será obrigada a afastar do serviço e do canteiro de trabalho todo e qualquer elemento que, por conduta pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento da obra ou da ordem do canteiro.

A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela PREFEITURA, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra.

A CONTRATADA caberá o fornecimento de Placa de Identificação da Obra, que providenciará a confecção por profissional especializado, devendo sua instalação se dar em local definido pela FISCALIZAÇÃO. Os modelos e detalhes da placa bem como dos materiais a serem empregados na sua confecção, serão os indicados pela PREFEITURA. No canteiro de obra só



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

poderá ser colocada placa da CONTRATADA após prévio consentimento da FISCALIZAÇÃO, mesmo no que se refira a sua localização e dimensões.

IV - MATERIAIS FORNECIDOS PELA CONTRATADA

Para os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser observadas as seguintes disposições:

IV.I - ESPECIFICAÇÕES

Todos os materiais a serem empregados na obra e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer às especificações da ABNT (aprovadas, recomendadas ou projetadas) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipos aprovados pela FISCALIZAÇÃO. Em casos especiais, tratando-se de materiais para os quais ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, as especificações requeridas serão as dos órgãos competentes ou as estrangeiras.

IV.II - INSPEÇÃO

Todos os materiais estarão sujeitos à amostragem, testes e aprovação. A amostra será fornecida pela CONTRATADA e deverá ser representativa do material a ser usado. O material ou equipamento que por qualquer motivo for recusado pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser retirado e substituído pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para a PREFEITURA.

IV.III - ARMAZENAMENTO

A CONTRATADA tomará todas as providências para o correto armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

V - SERVIÇOS DE TERCEIRO



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

São serviços específicos componentes de um projeto cuja execução exige especialização que não consta da capacidade de produção da CONTRATADA. São realizados por terceiros na forma de pessoa física ou jurídica através de subcontrato ou instrumentos formais com a CONTRATADA, que se afigura como única responsável perante a PREFEITURA.

VI - PREÇOS

Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles orçados, aprovados e contratados, deduzidas as reduções oferecidas pela proposta, e cobrirão todos os custos previstos na composição e todas as despesas diretas e indiretas.

VII - CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVICOS

VII.I - DO PROJETO

As obras de execução, devem obedecer vigorosamente as plantas, desenhos e detalhes de projeto, as recomendações específicas dos fabricantes dos materiais a serem empregados, e aos demais elementos que a FISCALIZAÇÃO venha a fornecer.

Quaisquer modificações do projeto, efetuadas pelo projetista, deverá ser apresentada à FISCALIZAÇÃO e receber aprovação da mesma.

VII.II - DA EXECUÇÃO

A construção deverá ter acompanhamento de uma equipe de FISCALIZAÇÃO designada pela PREFEITURA e chefiada por profissional legalmente habilitado.

Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA, devem obedecer as normas brasileiras. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não esteja projetado e/ou especificado pela FISCALIZAÇÃO, salvo os eventuais de emergência, necessária à estabilidade e segurança da obra ou pessoal encarregado da mesma.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confecções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

As frentes de trabalho, quando da abertura de valas, devem ser programadas de comum acordo com a PREFEITURA, para remanejamento do tráfego, se for necessário.

VII.III - DA SEGURANCA, HIGIÊNE E MEDICINA DO TRABALHO

A CONTRATADA deve observar a legislação do Ministério do Trabalho que determina obrigações no campo da segurança, higiene e medicina do trabalho.

A CONTRATADA será responsável quanto ao uso obrigatório e correto, pelos operários, dos equipamentos de proteção individual, tudo de acordo com as normas vigentes do serviço de segurança, higiene e medicina do trabalho.

A CONTRATADA deverá constituir, por sua conta, seguro de prevenção de acidentes do trabalho, danos à propriedade, fogo, acidente de veículos, transporte de materiais e outros tipos de seguro que achar conveniente, atitude esta que não o desobriga a manter plena proteção contra riscos de acidentes com o seu pessoal e com terceiros.

Em caso de acidente no canteiro de obras a CONTRATADA deverá:

- Prestar socorro imediato às vítimas;
- Paralisar imediatamente a obra no local do acidente, afim de não alterar as circunstâncias relacionadas com este;
- Comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO da ocorrência.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

VIII – SERVIÇOS:

1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES:

1.1 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PARA OBRA

Conforme padrão da SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, fornecimento, modelagem, instalação e fixação em estrutura de madeira resistente, fixada em local de fácil visibilidade, a placa deverá ser em material acrílico ou chapa galvanizada pintada, com dimensões: 3,00m x 2,00m = 6,00m².

Descrição do Serviço:

Fornecimento: produção da placa conforme layout oficial e especificações do Governo do Estado.

Modelagem e Pintura: pintura anticorrosiva e acabamento em cores padrão para garantir durabilidade.

Instalação: fixação em estrutura de madeira com fundação simples de concreto, garantindo estabilidade frente a intempéries.

Finalidade: assegurar a comunicação institucional e a transparência das ações públicas, em conformidade com as normas vigentes.

Equipamentos Utilizados: ferramentas manuais de carpintaria, furadeiras, parafusos e materiais de fixação.

Segurança e Meio Ambiente: utilização de EPIs (capacete, luvas, botas de segurança e óculos) durante a montagem, além da destinação correta de sobras de materiais.

1.2 – LOCAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS, TANQUES E LAGOAS

O serviço consiste na implantação dos eixos de referência e marcações topográficas necessárias à execução da obra, incluindo a definição precisa de alinhamentos e cotas de vias, passeios e áreas específicas do projeto.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Objetivo: garantir que todas as etapas subsequentes da obra sejam realizadas dentro das dimensões previstas em projeto executivo, assegurando conformidade geométrica e construtiva.

Descrição do Serviço:

Preparação da Área: limpeza dos pontos de referência e nivelamento inicial para permitir a marcação correta.

Execução da Locação: utilização de equipamentos topográficos (teodolito, estação total e nível) para demarcação de eixos de vias, guias, calçadas, áreas de tanques e lagoas, respeitando as cotas de projeto.

Fixação de Marcas: colocação de piquetes, estacas e fios de náilon para delimitar alinhamentos e níveis.

Controle e Verificação: conferência das medidas executadas em comparação com o projeto, assegurando precisão.

Equipamentos Utilizados: estação total, nível automático, trenas, balizas, estacas de madeira, martelos e fios de náilon.

Segurança e Meio Ambiente: todos os serviços de locação serão realizados observando as normas de segurança do trabalho, com uso de EPIs adequados, além do cuidado para não provocar danos ao entorno imediato da área da obra.

2.0 – PASSEIO PÚBLICO E PISTA DE CAMINHADA:

2.1 – PASSEIO PÚBLICO:

SERÁ EXECUTADO PASSEIO PÚBLICO EM CONCRETO, CONFORME PROJETO, COM 2,00 METROS DE LARGURA.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

2.1.1 – GUIA PRÉ-MOLDADA RETA TIPO PMSP 100 – FCK 25 MPa

Fornecimento e assentamento de guias pré-moldadas padrão PMSP 100, em concreto pré-moldado com resistência característica de 25 MPa, utilizadas para delimitar o passeio público e garantir contenção lateral do pavimento.

Descrição do Serviço:

Preparação da base com camada de brita.

Posicionamento das guias conforme alinhamento do projeto.

Nivelamento e rejuntamento com argamassa de cimento e areia.

Equipamentos: ferramentas manuais, carrinho de mão, régua de nível, compactador.

Segurança: uso obrigatório de EPIs durante transporte e assentamento.

**2.1.2 – FORMA EM MADEIRA COMUM PARA FUNDAÇÃO
10,00CM DE ALTURA.**

Construção de formas em madeira para fundação do passeio público.

Descrição do Serviço:

Montagem das formas de madeira comum tratada.

Fixação com escoras, pregos e parafusos.

Garantia de estanqueidade durante a concretagem.

Equipamentos: serra elétrica, martelos, pregos, escoras.

Segurança: cuidado no manuseio de ferramentas cortantes e descarte correto de sobras de madeira.

2.1.3 – LONA PLÁSTICA PRETA – USO GERAL

Aplicação de lona plástica preta para proteção do passeio durante execução de concretagem.

Descrição do Serviço:

Colocação da lona sobre superfícies de fundação.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Fixação com pregos ou pesos.

Proteção contra infiltrações e intempéries.

Segurança e Meio Ambiente: recolhimento e destinação adequada da lona após o uso.

2.1.4 – ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO

CADA MALHA COBRE 5,00M².

Utilização de tela soldada de aço como reforço estrutural do pavimento do passeio.

Descrição do Serviço:

Corte e posicionamento conforme dimensões do projeto.

Sobreposição mínima de uma malha.

Fixação com arame recozido.

Equipamentos: alicates, tesouras manuais, espaçadores plásticos.

Segurança: uso de luvas e óculos no manuseio das telas.

2.1.5 – LASTRO DE PEDRA BRITADA

3,00CM DE ESPESSURA.

Execução de camada de brita como base para o concreto do passeio.

Descrição do Serviço:

Transporte, espalhamento e nivelamento da brita.

Compactação mecânica para regularização da base.

Equipamentos: pás, enxadas, compactador vibratório.

Segurança: EPIs obrigatórios e destinação correta de sobras.

2.1.6 – CONCRETO USINADO FCK = 25 MPa

7,00CM DE ESPESSURA.

Aplicação de concreto usinado com resistência característica de 25 MPa no pavimento do passeio público.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Descrição do Serviço:

Fornecimento em caminhão betoneira.

Lançamento sobre a base de brita.

Nivelamento com régua vibratória.

Equipamentos: caminhão betoneira, vibradores, ferramentas de alisamento.

Segurança: cuidados com respingos de concreto e uso de EPIs.

2.1.7 – LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO OU MASSA POR BOMBEAMENTO

Execução do lançamento e adensamento do concreto no passeio com uso de bomba.

Descrição do Serviço:

Transporte do concreto por tubulação até a área de aplicação.

Adensamento com vibradores de imersão.

Equipamentos: bomba de concreto, vibradores, tubulações.

Segurança: EPIs obrigatórios e equipe treinada.

2.1.8 – NIVELAMENTO DE PISO EM CONCRETO COM ACABADORA DE SUPERFÍCIE

Acabamento superficial do pavimento do passeio público.

Descrição do Serviço:

Uso de acabadora mecânica para regularização da superfície.

Garantia de textura antiderrapante.

Equipamentos: acabadora de superfície, desempenadeiras.

Segurança: proteção auricular e cuidado na operação da máquina.

2.1.9 – CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

EXECUTADO À CADA 3,00M.

Execução de juntas de dilatação no pavimento em concreto do passeio.

Descrição do Serviço:

Corte linear com serra diamantada.

Espaçamento e profundidade conforme projeto.

Limpeza das juntas para selagem.

Equipamentos: serra diamantada, aspiradores.

Segurança: uso de protetor auricular e óculos de proteção.

2.2 – PISTA DE CAMINHADA:

SERÁ EXECUTADO 2.086,06M² EM CBUQ E 513,84M² EM CONCRETO.

2.2.1 – GUIA PRÉ-MOLDADA RETA TIPO PMSP 100 – FCK 25 MPa

Assentamento de guias pré-moldadas em concreto FCK 25 MPa, delimitando a pista de caminhada.

Descrição do Serviço: idêntico ao do passeio público, mas aplicado na pista, garantindo contenção lateral do pavimento.

**2.2.2 – FORMA EM MADEIRA COMUM PARA FUNDAÇÃO
10,00CM DE ALTURA.**

Execução de formas em madeira para fundações da pista de caminhada.

Descrição do Serviço: montagem e fixação conforme dimensões do projeto, com estanqueidade para concretagem.

2.2.3 – LONA PLÁSTICA PRETA – USO GERAL

Aplicação de lona preta para proteção da base da pista de caminhada durante concretagem.

**2.2.4 – ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO
CADA MALHA COBRE 5,00M².**



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Colocação de telas soldadas de aço como reforço estrutural da pista de caminhada.

2.2.5 – LASTRO DE PEDRA BRITADA

3,00CM DE ESPESSURA.

Execução de camada de brita para regularização e suporte da pista de caminhada.

2.2.6 – CONCRETO USINADO FCK = 25 MPa

7,00CM DE ESPESSURA.

Aplicação de concreto usinado de 25 MPa para o pavimento da pista de caminhada.

2.2.7 – LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO OU MASSA POR BOMBEAMENTO

Lançamento do concreto na pista com auxílio de bomba e adensamento mecânico.

2.2.8 – NIVELAMENTO DE PISO EM CONCRETO COM ACABADORA DE SUPERFÍCIE

Nivelamento e acabamento do pavimento da pista de caminhada.

2.2.9 – CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS

EXECUTADO À CADA 3,00M.

Execução de juntas de dilatação no pavimento da pista de caminhada.

2.2.10 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA VINÍLICA OU ACRÍLICA

Pintura de sinalização horizontal na pista de caminhada, com tinta vinílica ou acrílica de alta resistência.

Descrição do Serviço:

Limpeza e preparo da superfície.

Marcação das áreas de sinalização conforme projeto.

Pintura com tinta aplicada por pistola ou rolo.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Segurança: manuseio correto de solventes e destinação adequada de embalagens.

**2.2.11 – TACHÃO TIPO I BIDIRECIONAL REFLETIVO – RESINA
INSTALADO À CADA 40,00CM.**

Fornecimento e instalação de tachões refletivos em resina, para segregação da pista de caminhada e aumento da segurança.

Descrição do Serviço:

Marcação do local de instalação.

Fixação com adesivo epóxi ou parafusos.

Conferência de alinhamento e resistência.

Segurança: uso de EPIs, com atenção ao tráfego durante a instalação.

3.0 - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO:

SERÁ EXECUTADO O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA FERNANDO GOBBO, CONFORME PROJETO. CONSIDERANDO A SITUAÇÃO PRECÁRIA DO PAVIMENTO EXISTENTE SERÃO EXECUTADOS 4,00CM, HAJA VISTA HAVER A NECESSIDADE DE SE EXECUTAR O REPERFILAMENTO DA VIA, ANTES DO RECAPE, OU SEJA 1,00CM DE REPERFILAMENTO + 3,00CM DE RECAPE. NESSE MONTANTE DE CBUQ TAMBÉM ESTÁ PREVISTA AÁREA DA PISTA DE CAMINHADA.

3.1 – VARRIÇÃO DE PAVIMENTO PARA RECAPEAMENTO

Serviço de limpeza e varrição mecânica do pavimento existente, realizado previamente à aplicação das camadas asfálticas.

Descrição do Serviço:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Remoção de pó, areia, materiais soltos e resíduos do pavimento antigo.

Utilização de vassouras mecânicas e sopradores de ar para garantir a aderência da camada de ligação.

Conferência da superfície para evitar contaminações.

Equipamentos: vassoura mecânica, soprador de ar, ferramentas manuais.

Segurança e Meio Ambiente: isolamento da área durante o serviço e destinação correta dos resíduos varridos.

3.2 – IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE

Aplicação de ligante betuminoso sobre a superfície limpa, para promover a aderência entre a base e a nova camada asfáltica.

Descrição do Serviço:

Aplicação de emulsão asfáltica por caminhão espargidor.

Controle da taxa de aplicação conforme especificações de projeto.

Respeito ao tempo de cura para aderência adequada.

Equipamentos: caminhão espargidor de asfalto, sopradores e vassouras mecânicas.

Segurança e Meio Ambiente: cuidados no manuseio do material betuminoso, uso de EPIs, controle de respingos e derramamentos.

3.3 – CAMADA DE ROLAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ

A camada de rolamento com concreto asfáltico pré-misturado a quente (CBUQ), capa 50 – 70, será constituída de agregado betuminoso e material de brita, pedrisco, pó de pedra e eventualmente areia ou filler, executada com vibro acabadora na espessura de 3,0 cm acabada.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

A superfície da base, devidamente imprimida deverá estar seca e limpa de todo o material solto. Não será executado trabalho em tempo úmido, não será tolerada segregação ou queda elevada de temperatura no transporte e aplicação da mistura. Para satisfazer tal exigência, a usina de asfalto deverá estar localizada em uma distância compatível, devendo sua localização ser indicada na relação de equipamentos a ser apresentada.

A mistura betuminosa deverá ser espalhada de forma que permita posteriormente a obtenção de uma camada de acordo com o projeto sem novas adições. A temperatura da mistura, por ocasião das operações de esparrame, não poderá ser inferior a 110° C.

Logo após o esparrame assim que a mistura suporte o peso do rolo, deverá ser iniciada a compressão através de rolo compressor. A compressão deverá começar dos lados e prosseguir longitudinalmente para o centro, de modo que este cubra uniformemente em cada passada, pelo menos a metade da largura do seu rastro de passagem anterior.

Nas curvas as rolagens, prosseguir do lado mais baixo para o lado mais alto, mesmas condições de recobrimento de rastro. Para impedir adesão do aglutinante tipo betuminoso a cada rolo, estes deverão ser molhados, não sendo permitido excesso de água.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre as camadas que estejam sofrendo rolagens. A camada deve apresentar-se uniforme, isenta de ondulações e saliências ou rebaixos.

Nenhum trânsito será permitido na camada de rolamento enquanto a temperatura da mistura for superior à temperatura ambiente.

Execução da camada de rolamento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), que constitui o revestimento final do recapeamento asfáltico.

Descrição do Serviço:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Produção da mistura asfáltica em usina licenciada, garantindo qualidade dos agregados e do CAP (cimento asfáltico de petróleo).

Transporte do material em caminhões basculantes até o canteiro.

Lançamento da mistura por vibroacabadora, em espessura uniforme conforme projeto.

Compactação inicial, intermediária e final com rolos pneumáticos e rolos tandem vibratórios.

Controle tecnológico de temperatura, densidade e teor de ligante.

Equipamentos: usina de asfalto licenciada, vibroacabadora, caminhões basculantes, rolos compactadores.

Segurança e Meio Ambiente:

Uso de EPIs específicos devido à alta temperatura do CBUQ.

Controle de tráfego durante os serviços, com sinalização provisória.

Destinação correta de sobras de mistura asfáltica.

4.0 - LOMBOFAIXA:

4.1 – FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES EM MASSA ASFÁLTICA – LOMBOFAIXA DE VIAS COM EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO

Execução de faixa elevada destinada à travessia de pedestres, confeccionada em massa asfáltica, atendendo às normas de acessibilidade e segurança viária.

Descrição do Serviço:

Preparação da Área: limpeza da superfície do pavimento existente, remoção de materiais soltos e aplicação de pintura de ligação betuminosa.

Execução da Estrutura: conformação da lombofaixa em camadas de massa asfáltica, com controle de espessura e dimensões segundo projeto executivo.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Compactação: aplicação de rolos compactadores para obtenção da densidade e acabamento adequados.

Acabamento Final: pintura e sinalização horizontal da faixa elevada, garantindo visibilidade e segurança.

Adequação Geométrica: execução de rampas suaves de aproximação, assegurando conforto e acessibilidade a pedestres, ciclistas e veículos.

Equipamentos: vibroacabadora, caminhões basculantes, rolo compactador pneumático, rolo tandem vibratório, espargidor de emulsão asfáltica, equipamentos de pintura viária.

Segurança e Meio Ambiente:

Implantação de sinalização provisória de obra durante a execução.

Uso obrigatório de EPIs (botas, luvas, capacete, colete refletivo, óculos de proteção).

Cumprimento das normas ambientais no manuseio da massa asfáltica e destinação de resíduos.

OS ITENS ILUMINAÇÃO E RECICLAGEM SERÃO REMUNERADOS ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PELA MUNICIPALIDADE, OU SEJA, SERÃO INTEGRANTES DA OBRA, TODAVIA NÃO FARÃO PARTE DO CONVÊNIO OBJETO DA DEMANDA Nº091777.

5.0 - ILUMINAÇÃO:

SERÃO INSTALADOS 52 POSTES, COM 52 LUMINÁRIAS + 1 LUMINÁRIA EM UM POSTE EXISTENTE. OS CIRCUITOS SERÃO LIGADOS A 6 ENTRADAS DE ENERGIA.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

5.1 – POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 200 kg, H = 7,00 m

PARA INSTALAÇÃO DOS 6 PADRÕES DE ENTRADA DE ENERGIA.

Fornecimento e instalação de poste de concreto circular com peso aproximado de 200 kg e altura de 7,00 m, destinado ao suporte de rede de iluminação pública.

Descrição do Serviço:

Transporte do poste até o local de instalação.

Execução de fundação em cava escavada manualmente, com lastro de brita e concreto de fixação.

Posicionamento vertical com auxílio de guindaste ou tripé.

Nivelamento e prumo do poste.

Segurança: uso de EPIs e isolamento da área durante a instalação.

**5.2 – CAIXA DE MEDIÇÃO TIPO II (300 x 560 x 200 mm), PADRÃO
CONCESSIONÁRIAS**

PARA INSTALAÇÃO DOS 6 PADRÕES DE ENTRADA DE ENERGIA.

Instalação de caixas de medição em conformidade com os padrões exigidos pelas concessionárias de energia.

Descrição do Serviço:

Fornecimento da caixa em material termoplástico ou metálico galvanizado.

Fixação no poste de concreto, com altura regulamentar.

Instalação de disjuntores, chaves e bornes de medição.

**5.3 – SISTEMA DE BARRAMENTO BLINDADO DE 100 A 2000 A, TRIFÁSICO,
BARRA DE COBRE**

PARA INSTALAÇÃO DOS 6 PADRÕES DE ENTRADA DE ENERGIA.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Fornecimento e montagem de sistema de barramento blindado trifásico em cobre, utilizado para distribuição de energia na iluminação.

Descrição do Serviço:

Montagem dos módulos de barramento.

Conexão entre a caixa de medição e os pontos de alimentação da rede.

Fixação em suporte adequado para proteção mecânica e elétrica.

5.4 – CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 35 mm², ISOLAÇÃO HEPR 90°C – BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA E GASES

PARA INSTALAÇÃO DOS 6 PADRÕES DE ENTRADA DE ENERGIA.

Lançamento de cabos de cobre flexível de 35 mm², isolados em HEPR 90°C, de baixa emissão de fumaça e gases.

Descrição do Serviço:

Corte e preparação dos cabos em rolos.

Lançamento em eletrodutos subterrâneos e caixas de passagem.

Crimpagem de terminais e conexões.

Segurança: uso de luvas isolantes, ferramentas adequadas e bloqueio elétrico durante o serviço.

5.5 – DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, BIPOLAR, 220/380 V, 60 A ATÉ 100 A PARA FUNCIONAMENTO DOS CIRCUITOS DOS 6 PADRÕES DE ENTRADA DE ENERGIA.

Fornecimento e instalação de disjuntores termomagnéticos bipolares, para proteção de circuitos de iluminação.

Descrição do Serviço:

Fixação em quadro elétrico ou caixa de medição.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Conexão dos cabos de entrada e saída.

Teste de funcionamento do sistema de proteção.

5.6 – ESCAVAÇÃO MANUAL EM SOLO DE 1ª E 2ª CATEGORIA EM VALA OU CAVA ATÉ 1,5 m

PARA PASSAGEM DOS ELETRODUTOS (SEÇÃO 30CM X 30CM) DA VALA.

Execução de escavações manuais destinadas à instalação de fundações de postes e eletrodutos.

Descrição do Serviço:

Abertura de cavas até 1,5 m de profundidade.

Acondicionamento do material escavado para posterior reaterro.

5.7 – REATERRO MANUAL PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO SEM COMPACTAÇÃO

PREENCHIMENTO DAS VALAS PARA INSTALAÇÃO DOS ELETRODUTOS.

Reaterro das valas abertas para a instalação de cabos e eletrodutos.

Descrição do Serviço:

Preenchimento das valas com o solo escavado.

Nivelamento da superfície sem necessidade de compactação mecânica.

5.8 – ELETRODUTO CORRUGADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DN 40 mm, COM ACESSÓRIOS

Fornecimento e assentamento de eletrodutos corrugados de PEAD DN 40 mm, destinados à passagem de cabos elétricos.

Descrição do Serviço:

Corte e assentamento em valas previamente abertas.

Instalação de conexões e acessórios de vedação.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Teste de continuidade e passagem de guia.

5.9 – CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 10 mm², ISOLAÇÃO HEPR 90°C – BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA E GASES

2 CABOS DENTRO DO S ELETRODUTOS.

Lançamento de cabos de cobre flexível de 10 mm² em circuitos de iluminação.

Descrição do Serviço:

Corte e identificação dos cabos.

Lançamento em eletrodutos e caixas de passagem.

Conexão em luminárias e quadros de comando.

5.10 – CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 3 x 2,5 mm², ISOLAÇÃO PP 70°C CABOS CONECTADOS NOS CIRCUITOS NA BASE DOS POSTES, ATÉ AS LUMINÁRIA – CABO PP.

Utilização de cabos de 3 x 2,5 mm² com isolação em PP 70°C para circuitos auxiliares.

Descrição do Serviço:

Passagem em eletrodutos.

Conexões em luminárias e interruptores.

5.11 – CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 4 mm², ISOLAÇÃO HEPR 90°C – BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA E GASES

CABO NECESSÁRIO PARA ATERRAMENTO DAS LUMINÁRIAS.

Aplicação de cabos de cobre flexível de 4 mm² para ligações elétricas em iluminação pública.

5.12 – LUMINÁRIA LED RETANGULAR PARA POSTE, 18000 lm, EFICIÊNCIA MÍNIMA 180 lm/W – POTÊNCIA 100 W

Fornecimento e instalação de luminárias retangulares em LED, com fluxo luminoso de 18.000 lúmens e potência de 100 W, alta eficiência energética.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Descrição do Serviço:

Fixação em braços metálicos instalados nos postes.

Conexão elétrica com cabos previamente lançados.

Teste de funcionamento e alinhamento do fecho luminoso.

5.13 – HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8” x 3 m

Instalação de hastes de aterramento em aço cobreado, com 5/8” de diâmetro e 3 m de comprimento.

Descrição do Serviço:

Cravação das hastes no solo com marreta ou equipamento vibratório.

Conexão com cabos de aterramento através de conectores específicos.

5.14 – CONECTOR OLHAL CABO/HASTE DE 5/8”

Instalação de conectores tipo olhal para ligação dos cabos de aterramento às hastes cravadas.

5.15 – POSTE TELECÔNICO RETO EM AÇO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FOGO, H = 8,00 m

Fornecimento e instalação de poste telecônico reto, galvanizado a fogo, com 8,00 m de altura, destinado à instalação de luminárias LED.

Descrição do Serviço:

Transporte e posicionamento.

Execução de fundação em concreto armado.

Fixação do poste com prumo e alinhamento.

5.16 – BRAÇO EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 1” x 1,00 m PARA FIXAÇÃO DE UMA LUMINÁRIA

Fixação de braços metálicos em postes, com 1” de diâmetro e 1,00 m de comprimento, para sustentação das luminárias.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

5.17 – ESCAVAÇÃO MANUAL EM SOLO DE 1ª E 2ª CATEGORIA EM VALA OU CAVA ATÉ 1,5 m

Escavação manual complementar para execução de fundações adicionais na rede de **iluminação**.

5.18 – LASTRO DE PEDRA BRITADA

Execução de lastro em brita para fundações de postes de iluminação.

5.19 – FORMA EM MADEIRA COMUM PARA FUNDAÇÃO

Montagem de formas em madeira destinadas à concretagem de bases para postes metálicos.

5.20 – CONCRETO PREPARADO NO LOCAL, FCK = 20 MPa

Execução de concreto preparado em obra, com resistência característica de 20 MPa, para fundações de postes.

5.21 – ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA-50 (A ou B), FYK = 500 MPa

55KG/M³ DE CONCRETO.

Fornecimento e montagem de barras de aço CA-50 como reforço estrutural em fundações de iluminação.

6.0 - RECICLAGEM DE PAVIMENTO – TRECHO DA RUA ANTÔNIO DALCIN

ATÉ À RUA DONA BENI:

SERÁ RECICLADO UM TRECHO DEMARCADO EM PROJETO, PARA

SUBSTITUIÇÃO DA BASE DO PAVIMENTO EXISTENTE. O REFERIDO TRECHO

FOI COMPROMETIDO POR INFILTRAÇÕES PROVOCADAS POR OBRAS DE

DRENAGEM.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

6.1 – RECICLAGEM DE PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 20% DE BRITA E 4% DE CIMENTO

Execução de reciclagem do pavimento existente por meio da técnica de fresagem e reaproveitamento do material in loco, com adição de brita graduada e cimento para estabilização.

Descrição do Serviço:

Fresagem e escarificação da camada asfáltica existente.

Homogeneização do material fresado com adição de 20% de brita e 4% de cimento.

Mistura mecânica com uso de recicladora ou motoniveladora equipada.

Compactação do material reciclado para formar nova base estabilizada.

Controle tecnológico de resistência e espessura da camada reciclada.

Equipamentos: recicladora de pavimento, motoniveladora, caminhões basculantes, rolo compactador vibratório.

Segurança e Meio Ambiente:

Uso de EPIs por toda a equipe.

Controle de poeira durante a fresagem e mistura, com molhamento periódico.

Transporte e descarte adequado de sobras de material.

6.2 – IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE

EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO PAR ALIGAR A CAMADA DE CBUQ QUE SERÁ EXECUTADA APÓS A RECUPERAÇÃO DA BASE.

Aplicação de camada de imprimação betuminosa sobre a superfície reciclada, para garantir aderência entre a base estabilizada e a camada de revestimento asfáltico posterior.

Descrição do Serviço:

Limpeza prévia da superfície reciclada com sopradores de ar e/ou varrição mecânica.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

Aplicação de ligante betuminoso impermeabilizante em taxa controlada.

Cura do ligante antes da aplicação da camada asfáltica.

Equipamentos: caminhão distribuidor de asfalto (espargidor), sopradores de ar, vassouras mecânicas.

Segurança e Meio Ambiente:

Isolamento da área durante a aplicação para evitar acidentes.

Cuidados com respingos de ligante asfáltico e manipulação de produtos químicos.

Controle ambiental quanto a derramamentos.

7.0 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES:

Os serviços deverão ser medidos conforme o caderno de “Critérios de Medição e Remuneração” da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

Prefeitura do Município de Taguaí,
Aos 28 dias de agosto de 2025.

DEIVISON LUCIO RODRIGUES
Responsável Técnico
Engenheiro Civil
CREA N°5070205291
ART N°2620251416126

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confecções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo VII do Estudo Técnico Preliminar
ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
2620251416126

1. Responsável Técnico

DEIVISON LUCIO RODRIGUES

Título Profissional: Engenheiro Civil

Empresa Contratada: DEIVISON LUCIO RODRIGUES-ME

RNP: 2617324486

Registro: 5070205291-SP

Registro: 2218380-SP

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CPF/CNPJ: 46.223.723/0001-50

Endereço: Praça EXPEDICIONÁRIO ANTÔNIO ROMANO DE OLIVEIRA

Nº: 44

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Taguaí

UF: SP

CEP: 18890-091

Contrato:

Celebrado em: 30/08/2022

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ 8200,00

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Avenida APOSTOLO BÉRGAMO

Nº:

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Taguaí

UF: SP

CEP: 18890-095

Data de Início: 14/08/2025

Previsão de Término: 31/12/2026

Coordenadas Geográficas: -23.452945 S;-49.399054W

Finalidade: Infraestrutura

Código:

Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CPF/CNPJ: 46.223.723/0001-50

Endereço: Rua FERNANDO GOBBO

Nº:

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Taguaí

UF: SP

CEP: 18890-103

Data de Início: 14/08/2025

Previsão de Término: 31/12/2026

Coordenadas Geográficas: 23°27'09.5"S ;49°23'59.9"W

Finalidade: Infraestrutura

Código:

Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CPF/CNPJ: 46.223.723/0001-50

4. Atividade Técnica

				Quantidade	Unidade
Elaboração 1	Projeto	de pavimentação	asfáltica para vias urbanas	10451,70000	metro quadrado
	Projeto	de sistemas de iluminação		53,00000	unidade
	Projeto	de acessibilidade	em vias urbanas	321,30000	metro quadrado
	Projeto	de calçada		2328,13000	metro quadrado
Execução 2	Elaboração de orçamento	de pavimentação	asfáltica para vias urbanas	10451,70000	metro quadrado
	Fiscalização de obra	de pavimentação	asfáltica para vias urbanas	10451,70000	metro quadrado
	Mensuração	de pavimentação	asfáltica para vias urbanas	10451,70000	metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART REFERE-SE À RESPONSABILIDADE TÉCNICA SOBRE ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APOSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ/SP, SENDO: 10.451,70M DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, CONSTRUÇÃO DE 2.328,13M² DE PASSEIO PÚBLICO, 2.599,90M² DE PINTURA DA PISTA DE CAMINHADA SENDO (2.086,06 NO ASFALTO + 513,84m² DE PISTA DE CAMINHADA/PASSEIO PÚBLICO) E IMPLANTAÇÃO DE 52 POSTES (53 LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED), COMPREENDENDO: MENSURAÇÃO, ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO A SER CELEBRADO COM O SECRETARIA DO GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEMANDA Nº091777. ART REFERE-SE TAMBÉM À FISCALIZAÇÃO DA REFERIDA OBRA.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

Nenhuma

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

DEIVISON LUCIO RODRIGUES - CPF: 397.228.498-59

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ - CPF/CNPJ: 46.223.723/0001-50

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confear.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
Tel: 0800 017 18 11
E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima



Valor ART R\$ 103,03

Registrada em: 19/08/2025

Valor Pago R\$ 103,03

Nosso Número: 2620251416126

Versão do sistema

Impresso em: 19/08/2025 13:50:24

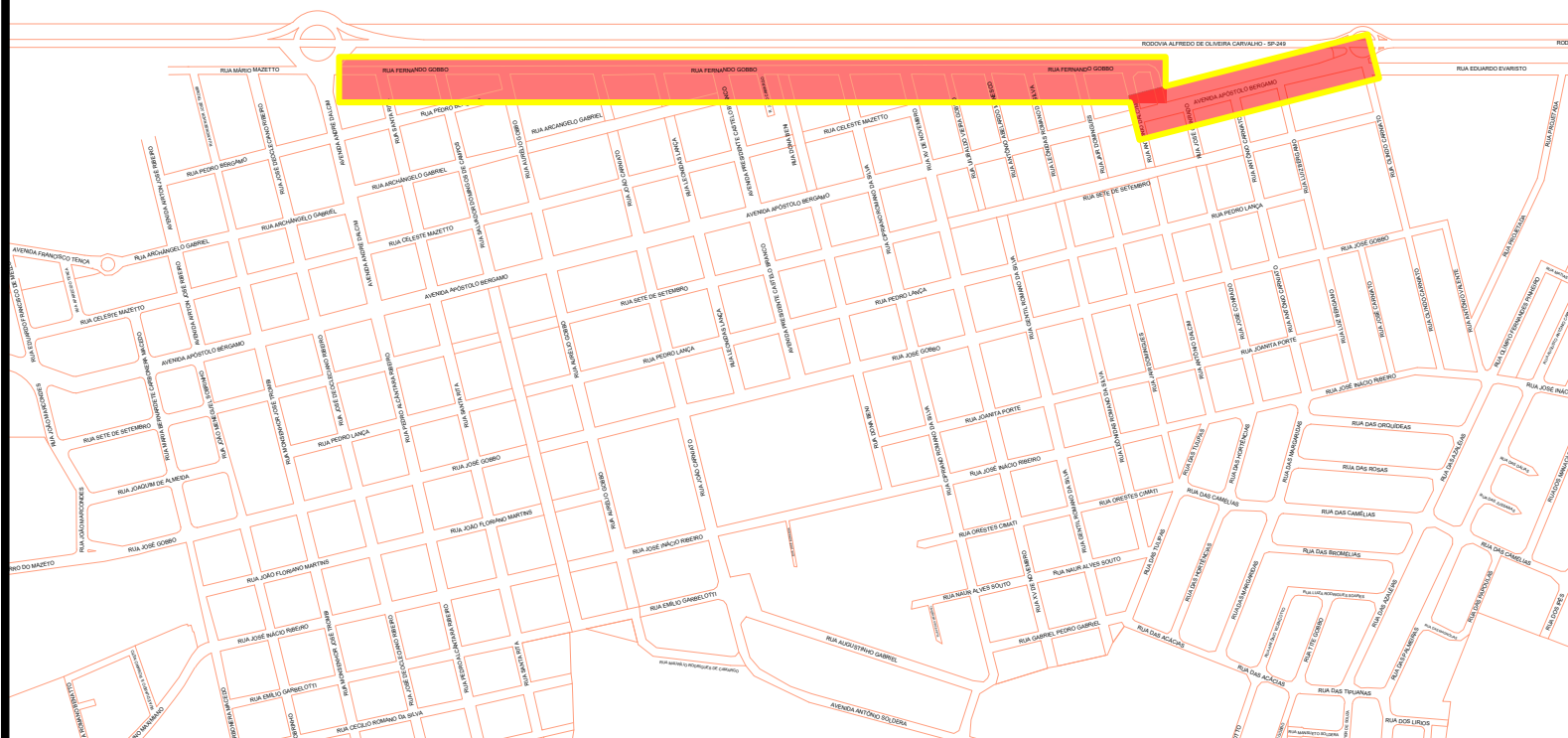


Autenticação de ART
2620251416126



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo VIII do Estudo Técnico Preliminar
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
PRAÇA EXPEDICIONÁRIO ANTÔNIO ROMANO DE OLIVEIRA - 44
CENTRO - CEP: 18890-091 - TAGUAÍ /SP - TELEFONE: (14) 3386 - 9040

Obra:
OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Concedente:
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Endereço:
RUA FERNANDO GOBBO e AVENIDA APÓSTOLO BERGAMO

Interessado:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CNPJ:
46.223.723/0001-50

ART Nº:
2620251416126

COORDENADAS:
23°27'09.5"S 49°23'59.9"W

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

DEIVISON LUCIO RODRIGUES
Responsável Técnico
Engenheiro Civil
CREA Nº 5070205291

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal

DATA :
AGOSTO/2025

FOLHA:
01/01



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo IX do Estudo Técnico Preliminar
COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BENEFÍCIOS E
DESPESAS INDIRETAS



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar!

COMPOSIÇÃO DE TAXA DE B.D.I.

BDI = BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (LUCRO E DESPESAS INDIRETAS)

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Onde:	Valor adotados:
AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Geral;	AC = 4,00%
SG = taxa representativa de Seguro e Garantia;	SG = 0,74%
R = taxa representativa de Riscos;	R = 0,97%
DF = taxa representativa das Despesas Financeiras	DF = 1,21%
L = taxa representativa de Lucro;	L = 10,233201252266%
I = taxa representativa da incidência de Impostos.	I = 5,65%
	Onde: PIS = 0,65%
	COFINS = 3,00%
	ISS = 2,00%

Substituindo os valores na Tabela, temos:

$$BDI = \frac{(1 + (0,040 + 0,0074 + 0,0097)) * (1 + 0,0121) * (1 + 0,10233201252266)}{(1 - 0,0565)} - 1$$

$$BDI = \frac{(1,0571) * (1,0121) * (1,10233201252266)}{(0,9435)} - 1$$

$$BDI = 25,00\%$$

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 21 dias de agosto de 2025.

DEIVISON LUCIO RODRIGUES
 Responsável Técnico
 Engenheiro Civil
 CREA N°5070205291



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50
Gente em primeiro lugar

Anexo X do Estudo Técnico Preliminar
COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
Taguaí - Capital das Confeções
CNPJ 46.223.723/0001-50

Gente em primeiro lugar!

ENCARGOS SOCIAIS

**ADOTADOS SOBRE OS VALORES DO BOLETIM DE CUSTOS CDHU 198 – SEM
DESONERAÇÃO**

Taxas de leis sociais e riscos do trabalho (%)

		Horistas
A1	Previdência Social	20,00
A2	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8,00
A3	Salário-Educação	2,50
A4	Serviços Social da Indústria (Sesi)	1,50
A5	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)	1,00
A6	Serviços de Apoio a Pequena e Média Empresa (Sebrae)	0,60
A7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	0,20
A8	Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS)	3,00
A9	Seconci Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (aplicável a todas as empresas constantes do III grupo da CLT - art. 577)	1,00
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	37,80
B1	Repouso semanal e feriados	22,90
B2	Auxílio-enfermidade	0,79 (*)
B3	Licença-paternidade	0,34 (*)
B4	13º Salário	10,57
B5	Dias de chuva / faltas justificadas na obra / outras dificuldades / acidentes de trabalho / greves / falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços	4,57
B	Total dos Encargos Sociais que recebem as incidências de A	39,17
C1	Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2 + (A2 x B)]	4,45
C2	Férias (indenizadas)	14,06
C3	Aviso-prévio (indenizado)	13,12 (*)
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A	31,63
D1	Reincidência de A sobre B	14,80
D2	Reincidência de (A - A9) sobre C3.	4,83
D	Total das Taxas das reincidências	19,63
Percentagem total		128,23

(*) Adotado

Prefeitura do Município de Taguaí, aos 21 dias de agosto de 2025.

DEIVISON LUCIO RODRIGUES

Responsável Técnico

Engenheiro Civil

CREA N°5070205291

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

Cláusula - 6.1.2

À

Prefeitura Municipal de Taguaí

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 8/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

A Empresa _____,
CNPJ/MF _____, com sede na cidade de _____, estado de _____, sito à Rua _____, n.º _____, CEP _____-_____,
Telefone (____) _____, E-mail _____, neste ato representada pelo responsável técnico que abaixo subscreve, declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

_____, ____ de _____ 20__.

Responsável Técnico do Licitante pela visita:

Nome:

CREA e/ou CAU N.º

Assinatura:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO III.1

SOLICITAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

Cláusula 7.4.1.1

(Para microempresas e empresas de pequeno porte)

Processo Nº:	440/25	Concorrência Eletrônica Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço Eletrônico Comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço Eletrônico Pessoal			

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, **DECLARA**, para fins de obter direito de preferencial de contratação durante os trabalhos do certame licitatório em epígrafe, que encontra-se enquadrada na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal e **SOLICITA** que seja-lhe concedido, durante os certames licitatórios em tela, os benefícios da referida lei.

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO III.2

SOLICITAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

Cláusula 7.4.1.2.

(Para cooperativas)

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, **DECLARA**, para fins de obter direito de preferencial de contratação durante os trabalhos do certame licitatório em epígrafe, que o Estatuto Social da cooperativa supra mencionada encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que a mesma auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente e **SOLICITA** que seja-lhe concedido, durante o certame licitatório em tela, os benefícios da referida Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA À RECEITA BRUTA

Cláusula 7.4.2.4

(Para ME, EPP e COOPERATIVA)

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, para fins de obter o os benefícios de que trata os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 durante os trabalhos do processo licitatório em epígrafe e com fulcro no parágrafo 2ª da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA** que, neste ano de **2025**, até a presente data, o somatório dos contratos firmados com a Administração Pública não extrapolou o limite máximo estabelecido para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e, para tanto, informa abaixo os contratos firmados neste exercício:

Data contrato	Órgão Público	Valor total do contrato
	TOTAL	

OU

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, para fins de obter o os benefícios de que trata os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, durante os trabalhos do processo licitatório em epígrafe e com fulcro no parágrafo 2ª da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA** que, neste ano de **2025**, até a presente data, não firmou contrato com a Administração Pública.

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO IV DA CARTA DE PROPOSTA DE PREÇO

Cláusula 7.5.2

PROCESSO Nº:	000440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Insc. Munic.		Insc. Est.	
Endereço		Município/UF	
Telefone(s):			
e-mail			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			

A empresa supracitada, por intermédio de seu representante legal, **PROPÕE** ao MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, para fins de execução do objeto descrito no edital do Processo Licitatório em epígrafe, seus anexos e minuta de contrato, a seguinte **PROPOSTA DE PREÇO**:

1- o preço proposto é de **R\$** (.....).

2- o prazo de validade da Proposta de Preço é de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data de abertura da sessão pública.

Declara estar ciente de que no preço acima proposto estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução total do objeto da licitação referenciada supra.

Informa que, se sagrada vencedora da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o (a) Sr.(a) inscrito no CPF sob nº e terá como responsável técnico pelo serviços o (a) Sr. (a) (título)..... inscrito no CREA sob número

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO V

DAS DECLARAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR A PROPOSTA DE PREÇO

Cláusula 7.5.3.1

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado,

I - DECLARA que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

II – DECLARA para fins de participação na Licitação acima, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

III – DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório do certame licitatório em epígrafe.

IV - DECLARA que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira em atendimento à Lei Federal 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO VI

DOS ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Cláusula 7.6.1.3.3

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			
DADOS DO CONTADOR			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		CRC Nº	
Endereço eletrônico pessoal		Município/UF	

A empresa supracitada, por intermédio de seu representante legal e do contador, ambos acima identificados, apresentam ao MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, em cumprimento ao que determina a cláusula 7.6.1.3.3 do edital do Processo Licitatório em epígrafe os índices econômicos financeiros calculados sobre as demonstrações contábeis do ano civil:

a) **Índice de Liquidez Corrente (LC)** = Ativo Circulante/Passivo Circulante (*Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante*);

CÁLCULO:

Liquidez Corrente =	=
.....	

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

b) Índice de Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) *(a soma de Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo, dividido pela adição de Passivo Circulante com Exigível a Longo Prazo).*

CÁLCULO:

Liquidez Geral =	+	=
.....	+		

c) Solvência Geral (SG) = Ativo Total/(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) *(Ativo Total dividido pela soma do Passivo Circulante com Exigível a Longo Prazo).*

CÁLCULO:

Solvência Geral =	+	=
.....	+		

Local e Data

Contador

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO VII

APRESENTAÇÃO DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cláusula 7.6.1.3.4.1

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			
DADOS DO CONTADOR			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		CRC Nº	
Endereço eletrônico pessoal		Município/UF	

A empresa supracitada, por intermédio de seu representante legal e do contador, ambos acima identificados, apresentam ao MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, em cumprimento ao que determina a cláusula 7.6.1.3.4.1 do edital do Processo Licitatório em epígrafe o valor do PATRIMÔNIO LÍQUIDO constante no Balanço Patrimonial do ano civil:

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: R\$
(.....)

Local e Data

Contador

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

Cláusula - 7.6.1.4.1.2 (a) e (c.6)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAÍ

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 8/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar, no quadro abaixo, a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação, o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) pelas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/1966, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação:

1- Nome:

Título do profissional:

Inscrição no CREA ou CAU

Taguaí-SP, de de

Representante legal da empresa

Nome:

CPF

RG

Ciente, de acordo:

Assinatura do profissional:

Nome do profissional:

Título do profissional:

Inscrição no CREA ou CAU

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO IX

DAS DECLARAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Cláusula 7.6.1.5

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, declara que:

a) encontra-se em situação regular perante o **Ministério do Trabalho e Previdência** no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

c) não possui sócio ou, no caso de sociedade anônima, diretor que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) cumpre o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018;

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

f) cumpre as exigências legais e constitucionais.

g) se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, da equipe técnica, no caso de ser a vencedora da presente licitação.

h) não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999).

i) cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto 10.086, de 2022, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.

j) cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial, no que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde a mesma será construída.

k) como terá acesso, para a execução do serviço/fornecimento de produtos, objeto deste edital, aos dados pessoais dos representantes da licitante e da contratante, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação e em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), **INFORMA:**

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

1- que está ciente que é vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

2- que compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

3- que está ciente de que responderá administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO X DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA E DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Cláusula 7.7

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/ UF	
Endereço eletrônico comercial			
Telefone			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA – COM PODERES PARA ASSINAR O CONTRATO			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/ UF	
Endereço eletrônico pessoal			
Telefone			
Celular			
DADOS DO PREPOSTO – RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/ UF	
Endereço eletrônico pessoal			
Telefone			
Celular			
DADOS PARA ENCAMINHAR CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA			
DEPARTAMENTO	E-MAIL	TELEFONE/CELULAR	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificada, apresenta as informações acima, conforme determinado pela cláusula 7.7 do edital, estando ciente de que caso haja qualquer alteração, deverá comunicar imediatamente à contratante.

Local e Data.

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE PRESTAR GARANTIA ADICIONAL

Cláusula 8.18.4

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº	8/2025
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			

A empresa supramencionada, através de seu representante legal acima identificado, declara, sob as penalidades cabíveis, que se compromete em prestar garantia adicional, conforme exigido no item **8.14.4** do edital em questão, caso nossa proposta seja classificada provisoriamente em primeiro lugar e seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, por ocasião da assinatura do contrato, em conformidade com o estabelecido em edital e descrito a seguir:

- a) Se compromete em prestar a garantia adicional em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do instrumento contratual;
- b) Que o valor a ser prestado em forma de garantia será equivalente à diferença entre o valor orçado pela administração e o valor da proposta do licitante vencedor, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) A garantia será apresentada em uma das nas formas dispostas no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO XII

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CLÁUSULA 14.1.1

PROCESSO LICITATÓRIO: **440/25**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: **8/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **7052/2025**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
{NUMERO DO CONTRATO}}, QUE FAZEM ENTRE
O MUNICÍPIO DE TAGUAÍ E A EMPRESA
{Unknown rule ""}

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, pessoa jurídica de direito público, com sede em Taguaí, estado de São Paulo, na Praça Expedicionário Antônio Romano de Oliveira nº 44, inscrito no CNPJ sob o n.º 46.223.723/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Excelentíssimo Senhor EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ, inscrito no CPF sob o n.º **145.063.128-21**.

CONTRATADO(A): **{NOME_FORN}}**, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º **{CNPJ_FORN}**, com sede no(a) **{ENDERECO_FORN}** nº **{ENDERECO_NUM_FORN}**, **{BAIRRO_FORN}**, **{CIDADE_FORN}**-**{UF_FORN}**, neste ato representado por **{REPRESENTANTE_FORN_NOME}**, inscrito(a) no CPF sob o n.º **{REPRESENTANTE_FORN_CPF}**, inscrito no Registro Geral n.º **{REPRESENTANTE_FORN_RG}**, residente e domiciliado no(a) **XXXXXXXXX**, e-mail **{EMAIL_FORN}** e telefone **{TELEFONE_FORN}**.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo edital de Concorrência Eletrônica n.º **8/2025** do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor, independente de sua transcrição e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**

1.2. Localização: RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, no município de Taguaí, estado de São Paulo, a ser executada conforme planilhas e orientações descritas no ANEXO I do edital de Licitação que deu origem a este instrumento de contratação e que, de agora em diante, faz parte integrante deste contrato independente de sua transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Este contrato está instruído com os seguintes documentos:

Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico de Desembolso, Cronograma Físico - Financeiro, Memorial Descritivo, ART, Planta de Localização, Composição de BDI, Composição de Encargos Sociais e a Proposta de Preço apresentada pela contratada.

2.1.1 Faz parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição, o edital do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos e a proposta de preço sagrada vencedora apresentada pelo CONTRATADO.

2.2. Em caso de divergência ou duplicidade em relação aos elementos

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

técnicos instrutores, prevalecerá na execução do objeto do contrato a seguinte ordem de prioridade:

2.2.1. Planilha de quantidades de serviços;

2.2.2. Projetos arquitetônico e complementares, especificações e memoriais descritivos e demais elementos técnicos pertinentes a cada caso;

2.2.3. Nos projetos prevalecerão os elementos de maior detalhamento;

2.2.4. A planilha de quantidades e serviços será balizadora, devendo o CONTRATADO ter como parâmetro orientativo o(s) projeto(s) constante(s) e os anexos do instrumento convocatório, desde o momento da efetivação de sua proposta no procedimento licitatório até a execução do objeto;

2.2.5. Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos básico e/ou executivo, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

2.3. Se o CONTRATADO, em qualquer fase da execução do contrato, considerar necessária a retificação dos elementos técnicos instrutores, deverá requerer suas alterações, em tempo hábil, ao CONTRATANTE, não se justificando o abandono das atividades ajustadas, por inadequações não reclamadas na ocasião oportuna;

2.3.1. Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa do CONTRATANTE.

2.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos fornecidos pelo CONTRATANTE não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de preços unitários à revelia do CONTRATANTE, devendo para isto requerer as alterações conforme cláusula **2.3** deste Contrato e seu subitem.

2.5. A formalização de contrato presume que o CONTRATADO;

2.5.1. Examinou criteriosamente todos os elementos técnicos

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

instrutores, que os comparou entre si e obteve expressamente do CONTRATANTE as informações necessárias à sua consecução;

2.5.2. Atestou que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, ficando ciente de todos os detalhes do empreendimento e de que conhece as condições de sua execução.

2.6. As placas de obra deverão seguir o modelo estabelecido pelo Município, Estado ou União e devem estar perfeitamente visíveis e legíveis ao público.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução do presente Contrato será o de empreitada por preço global.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor global do presente Contrato é R\$ _____
(_____).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de início de execução do contrato é de **15 (quinze)** dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.

5.2. A vigência do contrato se inicia com a sua assinatura e será de **8 (oito) meses** contados a partir da sua assinatura.

5.3. O prazo de vigência contratual será prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado, devendo o contratado solicitar a dilatação do prazo em até 15 (quinze) dias anteriores ao término do contrato, apresentando as justificativas e novo cronograma físico-financeiro/execução.

5.3.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado (art. 111 da Lei 14.133):

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma físico-financeiro/execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (§5º do art.115 da Lei 14.133)

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CONTROLES DE EXECUÇÃO

6.1. O CONTRATANTE fiscalizará por seus agentes, com a possibilidade de auxílio de terceiros, a execução das obras e serviços, a fim de garantir integral cumprimento e observância das normas técnico-administrativo-legais regentes dos contratos firmados.

6.1.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item **6.1.3** deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no termo de referência constante no Anexo I do Edital que deu origem ao presente contrato.

6.1.2. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item **6.1.3** deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no termo de referência constante no Anexo I do Edital que deu origem ao presente contrato.

6.1.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do CONTRATANTE.

6.1.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.2. Para efeito de medição e de faturamento, relativo aos serviços executados, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro/execução, que será peça integrante do contrato.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

6.2.1. A sistemática de medição e pagamento será associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro/execução vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens.

6.2.2. O cronograma físico-financeiro/execução prevê parcelas a cada 30 (trinta) dias, mantendo coerência técnica a com a real execução dos serviços relativos a cada parcela.

6.2.3. O cronograma físico-financeiro/execução, referencial do planejamento adequado da obra, será estabelecido pelo CONTRATANTE, podendo o CONTRATADO adequá-lo, sujeito à aprovação do CONTRATANTE.

6.2.4. O CONTRATANTE poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro/execução, mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

6.2.5. A revisão do cronograma físico-financeiro/execução, quando necessária, constitui responsabilidade do CONTRATADO, cabendo ao CONTRATANTE autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao CONTRATADO.

6.2.6. Em caso de alterações na ordem de execução dos serviços, de forma que o valor da etapa objeto da medição não ultrapasse aquele já estabelecido no cronograma físico-financeiro/execução vigente para a referida etapa, o cronograma físico-financeiro/execução poderá ser readequado, por meio de simples apostila a ser anexada a este Contrato, desde que o CONTRATADO se manifeste mediante parecer favorável do fiscal do contrato.

6.3. A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões de serviços deverá ser realizada no prazo de execução do contrato, enquanto o aditivo à vigência contratual deverá ser solicitado durante a vigência do contrato, aplicando-se ao art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1. As solicitações de aditivos devem vir acompanhadas de parecer técnico conclusivo emitido pela fiscalização, analisadas pelo gestor do contrato e previamente autorizadas pelo representante legal do CONTRATANTE.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

6.3.2. Os acréscimos e supressões de serviços quantificados, a serem formalizados por termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação dos serviços a serem suprimidos e serviços a serem acrescidos, na forma da cláusula **6.4.3** e da cláusula **17.6** deste Contrato sujeita à aprovação da autoridade competente do CONTRATANTE, após análise do gestor do contrato.

6.3.3. Em caso de acréscimos e reduções de serviços no mesmo contrato devem ser consideradas as reduções ou acréscimos de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

6.4. Não são admissíveis, como regra, aditivos por erro ou omissões no orçamento nos contratos de empreitada por preço global, salvo nos casos de fatos imprevisíveis, em que não seja possível o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nos demais casos previstos em lei passíveis de revisão contratual;

6.4.1. Nos casos em que forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos em seus serviços, será pago exatamente o preço global acordado;

6.4.2. Nos casos em que forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, desde que os seguintes requisitos sejam atendidos cumulativamente:

a) somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão, os serviços de materialidade relevante na curva ABC do orçamento, compreendidos dentro da Faixa A e Faixa B, cuja somatória acumulada dos custos represente 80% (oitenta por cento) do custo total;

b) somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão, os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento) do custo total.

6.4.3. Nos casos de quantitativos com relevantes subestimativas no

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

orçamento, o contrato poderá ser aditado se demonstrada a razoabilidade do pedido de aditivo, devendo ser atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

a) a alteração contratual deverá manter a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado;

b) o resultado que seria obtido na licitação, com os quantitativos efetivos de serviços, não poderá ser modificado se os novos quantitativos fossem aplicados às propostas dos demais licitantes, em observância aos princípios da igualdade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

c) a alteração contratual, em análise global, não deve ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

d) o novo serviço incluído no contrato ou a quantidade acrescida no serviço cujo quantitativo foi originalmente subestimado não são compensados por eventuais distorções a maior nos quantitativos de outros serviços que favoreçam o contratado.

6.4.4. Em caso de quantitativos superestimados relevantes no orçamento, eventuais pleitos do CONTRATADO para não redução dos valores contratados poderão ser atendidos de forma excepcionalíssima, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) demonstração, em análise global, de que o quantitativo artificialmente elevado foi compensado por outros preços e quantitativos subestimados de forma que reste cabalmente demonstrado que o preço global pactuado representa a justa remuneração da obra, considerando o orçamento de referência da Administração ajustado; e

b) demonstração de que a alteração do contrato de forma a reduzir os quantitativos daquele item inviabilizaria a execução contratual, devendo ser demonstrado que o valor a ser reduzido supere a lucratividade e as contingências detalhadas na composição do BDI apresentado pelo contratado, bem como, supere os montantes originados de eventuais distorções a maior existentes nos custos obtidos em sistemas referenciais da Administração Pública (efeitos cotação e barganha) que não foram eliminados no processo licitatório.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

6.5. Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito sendo que a notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

6.6. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO, serão registradas em atas, que servirão de documento legal dos serviços e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas, as quais serão lavradas e assinadas pelos participantes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUALIDADE E RENDIMENTO

7.1. O CONTRATADO deverá apresentar, para avaliação do CONTRATANTE, quando requeridos, os catálogos, desenhos, diagramas, nomes dos fabricantes e fornecedores, resultados de testes, ensaios, amostras e demais dados informativos sobre os materiais que serão aplicados nas obras ou serviços, de modo que haja perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.

7.1.1. Os materiais a serem empregados nas obras e nos serviços de engenharia e arquitetura executados deverão obedecer, rigorosamente:

- a) às normas e especificações constantes nos elementos técnicos instrutores referentes à respectiva licitação;
- b) às normas do CONTRATANTE;
- c) às normas da ABNT;
- d) às disposições legais da União, do Estado de São Paulo e do Município onde será executado o objeto;
- e) aos regulamentos das empresas concessionárias;
- f) às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- g) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- h) às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência.

7.2. O CONTRATADO, para execução das obras ou serviços, ficará obrigado, a qualquer tempo e às suas expensas, a realizar análises, exames, ensaios, pesquisas ou testes necessários à comprovação da qualidade e procedência dos materiais a serem empregados nas obras ou serviços.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

7.3. Os trabalhos mencionados na cláusula **7.2** deverão ser desenvolvidos por laboratórios especializados aprovados pelo CONTRATANTE, para efetivo controle de qualidade dos materiais, tornando-se obrigatória a apresentação por parte do CONTRATADO do Certificado de Análise.

7.4. Ainda que determinado material tenha sido aprovado previamente, se restar demonstrada a inadequação do seu desempenho quando empregado na execução do serviço, a fiscalização do CONTRATANTE poderá recusá-lo, não permitindo a continuidade da execução da obra/serviço com o emprego do mesmo, a contar do momento da recusa, bem como exigindo a retirada daqueles que foram empregados, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.5. A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais será do CONTRATADO, não podendo este solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento da conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente de materiais.

7.6. Para a execução eficiente dos serviços, o CONTRATADO somente deverá empregar nas obras ou serviços de engenharia e arquitetura pessoal competente e qualificado.

7.7. A aceitação dos equipamentos para a execução da obra ou serviços por parte do CONTRATANTE, casos os referidos equipamentos se revelem insuficientes e sem condições, não dá ao CONTRATADO razões para justificar o atraso no cumprimento dos prazos e cronograma físico-financeiro/execução.

7.8. A limpeza e perfeita organização do canteiro de obras constituem obrigação do CONTRATADO, assim como a limpeza do local após a conclusão dos trabalhos.

7.9. As marcas e produtos referenciados nas plantas, especificações e listas de material admitem o equivalente se devidamente comprovado, com ônus para o CONTRATADO, seu desempenho por meio de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceitos pela FISCALIZAÇÃO.

7.9.1. Para verificar a equivalência de que trata a cláusula **7.9**, a fiscalização poderá solicitar amostras de produtos, especificações e laudos técnicos.

7.9.2. A equivalência indicada na cláusula **7.9** deverá ser avaliada

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

antes do fornecimento efetivo, considerando o atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

7.10. Considera-se sempre que o CONTRATADO dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Os preços, unitário e global, estabelecidos nos demonstrativos que acompanham o termo de referência constante do Anexo I do Edital que deu origem ao presente contrato, incluem todos os custos necessários à perfeita execução do seu objeto, englobando, mas não se limitando, aos itens principais seguintes:

8.1.1. Todos os materiais, inclusive transporte até o local das obras ou serviços;

8.1.2. Toda a mão de obra, especializada ou não;

8.1.3. Todos os custos e despesas com equipamentos, telefonia, energia, água e saneamento;

8.1.4. Todos os custos e despesas com profissionais, consultores, técnicos, desenhistas, encarregados, topógrafos, ou seja, todo o pessoal necessário a direção, execução, controle e administração;

8.1.5. Todos os custos com alojamento, transporte, alimentação, seguros pessoais contra acidentes, assistência médica, previdência social e, em especial, todos os ônus e encargos decorrentes do fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho e demais textos legais relacionados ao pessoal empregado;

8.1.6. Todos os custos e despesas decorrentes de seguros contra acidente de trabalho, incêndios, inundações, depredações, descargas elétricas e atmosféricas, que possam causar danos às obras ou serviços, no todo ou em parte, ou a terceiros, que resultem direta ou indiretamente da ação ou omissão do

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

CONTRATADO;

8.1.7. Todos os custos com a execução, manutenção e retirada de todas as instalações provisórias necessárias à execução das obras ou serviços;

8.1.8. Todos os custos com demolição ou remoção necessárias à execução do objeto ajustado;

8.1.9. Todas as despesas financeiras e tributárias incidentes sobre o objeto do contrato;

8.1.10. Todas as despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos;

8.1.11. Todos os custos relacionados ao controle de qualidade;

8.1.12. Todos custos com a limpeza integral da obra ou serviços após a conclusão dos trabalhos, despesas com placas de identificação da obra, obedecidos os padrões de confecção e fixação;

8.1.13. Todos custos necessários à proteção e preservação do meio ambiente;

8.1.14. Outras despesas que se revelem próprias da natureza de atividades do executor.

9. CLÁUSULA NONA – DOS PAGAMENTOS

9.1. O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria Municipal do Município de Taguaí, conforme disposto no Cronograma físico-financeiro/execução aprovado pelo Gestor do Contrato.

9.2. A apresentação e protocolização da fatura e a juntada da documentação pertinente são de única e exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, sendo que os pagamentos das faturas ficam condicionados, no que couber, à apresentação pelo CONTRATADO dos seguintes documentos:

9.2.1. Em todas as faturas:

a) Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) – Nota Fiscal deverá ser apresentada em 02 (duas) vias com preenchimento de todos os campos, emitida em nome do órgão pagador, contendo endereço e CNPJ conforme especificados na cláusula Contratual "Dos Pagamentos", com indicação do valor total, a respectiva

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

parcela, o tipo de serviço, o local, o número da licitação, número do contrato, a respectiva data de assinatura e o número do Cadastro Nacional de Obras – CNO e número do convênio, quando couber.

a.1) Quando houver reajuste ao contrato, deverá ser apresentada nota fiscal exclusiva com o valor referente à parcela do reajuste;

a.2) No caso da Empresa optar pela retenção dos Encargos Previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal o desmembramento dos materiais e da mão de obra, com o destaque “Nota Fiscal sujeita à retenção de encargos previdenciários, conforme Instrução Normativa emitida pelo INSS”;

b) PEDIDO DE MEDIÇÃO – Pedido discriminando todos os dados da empresa, o objeto executado, a parcela conforme cronograma físico-financeiro/execução vigente, o valor da parcela, bem como a fonte pagadora;

b.1) quando houver reajuste ao contrato, deverá ser apresentada fatura discriminativa exclusiva com o valor referente à parcela do reajuste;

c) PLANILHA DE MEDIÇÃO – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro/execução, relativo à parcela faturada, de forma que os serviços e os valores faturados, correspondam aos serviços e aos respectivos índices percentuais discriminados no Atestado de Medição e Relatório Fotográfico emitidos pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da Fatura;

d) O CONTRATADO deve manter as condições de habilitação exigidas no processo licitatório durante toda a vigência do contrato, cabendo a contratante solicitar ao contratado as devidas comprovações quando necessário:

d.1) PROVA DE PAGAMENTO DO PESSOAL – Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento, assinado pelos funcionários e devidamente autenticada pelo fiscal ou em outra forma admitida em Lei, referente ao período de medição;

d.2) PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS – Recolhimentos vinculados à Matrícula da Obra, devidamente autenticado pelo fiscal ou em outra forma admitida em Lei, e Guia de Previdência Social – GPS, referente ao período de medição;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

d.3) PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado pelo fiscal ou em outra forma admitida em Lei, e Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP e Informações a Previdência Social, referente ao período de medição;

d.4) CERTIDÃO NEGATIVA DO INSS – CND – Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao INSS, em plena validade;

d.5) CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS – CRF - Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;

d.6) CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS, FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;

d.7) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;

9.2.2. Somente na primeira fatura:

a) Matrícula da obra ou serviço junto ao INSS – a matrícula CNO da obra deverá ser aberta junto ao INSS após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção, reparos ou melhorias, salvo para obras de reparos de pequeno valor que não ultrapasse o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo de contribuição do INSS e os demais possíveis casos dispensados na forma da lei. Os recolhimentos ao INSS deverão ser obrigatoriamente feitos na matrícula da obra, conforme instrução normativa emitida pelo INSS;

9.2.3. Somente na última fatura:

a) ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA – Emitida pelo Município;
b) TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – Devidamente assinado pelos membros da Comissão de Recebimento da Obra ou Gestor do Contrato;

c) CND – Certidão Negativa de Débitos do INSS – Referente à obra objeto do contrato;

d) “As Built” – “como construído” – quando houver necessidade, na forma definida em Contrato;

9.3. Somente se comprovada a impossibilidade técnica, administrativa

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ou legal de obtenção e apresentação dos documentos relacionados nos itens anteriores, justificada por escrito pelo CONTRATADO, motivará exceção, ainda assim condicional, aos requisitos de pagamento, sendo definida nova data para atendimento, devidamente justificado por escrito pelo CONTRATANTE.

9.4. O CONTRATANTE deverá observar a seguinte cronologia para o procedimento de pagamentos:

9.4.1. Os procedimentos para pagamentos das etapas concluídas e comprovadas por meio de medições pelo CONTRATANTE serão efetuados consoante ordem cronológica de protocolização;

9.4.2. A data limite para a protocolização de medições ao Protocolo Geral do CONTRATANTE é o dia 20 (vinte) de cada mês;

9.4.3. No caso de divergência entre a planilha de medição e o faturamento ou na constatação de falta de documentação, por ato administrativo motivado da unidade responsável, o CONTRATADO será notificado a proceder a regularização, sob pena do não recebimento da fatura até que seja sanada a irregularidade;

9.5. O prazo máximo para o pagamento das faturas regularmente processadas é de 30 (trinta) dias corridos contados da protocolização, observado o item **9.4.3**;

9.5.1. Após 30 (trinta) dias da protocolização das faturas, desde que solicitado pelo CONTRATADO, incidirá sobre o valor faturado a cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos **dias em atraso**.

9.6. A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até a resolução das pendências, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

9.7. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de pagada ou relevada a multa.

9.7.1. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

medições ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

9.8. Quando das retenções de pagamentos previstos nas cláusulas 9.6 e 9.7, não se aplicará o previsto na cláusula 9.5 e seu subitem.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - FONTE DE RECURSOS:

10.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

02/05/02 - PLANEJAMENTO URBANO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

15.451.1501.1008.0000 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

FICHAS:

266; 267; 269

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º e Capítulo VII ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

11.2.1. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste,

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

para evitar acumulação injustificada;

11.2.2. Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro/execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes;

11.2.3. Se o CONTRATADO antecipar o cronograma físico-financeiro/execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

11.2.4. O valor pactuado para execução do objeto poderá ser reajustado na forma da Lei Federal 14.133/2021 e na forma deste Contrato, desde que solicitado pelo CONTRATADO e aprovado pela CONTRATANTE (salvo em caso de atraso do Cronograma físico-financeiro/execução imputável ao CONTRATADO);

11.2.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

11.3. O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá a seguinte fórmula:

$V_f = V_i (1+i)$
V_f é o valor final do contrato.
V_i é o valor inicial do contrato.
i índice de reajuste acumulado na forma decimal

11.3.1. O reajustamento, quando couber, poderá ser concedido após decorrido o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, conforme estabelece a Lei 14.133/2021, desde que preenchidos os requisitos legais.

11.3.2. Caso o contrato seja assinado após o decurso do período de

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, o valor contratual poderá ser reajustado até a data do primeiro aniversário do orçamento.

11.3.3. Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

11.4. Considerar-se-á até a quarta casa decimal, sem arredondamento, o quociente de reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIAS

12.1. Caberá ao CONTRATADO optar por uma das seguintes modalidades de garantia forma disposta no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.1. A garantia será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços.

12.1.2. No caso de garantia em dinheiro, o CONTRATADO depositará em conta bancária específica, informada pelo CONTRATANTE, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a qual será aplicada em Instituição Financeira.

12.1.3. No caso de garantia em cheque, somente será aceito pelo CONTRATANTE, cheque administrativo.

12.1.4. No caso de garantia prestada na modalidade de seguro-garantia, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

12.1.5. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

12.1.6. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato.

12.1.6.1. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

12.1.7. No caso de garantia prestada em títulos da dívida pública, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:

a) origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registros no balanço patrimonial do CONTRATADO;

b) documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.

c) memória de cálculo da correção atualizada do valor do título realizada por profissional legalmente habilitado.

12.1.8. Serão aceitos pelo CONTRATANTE apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual.

12.1.9. O CONTRATANTE se reserva ao direito de averiguar, de acordo com as cautelas de estilo, a autenticidade do(s) título(s).

12.1.10. Após 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, o **CONTRATADO** deverá apresentar caução como garantia da contratação na importância correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total pactuado, devendo ser apresentada em uma das formas dispostas no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.10.1. A não apresentação da garantia de que trata a cláusula **12.1.10** no prazo estipulado será considerado descumprimento de contrato e ensejará em aplicação das penalidades cabíveis ao CONTRATADO que o infringir.

12.1.11. A garantia do contrato acompanhará os eventuais ajustes do

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

valor contratual, devendo ser complementada pelo CONTRATADO, quando da celebração de Termos Aditivos ou apostilamentos ao contrato original, quando couber.

12.1.12. Como condição para validade do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor quando sua proposta de preço final for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.1.12.1. O valor a ser prestado em forma de garantia deverá ser equivalente à diferença entre o valor orçado pela administração e o valor da proposta do licitante vencedor, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.12.2. O prazo para apresentação da garantia adicional será conforme estipulado na cláusula **12.1.10**.

12.1.12.3. A não apresentação da garantia de que trata a cláusula **12.1.10** no prazo estipulado será considerado descumprimento de contrato e ensejará em aplicação das penalidades cabíveis à empresa que o infringir.

12.2. Havendo acréscimo no valor contratual, o CONTRATADO deverá proceder o reforço proporcional das garantias de contrato e adicional.

12.2.1. O não atendimento à cláusula **12.2** autoriza o CONTRATANTE a descontar das faturas o valor correspondente.

12.3. As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo, da apuração dos haveres e da apresentação dos documentos exigidos na cláusula **19.5** deste contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS

13.1. Os serviços deverão ser iniciados na data estabelecida na Ordem de Serviço referente ao contrato, sob pena do CONTRATADO ser penalizado com base na cláusula **18.13** deste Contrato.

13.2. O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data determinada na Ordem de Serviço referente ao contrato e será igual ao número de dias estipulados no cronograma físico-financeiro/execução.

13.3. Para a assinatura da Ordem de Serviço, o CONTRATADO deverá apresentar os seguintes documentos:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

a) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica do CAU.

b) MATRÍCULA DA OBRA OU SERVIÇO JUNTO À RECEITA FEDERAL – a matrícula CNO da obra deverá ser aberta junto à Receita Federal após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção reparos ou melhorias, salvo para obras de reparos de pequeno valor e os demais possíveis casos dispensados na forma da lei. Os recolhimentos de tributos deverão ser obrigatoriamente feitos na matrícula da obra, conforme Instrução Normativa emitida pela Receita Federal do Brasil.

13.4. No caso de paralisação dos serviços por motivos de força maior ou caso fortuito, o prazo de execução do contrato, ficará suspenso pelo prazo máximo de 3 (três) meses sem que se atribua a quaisquer das partes a responsabilidade pelos atrasos correspondentes, devendo o CONTRATADO manter a vigilância, manutenção e segurança da obra.

13.4.1. Ao término do prazo previsto na cláusula **13.4**, poderá ser repactuada entre as partes a continuidade da suspensão, desde que subsistentes os motivos que ensejaram a paralisação, a qual será formalizada mediante documento próprio.

13.5. Os motivos de força maior ou caso fortuito serão comunicados formalmente pelas partes e devidamente comprovados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência.

13.5.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito serão analisados pela autoridade competente do CONTRATANTE.

13.5.2. Reconhecidos os motivos de força maior ou caso fortuito que deram ensejo à paralisação, ocorrerá a suspensão do contrato, restituindo-se os prazos contratuais após a cessação dos motivos que suspenderam a execução do contrato.

13.6. O CONTRATANTE estabelecerá, para a execução do contrato, prazo máximo, contado em dias corridos, conforme previsão no instrumento convocatório e/ou contratual.

13.7. O prazo de execução inicia-se na data estabelecida na Ordem

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

de Serviço.

13.7.1. Pelo atraso no prazo de execução, ficará o CONTRATADO sujeito às penalidades fixadas na Cláusula **18** deste contrato, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial.

13.7.2. Se o CONTRATADO deixar de assinar o aceite na Ordem de Serviço após 15 (quinze) dias, contados da data da convocação para assinatura, dar-se-á início à contagem do prazo de execução.

13.7.3. O prazo para assinar o aceite da Ordem de Serviço poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias mediante justificativa idônea aprovada pelo CONTRATANTE.

13.7.4. Se, imotivadamente, o CONTRATADO não iniciar os serviços em até 30 (trinta) dias da data estabelecida na Ordem de Serviço pela autoridade competente do CONTRATANTE o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7.5. O prazo de execução do contrato é contado da data estabelecida na Ordem de Serviço e o de vigência inicia-se com a assinatura do contrato, sendo seu termo final em 12 (doze) meses.

13.7.6. Caso o CONTRATANTE não convoque o CONTRATADO para assinatura do aceite da Ordem do Serviço, o termo final do prazo de vigência dar-se-á 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

13.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

13.8.1. Alteração do projeto ou especificações pelo CONTRATANTE;

13.8.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

13.8.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse do CONTRATANTE;

13.8.4. Alteração das quantidades inicialmente previstas no contrato

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

nos limites permitidos pela Lei;

13.8.5. Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;

13.8.6. Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do contrato.

13.9. Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, em ambos os casos.

13.9.1. Requerido aditivo contratual em que seja necessário readequação do cronograma físico-financeiro/execução, o prazo de execução ficará automaticamente suspenso da data do encerramento do prazo a aditar até a assinatura do Termo Aditivo, devendo ser documentada a suspensão no cronograma físico-financeiro/execução constante nos autos do processo administrativo;

13.9.2. A mera solicitação de aditivo contratual não suspende o prazo de vigência;

13.9.3. No caso do subitem **13.9.1**, caso seja indeferido o pedido de aditamento do contrato, o prazo não se considerará suspenso;

13.9.4. No caso de prorrogação do prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro/execução pelo CONTRATADO, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, condicionado à análise e aprovação do CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

14.1. O CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's, ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT's, dos responsáveis técnicos pela execução da obra ou serviço

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

contratados antes do início do prazo de execução;

14.2. A substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante prévia autorização por escrito do CONTRATANTE, devendo o novo responsável técnico atender às exigências editalícias.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO

15.1. Deverão ser observadas pelo CONTRATADO todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Estado e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Previdência.

15.2. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, determinar a paralisação da obra quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo observadas pelo CONTRATADO.

15.2.1. O CONTRATADO terá o prazo de 1 (um) dia útil, a contar da determinação do CONTRATANTE, para sanar as irregularidades das condições mínimas de segurança e higiene do trabalho identificadas durante a execução do contrato.

15.2.1.2. O não cumprimento do prazo descrito na cláusula **15.2.1**, implicará no cancelamento do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no processo licitatório e na legislação aplicável.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXECUÇÃO

16.1. O CONTRATADO deverá atender rigorosamente ao disposto no contrato e será responsável pela segurança, eficiência e adequação dos métodos, mão de obra, materiais e equipamentos utilizados na execução das obras ou serviços, bem como deverá atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

16.2. O CONTRATADO deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, reconstruir, substituir, demolir ou refazer quaisquer partes da obra ou serviços que, a juízo da fiscalização, não tenham sido executadas de acordo com o estipulado pelo

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

CONTRATANTE.

16.3. O CONTRATADO se obriga a:

16.3.1. Assegurar, durante a execução da obra ou serviços, proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;

16.3.2. Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;

16.3.3. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local da obra a qualquer dia ou hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

16.3.3.1. A fiscalização e a inspeção do local da obra poderão ocorrer através de dos fiscais do CONTRATANTE ou terceiros por este credenciados.

16.3.4. Notificar à fiscalização, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, da concretagem de fundações ou de elementos armados de estrutura, e do início dos testes de operação das instalações elétricas, mecânicas e hidráulicas;

16.3.5. Providenciar a legalização das obras ou serviços junto aos órgãos competentes, por sua conta e responsabilidade, quando necessário;

16.3.6. Colocar, às suas expensas, em local do canteiro de obras, e que propicie fácil visualização, placas indicativas, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e cumprimento da legislação;

16.3.7. Proceder, às suas expensas, quando couber, o “as built” (como construído), isto é, as anotações e registros nos projetos originais das alterações havidas na execução da obra, conforme NBR 14645-3, para fins de ordenação do cadastro técnico do CONTRATANTE;

16.3.8. Zelar pela integridade dos bens vinculados às atividades de obra e/ou prestação de serviços.

16.3.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

16.4. O CONTRATADO é responsável pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

16.4.1. O CONTRATADO responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

16.5. O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

16.5.1. A inadimplência do CONTRATADO quanto a esses encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ajustado ou restringir a regularização e uso das edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

16.5.2. Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por quaisquer acidentes decorrentes da execução das obras e serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

16.6. O CONTRATADO fica obrigado a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal.

16.6.1. Em cada medição, como condição para recebimento das obras ou serviços de engenharia e arquitetura executados, quando for o caso, deverão ser atendidas, pelo CONTRATADO, as exigências constantes do Decreto Estadual n.º 49.674, de 6 de junho de 2005, que “estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo e dá providências correlatas”;

16.6.2. O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos requisitos impostos no item 16.6 e subitem 16.6.1 deste Contrato, poderá implicar extinção do contrato, com amparo no inciso I, do art. 137, da Lei Federal 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual n.º 49.674, de 6 de junho de 2005, c/c a aplicação das penalidades

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

previstas nos mesmos Diplomas Legais e neste Contrato.

16.7. O CONTRATADO deverá apresentar Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para execução de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, conforme a Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, e a Resolução do CONAMA n.º 307/2002, e a legislação do município em que se localiza a atividade ou empreendimento.

16.7.1. Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para execução de atividades e empreendimento sujeitos ao licenciamento ambiental serão elaborados e implementados pelas empresas contratadas para a execução da obra, como Projeto Executivo, enquanto que os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverão ser apresentados juntamente do projeto do empreendimento, como Projeto Complementar, para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ou equivalente, referente a município onde está localizado o empreendimento contratado.

16.7.2. Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

a) caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;

b) triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no art. 3º da Resolução n.º 307/2002 do CONAMA;

c) acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

d) transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

e) destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido no item **16.7.1** acima.

16.7.3. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados na forma descrita no art. 10 da Resolução nº 307/2002 do CONAMA.

16.8. O CONTRATADO se obriga a manter na obra ou serviços de engenharia e arquitetura, quando couber, sob os cuidados de seu preposto, o diário de obras para anotações e registros pertinentes.

16.8.1. É da competência do CONTRATADO registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, nesse mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro;

16.8.2. A abertura do Diário de Obras deverá ser feita junto com a Fiscalização no dia da reunião de partida. Será tolerado um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto, e a partir desse prazo poderão ser aplicadas as sanções previstas no Edital.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Este Contrato poderá ser alterado pelo CONTRATANTE, precedidos das devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma físico-financeiro/execução fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

17.1.1. Nas alterações de que trata esta cláusula deverá ser observado os dispostos nos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.1.2. O valor do contrato pode ser alterado quando:

a) visa restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

b) ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

17.1.3. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17.2. A garantia pode ser alterada quando conveniente a substituição a pedido do CONTRATADO e aceita pelo CONTRATANTE.

17.3. A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

antecipação do pagamento com relação ao cronograma físico-financeiro/execução fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

17.4. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

17.5. Havendo alteração do contrato que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, deve ser reestabelecida a equação econômico-financeira por meio de aditamento contratual nos casos autorizados pela Lei n.º 14.133/2021.

17.5.1. Caso os serviços a serem acrescidos ou suprimidos constem na planilha de serviços da obra contratada, prevalecerão os valores propostos pelo CONTRATADO, em cada item;

17.5.2. Caso os serviços a serem acrescidos não constem na planilha de serviços da obra contratada, mas constem na tabela referencial de custos utilizada para a elaboração do orçamento, os valores dessa tabela prevalecerão, incluído o BDI referencial e levando em conta o desconto ofertado na proposta global;

17.5.3. Caso os serviços a serem acrescidos não constem nem na planilha de serviços da obra contratada, nem na tabela referencial de custos utilizada para a elaboração do orçamento, os preços serão fixados, por meio de pesquisa de preços no mercado, com no mínimo três cotações, e os preços dos serviços a serem contratados serão a média dos preços pesquisados, multiplicados pelo desconto global ou linear oferecido na proposta do contratado.

17.6. A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste Contrato, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

18.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital de Concorrência Eletrônica que deu origem a este contrato e neste contrato.

18.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

18.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

18.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

18.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão da obra e/ou do serviço nos prazos estipulados;

18.2.4. O atraso injustificado no início da obra e/ou serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

18.2.5. A paralisação da obra e/ou do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

18.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse, exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

18.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

18.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Vistoria;

18.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

18.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

18.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

18.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

18.2.14. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

18.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de obras ou serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

18.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

18.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

18.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

18.2.19. O atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

18.2.20. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato;

18.2.21. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

18.2.22. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

18.2.23. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

18.2.24. E demais hipóteses constantes no Capítulo 8 da Lei Federal 14.133/2021.

18.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo autônomo, por meio do qual ficará assegurado o contraditório e ampla defesa.

18.4. A extinção do contrato poderá ser:

18.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

18.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

18.6.1. devolução da garantia;

18.6.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

18.6.3. pagamento do custo da desmobilização.

18.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

18.7.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

18.7.2. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

18.7.3. execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

18.7.4. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.8. A aplicação das medidas previstas nas cláusulas **18.7.1** e **18.7.2** ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.9. Na hipótese da cláusula **18.7.2**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente do CONTRATANTE.

18.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, na forma prevista neste Contrato, sem prejuízo do previsto no subitem **18.2.3**.

18.10.1. A multa moratória não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras penalidades previstas neste Contrato.

18.10.2. A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.11. Pela inexecução total ou parcial, bem como pelo atraso

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

injustificado na execução do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

18.11.1. Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

18.11.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30% (trinta por cento). Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória;

18.11.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.11.4. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

18.11.5. Multa de 0,5% a 5,0% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

18.11.5.1. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro/execução do contrato
2	1,0% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro/execução do contrato

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

3	1,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro/execução do contrato
4	2,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro/execução do contrato
5	5,0% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro/execução do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04
3	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador;	03
4	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
5	Permitir a execução de serviços sem a	01

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

	utilização de EPIs/EPCs, por trabalhador;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir trabalhador que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por trabalhador e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações do CONTRATADO	01
12	Zelar pelas instalações da Administração ou de terceiros.	03

18.11.5.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

18.11.6. Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.11.7. Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do São Paulo, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

18.11.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Estado, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.12. As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.

18.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.14. Após encerramento do processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação de multa deverá ser recolhida junto ao CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do CONTRATADO.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECEBIMENTO

19.1. Executado o contrato o seu objeto será recebido

19.1.2. Provisoriamente, quando da conclusão da obra ou serviço, pelo fiscal do contrato ou por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade administrativa competente, neste caso com a participação do responsável pela fiscalização da obra ou serviço de engenharia, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, com duração máxima de 90 (noventa) dias.

19.1.3. Definitivamente, por comissão designada pela autoridade

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

competente ou pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

19.2. Os responsáveis pelo recebimento deverão lavrar termo de notificação anterior ao termo de recebimento provisório ou definitivo sempre que as obras ou serviços não apresentarem condições de aceitação.

19.2.1. O termo de notificação deverá caracterizar os vícios, defeitos e incorreções constatados e determinar prazo para saneamento.

19.2.2. O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

19.2.3. Decorrido o prazo fixado, os responsáveis procederão nova verificação objetivando o recebimento, que somente será lavrado quando as obras ou serviços apresentarem perfeitas condições.

19.3. Nas obras ou serviços será lavrado termo de recebimento provisório, e, decorridos até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, será lavrado termo de recebimento definitivo.

19.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança da obra, assim pelos materiais, como não a exime da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19.5. Para o recebimento definitivo, o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débito – CND/INSS da matrícula da obra;
- b) Certidão Regularidade do FGTS em plena validade.

19.6. Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

20.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato cabem recursos administrativos nas formas previstas em lei.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fartura, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias originadas das obrigações reciprocamente assumidas neste contrato.

E, por assim haver justo e contratado, é o presente assinado pelos representantes legais das partes contratantes.

Taguaí-SP, ___ de _____ de 20__.

CONTRATANTE
EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal

{REPRESENTANTE_FORN_NOME}}
RESPONSÁVEL LEGAL
CONTRATADO

Testemunhas:

1. Nome Completo:
Carteira de Identidade:
Assinatura: _____

2. Nome Completo:
Carteira de Identidade:
Assinatura: _____

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO XIII

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO XIV

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

ANEXO XV

PLANILHA PARA CÁLCULO DO BDI

Cláusula 7.5.3.2 e 8.11.1

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAÍ

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 8/2025

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NA RUA FERNANDO GOBBO E AVENIDA APÓSTOLO BÉRGAMO, NO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**

PROCESSO Nº:	440/25	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2025	
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal			
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$):			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)
1	AC – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$	
2	SG – SEGUROS + GARANTIA	R\$	
3	R – RISCOS	R\$	
4	DF – DESPESAS FINANCEIRAS	R\$	
5	L – LUCRO BRUTO	R\$	
6	I – IMPOSTOS	R\$	0,00%
6.1	PIS		
6.2	COFINS		
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		
6.4	CONTRIB. PREV. SOBRE REC. BRUTA – CPRB		
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$	
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$	
BDI (%)			0,00%
Equação			
	$\text{BDI} = \frac{(1+AC+S+R+G) \cdot (1+DF) \cdot (1+L)}{(1-I)} - 1 \times 100$		
Onde:			
AC:	taxa de administração central;		
S:	taxa de seguros;		
G:	taxa de garantias;		

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

R:	taxa de riscos;
DF:	taxa de despesas financeiras;
L:	taxa de lucro/remuneração;
I:	taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Local e Data

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

2.2.11	TACHÃO TIPO I BIDIFERENCIAL REFLETIVO - RESINA	UN	1281,00						
3.3	CAMADA DE ROLAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE - CBUQ	M ³	209,04						
4.1	FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES EM MASSA ASFÁLTICA – Lombofaixa de	M ²	160,65						

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRÊNCIA – COM INVERSÃO DE FASES

	VIAS COM EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO								
5.15	POSTE TELEFÔNICO RETO EM AÇO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FOGO, ALTURA DE 8,00 M	UN	26,00						
3.6	RECICLAGEM DE PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 20% DE BRITA E 4% DE CIMENTO	M ³	162,44						